

BRUNA MARTINS DA ROSA

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: A
EXPERIÊNCIA DE EGRESSOS NEGROS E NEGRAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA**

**Bagé
2024**

BRUNA MARTINS DA ROSA

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: A
EXPERIÊNCIA DE EGRESSOS NEGROS E NEGRAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PAMPA**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Prof^a Dr^a Suzana Cavalheiro de Jesus

Coorientador: Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

**Bagé
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R788a Rosa, Bruna Martins da
Ações afirmativas e o ingresso no mercado de trabalho: a
experiência de egressos negros e negras da Universidade
Federal do Pampa / Bruna Martins da Rosa.
133 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2024.
"Orientação: Suzana Cavalheiro de Jesus".

1. Cotas raciais. 2. UNIPAMPA. 3. Mercado de trabalho. I.
Título.

BRUNA MARTINS DA ROSA

**AÇÕES AFIRMATIVAS E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE EGRESSOS
NEGROS E NEGRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 26 de março de 2024.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavalheiro de Jesus
Orientadora
(Unipampa)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
Coorientador
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Carla Silva de Avila
(UCpel)

Prof.^a Dr.^a Leticia de Faria Ferreira
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/04/2024, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LETICIA DE FARIA FERREIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/04/2024, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CAIUA CARDOSO AL ALAM, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/04/2024, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1384462** e o código CRC **E2F30B14**.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi de extrema importância para aprofundar os meus conhecimentos sobre a trajetória e história da população negra no Brasil, foi assim uma espécie de autoconhecimento e imersão em assuntos que considero muito relevantes. Cada leitura realizada, em artigos, livros, teses, tccs, e dissertações fez com que eu conhecesse cada vez mais a história dos meus antepassados e também me fez refletir sobre minha própria história. Além disso, sou muito grata com a pesquisadora que me descobri nesses dois anos e alguns meses. Agradeço o apoio da minha família, em especial a minha mãe Vera Lúcia, por todo apoio, incentivo e inspiração, e a minha irmã Raquel por todo incentivo. A minha orientadora a Suzana Cavalheiro de Jesus e ao meu coorientador Caiuá Cardoso Al-Alam, por todo apoio, acolhimento, paciência, orientações, compartilhamento de conhecimentos, olhar atento e crítico a cada detalhe para que este trabalho fosse concluído.

Aos egressos e egressas cotistas raciais que contribuíram respondendo o questionário, pois eles(as) foram essenciais para que essa dissertação se desenvolvesse.

Aos servidores e servidoras da Universidade Federal do Pampa - Unipampa que contribuíram de alguma forma com este trabalho prestando as informações solicitadas.

A Universidade Federal do Pampa e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino pela qualidade do ensino e por permitirem que essa pesquisa fosse realizada.

Aos colegas do Programa Pós-Graduação em Ensino.

As membras da banca de qualificação pelas contribuições com a minha pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma análise quantitativa e qualitativa, e destinou-se a investigar o processo de inserção dos(as) egressos(as) cotistas raciais pretos e pardos da Universidade Federal do Pampa Unipampa Campus Bagé no mercado de trabalho. Ademais, buscou-se dialogar sobre educação e mercado de trabalho para a população brasileira com evidência ao pós-abolição. Apresenta alguns dos movimentos idealizados pela população negra para a melhoria de oportunidades, ingresso no mercado de trabalho, no campo educacional e denúncias de racismo. Para composição do texto final, primeiramente foram analisados dados dispostos pelo Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos. Também, foi aplicado um questionário destinado aos(as) egressos(as) cotistas raciais da Unipampa Bagé, que concluíram a graduação entre 2018 e 2022 e que ingressaram na Unipampa entre 2015 a 2018. A análise dos dados obtidos foi realizada por meio da análise de conteúdo buscando aferir a recorrência nas respostas. Em colaboração a isso, esta dissertação traz reflexões com pensamentos de intelectuais negras dialogando com estudos sobre a educação, escravismo e política de reserva de vagas voltados a população negra. Cabe ainda destacar as questões do campo da educação das relações étnico-raciais que são abordadas ao longo do texto, a partir do debate sobre ensino superior, ações afirmativas e trabalho. Constatou-se que, a lei de cotas é de extrema relevância, porém muitas dificuldades foram encontradas pelos(as) alunos(as) cotistas raciais durante o percurso até a conclusão do curso, onde as dificuldades financeiras ganham destaque. Por outro lado, 88,9% dos(as) alunos(as) destacaram a relevância das cotas raciais referentes ao acesso no ensino superior, proporcionando impactos positivos em suas vidas. É notório que as bolsas e os auxílios fornecidos pela universidade auxiliaram na permanência da maioria dos(as) participantes desta pesquisa, tornando-se uma ferramenta de extrema importância a esses alunos(as). Sendo assim, é evidente que as cotas raciais suscitaram a ampliação da diversidade e da representatividade nas universidades brasileiras, desse modo tornou-se pertinente analisar a trajetória dos(as) egressos(as) dessa ação afirmativa diante da inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: cotas raciais; UNIPAMPA; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This dissertation consists of a quantitative and qualitative analysis, and is intended to investigate the process of insertion of black and brown racial quota graduates from the Federal University of Pampa Unipampa Campus Bagé into the job market. Furthermore, we sought to discuss education and the job market for the Brazilian population with evidence in the post-abolition period. It presents some of the movements created by the black population to improve opportunities, enter the job market, the educational field and denounce racism. To compose the final text, data desired by the Academic Data Intelligence Center was first analyzed. A questionnaire was also applied to racial quota graduates from Unipampa Bagé, who completed their graduation between 2018 and 2022 and who joined Unipampa between 2015 and 2018. Data analysis was carried out through content analysis seeking to assess the recurrence of responses. In collaboration with this, this dissertation brings reflections with thoughts from black intellectuals in dialogue with studies on education, slavery and the policy of reserving specific vacancies for the black population. It is also worth highlighting the issues in the field of education and ethnic-racial relations that are addressed throughout the text, based on the debate on higher education, affirmative actions and work. It was found that the quota law is extremely relevant, but many difficulties were suffered by racial quota students during the journey to completion of the course, where financial difficulties gain prominence. On the other hand, 88.9% of students highlighted the relevance of racial quotas regarding access to higher education, providing positive results in their lives. It is clear that the scholarships and aid provided by the university helped the majority of participants in this research stay, becoming an extremely important tool for these students. Therefore, it is clear that racial quotas led to the expansion of diversity and representation in Brazilian universities, thus it became pertinent to analyze the trajectory of graduates of this affirmative action towards their insertion in the job market.

Keywords: racial quotas; UNIPAMPA; job market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ingressantes L2 de 2015.....	63
Figura 2 - Ingressantes L2 de 2016.....	64
Figura 3 - Ingressantes L2 de 2017.....	64
Figura 4 - Ingressantes L2 de 2018.....	65
Figura 5 - Ingressantes L6 de 2015.....	67
Figura 6 - Ingressantes L6 de 2016.....	67
Figura 7 - Ingressantes L6 de 2017.....	68
Figura 8 - Ingressantes L6 de 2018.....	68
Figura 9 - Ingresso por modalidade de 2015.....	70
Figura 10 - Ingresso por modalidade de 2016.....	70
Figura 11 - Ingresso por modalidade de 2017.....	71
Figura 12 - Ingresso por modalidade de 2018.....	71
Figura 13 - Evasão por modalidade de 2015 a 2022.....	72
Figura 14 - Formandos por modalidade de 2018.....	73
Figura 15 - Formandos por modalidade de 2019.....	73
Figura 16 - Formandos por modalidade de 2020.....	74
Figura 17 - Formandos por modalidade de 2021.....	74
Figura 18 - Formandos por modalidade de 2022.....	75
Figura 19 - Formandos por etnia de 2018.....	76
Figura 20 - Formandos por etnia de 2019.....	76
Figura 21 - Formandos por etnia de 2020.....	77
Figura 22 - Formandos por etnia de 2021.....	77
Figura 23 - Formandos por etnia de 2022.....	78
Figura 24 - Formandos L2 de 2018 a 2022.....	79
Figura 25 - Formandos L6 de 2018 a 2022.....	80
Figura 26 - Formandos pretos e pardos L2 e L6 (2018 a 2022).....	81
Figura 27 - Questão 10: Marque as questões pessoais que influenciaram na sua desistência/evasão do curso.....	83
Figura 28 - Questão 13: No período em que estudou neste curso, recebeu algum tipo de bolsa (não considerando plano de permanência)?.....	84
Figura 29 - Participantes por região de nascimento.....	88
Figura 30 - Questão 1.3 - Local que atualmente se encontra.....	88
Figura 31 - Questão 1.6 - Ano de ingresso na graduação.....	89
Figura 32 - Questão 1.7 - Ano de conclusão do curso.....	90
Figura 33 - Questão 2.2 - Para cursar sua graduação na Unipampa Campus Bagé, você precisou mudar de cidade?.....	93
Figura 34 - Questão 3.1 - Durante o período que estudou na Unipampa você foi beneficiado com auxílio ou bolsa?.....	96
Figura 35 - Questão 3.4 - No período em que cursava a graduação, você trabalhava/precisou trabalhar?.....	99
Figura 36 - Questão 4.1 - Atualmente você atua em sua área de formação?.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos que mencionam ações afirmativas de cotas raciais e/ou mercado de trabalho.....	49
Quadro 2: Informações básicas	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de egressos(as) cotistas raciais por curso de 2018 a 2022	21
Tabela 2 - Estatística populacional das cidades escravistas – 1859.....	41
Tabela 3 - Total de trabalhos encontrados	48
Tabela 4 - Reserva de vagas destinadas a candidatos pretos, pardos ou indígenas.....	63
Tabela 5 - Modalidades de ingresso e suas definições.....	69

LISTA DE SIGLAS

ADAFI - Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENEM - Exame Nacional do Ensino médio

FNB - Frente Negra Brasileira

FNP - Frente Negra Pelotense

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

NIDA - Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos

ONU - Organização das Nações Unidas

PDA - Programa de Desenvolvimento Acadêmico

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TAE - Técnica Administrativa em Educação UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 METODOLOGIA: PERCURSO METODOLÓGICO	17
2.1 Caracterização da pesquisa.....	17
2.2 Contexto de pesquisa	19
2.3 Participantes da pesquisa: buscando informações sobre os egressos das cotas raciais	20
3 ANÁLISE HISTÓRICA: EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO PARA O POVO NEGRO	23
3.1 A relação entre o acesso à escola e a população negra.....	23
3.2 Negras e negros no mercado de trabalho	36
3.3 Negras e negros como parte da história de Bagé	39
3.4 Entre educação, mercado de trabalho e cotas raciais, na perspectiva de intelectuais negras	42
3.5 Ações afirmativas e o ingresso no mercado de trabalho: a experiência de negros e negras no contexto brasileiro	47
4 AÇÕES AFIRMATIVAS E ANÁLISE DE DADOS	56
4.1 Ações afirmativas de cotas raciais: um debate acerca de sua implementação.....	56
4.2 Ingresso, Evasão e Formatura: Análise de Dados a partir da Plataforma do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos (NIDA) na Universidade Federal do Pampa.....	61
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A EXPERIÊNCIA DOS(AS) EGRESSOS(AS) COTISTAS PRETOS E PARDOS DA UNIPAMPA E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	86
5.1 Informações básicas: conhecendo o perfil dos egressos cotistas raciais pretos e pardos da Unipampa Campus Bagé	86
5.2 Ingresso na Unipampa: a visão dos cotistas raciais.....	90
5.3 Permanência na Unipampa: não basta ingressar é preciso resistir e permanecer	95
5.4 Mercado de trabalho: A trajetória dos discentes cotistas raciais pretos e pardos diante da inserção no mercado de trabalho	106
5.5. Cotas raciais: Percepções dos egressos(as) dessa política pública	114
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE A	130

1 INTRODUÇÃO

A decisão por realizar essa pesquisa se faz com base na inquietação desta pesquisadora e servidora Técnica Administrativa em Educação (TAE) da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, que no ano 2019 ao participar/realizar o curso de heteroidentificação, para atuar junto às comissões referentes ao tema da universidade citada, ficou curiosa com a questão a respeito do alcance da ação afirmativa de cotas raciais, relacionada ao ingresso no mercado de trabalho.

Oriunda da periferia do município de Bagé, egressa de escola pública, mulher negra, filha de professora que foi a primeira da família a concluir um curso de nível superior e neta de lavadeira, a educação, a negritude, e o racismo sempre fizeram parte do meu cotidiano. Como optante por utilizar a Lei nº 12.990/14 que prevê a população negra a reserva de 20% das vagas em concursos públicos, me vejo nesse compromisso de pesquisar sobre esse tema. Visto que, os(as) egressos(as) das ações afirmativas todos os anos constituem uma parcela de formandos das universidades públicas brasileiras torna-se pertinente mapear que espaços de trabalho os(as) cotistas raciais negros, negras, pardos, pardas e pretos, pretas egressos(as) da Unipampa Campus Bagé estão ocupando após terem usufruído dessa ação afirmativa.

Sendo assim, este trabalho visa descobrir a efetividade das políticas de ações afirmativas de cotas raciais para negros, negras, pardos e pardas e pretos, pretas no ingresso no mercado de trabalho, visto que, a implantação das ações afirmativas têm como finalidade diminuir as desigualdades raciais e sociais. Além disso, pretende-se descobrir se esses(as) egressos(as) estão atuando em sua área de formação, ademais averiguar qual impacto que o diploma adquirido através da universidade pública teve na vida profissional deles(as).

Para isso o objetivo geral deste trabalho é investigar o processo de inserção no mercado de trabalho de egressos(as) do ensino superior do Campus Bagé da Unipampa, que participaram das ações afirmativas de reserva de vagas para negros, negras, pretos(as) ou pardos(as). Os objetivos específicos são: 1) averiguar se os(as) egressos(as) atuam em sua área de formação; 2) investigar, a partir dos dados de acompanhamento de egressos da Unipampa, a correspondência entre atuação

profissional e área de formação; 3) investigar as formas de acompanhamento de egressos(as) cotistas, desenvolvidas pela instituição, por meio da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão - ADAFI e como forma de adensar os dados do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos - NIDA, apresentados no item 3.2 desta dissertação.

A pergunta norteadora dessa pesquisa é a seguinte: Após ingressar no ensino superior através das ações afirmativas de reserva de vagas para negros, negras, como foi o processo de inserção dos(as) egressos(as) do Campus Bagé da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) no mercado de trabalho?

A presente pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo. Para isso, analisou-se dados dispostos na plataforma elaborada pelo Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos - NIDA, além do mais, buscou-se os dados nas respostas dos(as) participantes através do questionário aplicado. O qual foi organizado em 5 etapas para melhor entender o processo desses sujeitos na universidade e sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que é muito debatido a respeito do acesso, no entanto, torna-se relevante discutir sobre o que ocorre durante e depois que eles concluem a graduação. Tais questões estão presentes no capítulo 5 desta dissertação.

Nesse sentido, após aplicado o questionário, ocorreu o tratamento desses dados, com a finalidade de organizar as respostas obtidas. Por meio das informações coletadas foram analisadas as respostas dos(as) participantes, buscando encontrar a resposta para a pergunta de pesquisa.

A fim de fazer a sistematização das formas de acompanhamento dos(as) egressos(as) da Unipampa campus Bagé, foram solicitadas informações às seguintes instâncias da Universidade: ADAFI, PROGRAD. Após a sistematização, a próxima etapa foi a elaboração do questionário enviado posteriormente a esses(as) egressos(as). Esse questionário foi enviado via e-mail aos(as) atores/atrizes da pesquisa, e elaborado no *google forms*.

Os(As) atores/atrizes da presente pesquisa são egressos(as) dos cursos de graduação da Unipampa Campus Bagé, que concluíram o curso no período de 2018 a 2022, e que ingressaram na universidade através das ações afirmativas de cotas raciais para negros(as) pretos(as) e pardos(as) do Sistema de Seleção Unificada - SISU da Unipampa. Foram instrumentos desta pesquisa os dados e informações referentes a esses(as) egressos(as).

A análise dos dados foi realizada a partir das respostas obtidas por meio do questionário aplicado, orientada por análise de conteúdo, a fim de saber se as respostas, experiências se repetiam. Esse conteúdo foi organizado em uma planilha, assim percebendo quais fenômenos foram recorrentes, além disso para fortalecer as evidências encontradas nas respostas foram utilizados teóricos que conversem com as temáticas das respostas obtidas.

Esta dissertação é composta pelos seguintes capítulos: Análise histórica: Educação e mercado de trabalho para o povo negro; Ações afirmativas e análise de dados; Metodologia: Percurso Metodológico; Análise e discussão dos resultados: A experiência dos(as) egressos(as) cotistas pretos e pardos da Unipampa e a inserção no mercado de trabalho e as conclusões.

2 METODOLOGIA: PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo destina-se à apresentação da metodologia utilizada neste trabalho, ou seja, apresenta os caminhos percorridos durante o processo de pesquisa. Assim, pretendo descrever o percurso metodológico de forma minuciosa. Deste modo, serão apresentados o tipo (pesquisa qualitativa), o método de análise dos dados (análise de conteúdo), e o instrumento de aplicação (questionário). Logo, serão apresentados os perfis dos atores da pesquisa.

2.1 Caracterização da pesquisa

Analisar o percurso de egressos cotistas raciais, relacionado ao ingresso no mercado de trabalho, pode auxiliar no aperfeiçoamento da política pública, uma vez que aqui pode-se compreender melhor como age essa ação afirmativa com vistas de quem foi um usuário dela. Assim, como Vera Lúcia Benedito destaca a importância das discussões sobre essa política pública, uma vez que inicialmente houve debates acerca do acesso às Instituições de Ensino Superior, a lapidação de debates sobre a permanência, agora torna-se fundamental discutir a respeito do mercado de trabalho. Como segue:

Se em 2001, o ápice das discussões girava em torno do acesso às Instituições de Ensino Superior, atualmente, o amadurecimento dessas discussões volta-se para a permanência da população negra nessas Instituições. E num futuro quase imediato, a questão fundamental dar-se-á em relação ao mercado de trabalho. (BENEDITO, 2007, p. 115).

Nesse sentido, a exposição das vivências e opiniões sobre esse percurso, na intenção de saber como foi a inserção deles(as) no mercado de trabalho e além disso, a respeito da trajetória dos(as) alunos(as) cotistas enquanto discentes universitários, auxiliaram em um estudo mais aprofundado. Em vista disso, optou-se por utilizar-se da pesquisa qualitativa, que de acordo com Raupp e Beuren:

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último. (2006, p. 92).

Em concordância e contribuição a isso, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos destacam a profundidade que a metodologia de pesquisa qualitativa proporciona em análise ao comportamento humano, como segue:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 269).

Para isso, buscou-se os dados através das respostas do questionário que foi aplicado aos participantes. Nesse sentido, após aplicado o questionário, ocorreu o tratamento desses dados, com a finalidade de organizar as respostas obtidas. Por meio das informações coletadas foram analisadas as respostas dos participantes, e buscou-se encontrar a resposta para a pergunta norteadora desta pesquisa. Aplicar o questionário em uma pesquisa possui diversas vantagens. Segundo Antonio Carlos Gil:

O questionário apresenta uma série de vantagens. A relação que se segue indica algumas dessas vantagens, que se tornam mais claras quando o questionário é comparado com a entrevista:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;
- d) permite que as pessoas o respondam momento em que julgarem mais conveniente;
- e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2008, p. 122).

No que se refere a abordagem utilizada para análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, uma vez que buscou-se analisar as recorrências das respostas obtidas por meio do questionário aplicado. De acordo com Laurence Bardin, análise de conteúdo define-se como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Cabe destacar que as categorias utilizadas foram: adoecimento, questões financeiras, e não pertencimento. Tais tópicos estão descritos nas seguintes páginas desta dissertação: página 104, onde são abordados tópicos sobre adoecimento com destaque ao ambiente acadêmico; página 95 relatos acerca das dificuldades financeiras enfrentadas e; página 118 com questões sobre o não pertencimento desses(as) alunos(as).

Ainda conforme Bardin (1977), nesse contexto, cabe destacar as diferentes fases que constituem a análise de conteúdo, de forma cronológica, são elas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados.

Pré-análise: Esta fase trata-se da organização, e sistematização das ideias iniciais, é parte mais extensa, pois possui várias etapas, são elas: a escolha dos documentos que serão submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Exploração do material: Partindo do princípio que todas as fases da pré-análise foram realizadas, a exploração do material, trata-se da administração sistemática das decisões. Cabendo salientar que é uma fase extensa que constitui de operações como codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.

Tratamento dos resultados: O tratamento dos resultados é onde os resultados são tratados a fim de serem significativos, aqui as operações estatísticas simples (percentagens), ou as mais complexas (análise factorial), proporcionam o estabelecimento de quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais adensam e colocam em evidência as informações fornecidas pela análise. Além disso, para obter mais precisão, esses resultados são submetidos a testes estatísticos e também a testes de validação. Com resultados obtidos, os analistas podem fazer inferências e adiantar interpretações em direção aos objetivos pretendidos ou relacionadas a outras descobertas inesperadas.

2.2 Contexto de pesquisa

Para esta pesquisa, optou-se em dividi-la em duas etapas, a etapa inicial referente ao capítulo 3 onde foi realizada a coleta de dados quantitativos na plataforma do NIDA. Já a segunda etapa constituiu-se na elaboração e aplicação do questionário. Cabendo destacar que os dados coletados foram somente de egressos(as) cotistas raciais pretos e pardos da Unipampa Campus Bagé, e que ingressaram na graduação no período de 2015 a 2018 e concluíram o curso entre 2018 e 2022.

Os critérios para seleção do recorte temporal foram escolhidos devido a plataforma onde os dados estão dispostos ter informações dos cotistas somente a partir de 2015. O ano de 2018 foi o limite definido para ingresso, pois o objetivo era analisar os egressos, assim quem ingressou em 2018 em cursos de 8 semestres teve a possibilidade de concluir o curso em 2021. Por outro lado, para a conclusão do curso optou-se pelo ano de 2022 a fim de ter dados mais atuais, pois alunos(as) de cursos mais extensos que ingressaram em 2018, por exemplo, concluiriam o curso no mínimo em 2022.

2.3 Participantes da pesquisa: buscando informações sobre os egressos das cotas raciais

Este subcapítulo destina-se à busca de informações sobre os(as) egressos(as) cotistas raciais negros, negras (pretos(as) e pardos(as)). Assim, buscou-se aferir como a universidade realiza o acompanhamento desses(as) egressos(as), e além disso, este subcapítulo detalha o percurso trilhado para encontrar os(as) cotistas raciais negros(as) (pretos/as e pardos/as) egressos(as) dos cursos de graduação da Unipampa Campus Bagé. Por fim, é apresentado o perfil dos atores desta pesquisa.

Com a intenção de saber como a universidade realiza o acompanhamento dos egressos e assim descobrir se há um recorte racial nesse processo, foi realizado o contato via e-mail com a Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). Para isso, questionou-se a respeito do acompanhamento dos(as) egressos(as) dos cursos de graduação da Unipampa, e se existia o recorte racial.

Assim, como retorno desse questionamento obteve-se que ainda não existe esse nível de detalhamento como o recorte racial dentro do acompanhamento dos egressos, uma vez que é uma construção que está em andamento. Além disso, eles relataram que levariam essa questão para a próxima reunião do Comitê de

Acompanhamento do Egresso da Unipampa, para assim a partir disso haver um motivador para direcionar o trabalho.

Nota-se então que no período em que esta pesquisa foi desenvolvida, mais precisamente em 2023, recém estão sendo elaborados mecanismos para o acompanhamento dos(as) egressos(as) e ao que tudo indica ainda não havia um direcionamento especial aos cotistas raciais, pretos(as) e pardos(as), que são o foco desta pesquisa. Vale ressaltar que foi enviado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) o mesmo e-mail que havia sido enviado à ADAFI, no entanto não se obteve retorno.

Sendo assim, a fim de aplicar o questionário aos atores e atrizes desta pesquisa, além de saber quantos eles eram, inicialmente foi necessário procurar saber quem eram essas pessoas, para então conseguir realizar o envio do mesmo. Nesse sentido, no que se refere a quantidade de egressos(as) cotistas raciais negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) dos cursos de graduação do Campus Bagé, como apresentado no capítulo anterior, obteve-se um total de 14 egressos(as) no período de 2018 a 2022. Tais dados foram obtidos através da plataforma do NIDA. Na etapa seguinte foram acessadas as listas de aptos a colar grau dos anos de 2018 a 2022, disponíveis no site da Unipampa¹, e foram verificados os(as) egressos(as) dos seguintes cursos e períodos:

Tabela 1 – Quantitativo de egressos(as) cotistas raciais por curso de 2018 a 2022

CURSO	PERÍODO	QUANTIDADE DE EGRESSOS
Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas	2018, 2019 e 2021	4
Química	2019 e 2022	2
Engenharia de Produção	2020	1

¹ <https://sites.unipampa.edu.br/colacoesdegrau/lista-de-aptos-a-colar-grau/>

Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa	2021 e 2022	4
Música	2022	1
Engenharia Química	2022	1
Engenharia de Energia	2022	1

Fonte: Autora (2023)

A partir disso, com acesso às listas, a próxima etapa foi a verificação das redes sociais (Facebook e Instagram) desses(as) egressos(as), com a finalidade de verificar quais seriam os possíveis cotistas raciais negros (pretos ou pardos). Após essa busca, chegou-se ao total de 14 possíveis cotistas raciais. Essas informações foram dispostas em uma planilha a fim de organizar as informações como: nome, curso, ano de ingresso e ano de conclusão.

A seguir, para dar continuidade, juntamente com a pesquisadora, a orientadora e o co-orientador desta pesquisa, foi elaborado o questionário na plataforma *Google Forms*. Ao total foram elaboradas 31 questões destinadas aos(as) 14 egressos(as). No que tange ao período de aplicação, o questionário foi aberto e enviado via rede social e e-mail no dia 6 de outubro de 2023 e foi encerrado no dia 22 de novembro de 2023. Ao total, 9 participantes aceitaram participar da pesquisa e contribuíram com suas respostas ao questionário. Salientando que o link de acesso foi enviado seis vezes aos participantes, sempre excluindo os que já haviam respondido, as respostas foram obtidas em sua maioria aos finais de semana. Ao perceber essa recorrência, optou-se por realizar encaminhamentos preferencialmente aos sábados e ou domingos.

3 ANÁLISE HISTÓRICA: EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO PARA O POVO NEGRO

3.1 A relação entre o acesso à escola e a população negra

A luta por liberdade da população negra no Brasil teve início anteriormente à abolição da escravidão, que por sinal, foi uma conquista das lutas do povo negro. Os(as) negros(as) na situação de escravizados(as) começaram a atentar para questão das possibilidades de liberdade logo que foram postos nessa condição, ou seja, desde que foram deslocados e trazidos para o Brasil e foram escravizados(as), eles demonstraram resistência ao processo de escravização.

Assim, mesmo antes da abolição da escravatura, parte da comunidade negra que havia sido escravizada já havia alcançado sua liberdade. Um dos meios de obter a liberdade era através das cartas de alforria ou cartas de libertação como eram denominadas, como bem descreve Bruna Emerim Krob:

A prática da alforria se modificou ao longo de todo o período escravista, de modo que é grande a variedade de tipos e condições impostas a sua consecução. Nas últimas décadas da escravidão, os registros notariais das cartas de liberdade expressaram, frequentemente, que as mesmas foram fruto de contendas judiciais ou se deram através das possibilidades abertas pelas leis de 1871 e 1885, muitas vezes à revelia da vontade dos senhores. (KROB, 2016, p. 41).

No entanto, houve estratégias por parte de seus senhores, os quais dificultaram a concretização da tão sonhada liberdade. Usando táticas de repressão às ações de fugas, ou seja, na tentativa de evitar um movimento coletivo dos escravizados(as), buscaram cercear as possibilidades de se reunirem e articularem entre si movimentos pelos quais eles(as) pudessem conquistar a liberdade. Como afirma Jaci Maria Ferraz de Menezes:

A luta dos escravos pela reconquista da liberdade tem início desde os primórdios do cativeiro. Não resistisse cada escravo, individualmente, a sua captura, e não seria necessário pô-lo a ferros, separar os elementos de cada tribo ou etnia de modo a evitar a resistência conjunta através da redução ao estado de incomunicabilidade (dado que falavam diferentes línguas). A redução à imobilidade e a redução ao silêncio, ao lado da ameaça à integridade física com castigos devidamente planejados e hierarquizados, tinham como finalidade evitar, controlar a reação ao aprisionamento e a fuga, individual ou coletiva, do negro prisioneiro. (MENEZES, 2009, p. 84).

Cabe aqui destacar a questão referente a redução ao silêncio, ou melhor dizendo, o silenciamento em que os escravizados(as) eram submetidos. Em sua obra

Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano, Grada Kilomba discorre acerca da máscara da Anastácia, intitulada por ela como máscara do silenciamento. A referida máscara foi um instrumento o qual os senhores utilizavam, a fim de fazer com que os(as) escravizados(as) africanos(as) que trabalhavam nas plantações não ingerissem cana de açúcar ou cacau. Entretanto, o objetivo maior a qual se destinava era silenciar os(as) escravizados(as) fazendo com que eles não se comunicassem. De acordo com Kilomba:

[...] mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os "Outras/os": Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 33).

Embora o sistema impusesse tentativas de desarticulação e silenciamento aos escravizados(as), os(as) negros(as), resistiram e lutaram em busca de sua liberdade. Em momento algum mantiveram-se conformados com a escravização, como destaca Maria Jorge dos Santos Leite:

A história da resistência à escravidão no Brasil atravessou os três séculos de existência desse sistema. Esse fato contraria qualquer noção de docilidade e aceitação passiva por parte dos escravizados às condições a que foram submetidos. Ao resistirem, de diversas maneiras, além de negarem a naturalidade daquele infausta instituição, os escravos foram desmontando lentamente a estrutura do sistema que lhes vitimavam. (LEITE, 2017, p. 79).

Ainda falando sobre a liberdade dos(as) escravizados(as), e agregando o caráter de cidadania, é pertinente salientar que uma não foi salvaguarda da outra. Pois conforme aconteceu com os(as) negros(as), obtiveram sua liberdade formal, no entanto, ficaram como invisíveis perante a sociedade, não tiveram um suporte para obterem outras fontes de renda, visto que, não foram alocados para ocupar lugares distintos na sociedade brasileira. É possível então compreender que a liberdade dos(as) negros(as) está atrelada as reivindicações que se originaram desde o momento de sua escravização até a atualidade. Assim como destaca Araly Cristina de Oliveira:

A questão racial aparece como negação do humano em um universo que impossibilita qualquer sujeito, cujos termos pejorativos o inferiorizam. No caso

do negro, esse processo coibiu qualquer forma de ascensão tanto nas questões de direito civil, como do direito social. Devido a isso, as leis são tão singulares quanto ao racismo e aos preconceitos que o sustentam. É por isso, que a liberdade não garante cidadania. Ser livre para os negros resultou em lutas permanentes desde a abolição até os dias atuais. (OLIVEIRA, 2017, p. 64).

Nas questões educacionais, por outro lado, no início da década de 1870, foi sancionada uma das leis que vai ao encontro da tão almejada liberdade e possibilidade de inserção via educação: a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. A referida lei, criada pelos senhores, trazia em sua estrutura uma falsa concepção de liberdade e de oportunidade, pois seus artigos e alíneas deixavam claros os limites estabelecidos e impostos aos negros(as).

Ao ler a lei, é possível perceber quem estava na posição de comando. Visto que, ela delimitava até onde o negro poderia ir, até que lugar eles deixariam pessoas negras alcançar para seguirem no domínio da situação. Além disso, ela reforçava o racismo. A Lei do Ventre Livre previa que, a partir de então, os filhos nascidos nos ventres das escravizadas estariam livres, porém havia alguns empecilhos no entorno dessa questão, como é possível perceber no parágrafo 1º do artigo 1º da referida Lei:

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (BRASIL, 1871).

Por meio da leitura do parágrafo acima, percebe-se de forma evidente o caráter escuso dessa lei, pois a mesma demonstra a posição de poder do colonizador sob o colonizado, quem estava sob o controle da situação, e quem dava ordens. Nota-se que havia condições que acabavam deixando o(a) negro(a) liberto com um elo, ligado aos senhores, isso fazia com que o vínculo dificilmente fosse desfeito. Uma vez que as crianças que nascessem posteriormente a sanção dessa Lei, deveriam ser dadas pelos seus proprietários aos cuidados do Estado, por intermédio de indenização, para serem educadas. Por outro lado, as que não fossem dadas ao Estado permaneciam

como escravizadas até os 21 anos. No que se refere a isso, Marcus Vinícius Fonseca traz a seguinte afirmação:

[...] a maioria das crianças que nasceram livres de mãe escrava após 1871 foram educadas, ou criadas, pelos senhores de suas mães, e não necessariamente a partir dos padrões educacionais que os debates em torno da Lei do Ventre Livre haviam sugerido como necessários à transição para a sociedade organizada a partir do trabalho livre. (FONSECA, 2002, p. 98).

É pertinente ressaltar que a necessidade dos senhores em optarem por utilizar os serviços dos(as) negros(as), que perante a lei eram livres, gerou uma situação de subalternidade. Assim, reforçando o caráter racista da lei, pois, os que escolhessem essa opção teriam um escravizado ao seu dispor.

Percebe-se então que a legislação beneficiava a população branca e por mais que tenha sido voltada para prescrever direitos aos escravizados(as), ela era de cunho racista. Visto que, de acordo com Djamila Ribeiro (2019, p.12), “O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo.”

Dentre as legislações voltadas para a população negra no que se refere à educação, a Lei do Ventre Livre foi um dos documentos pioneiros. Nela continham instrumentos que estavam parcialmente ligados à liberdade dos escravizados, assim vislumbrando chances de acesso ao ensino. Porém a referida lei não foi efetiva para a população negra, pois estes continuaram ocupando os mesmos espaços na sociedade. Como discorre Joana Célia dos Passos:

Efetivamente, a Lei do Ventre Livre é um dos primeiros documentos oficiais em que a questão da educação dos negros foi explicitamente colocada como uma das condições para o processo de abolição do trabalho escravo. Por isso, falar de educação para a população negra nos remete, necessariamente, a ela como um instrumento jurídico que fornece elementos para afirmar que a elite branca dirigente projetou o que desejava para os negros nesta sociedade, chamando para si a responsabilidade de construir a transição para a sociedade livre. Contudo, não como ruptura, mas como tentativa de assegurar a permanência da estrutura social. A educação foi o principal mecanismo para a estratégia disciplinadora e racionalizadora do espaço social. (PASSOS, 2012, p.143).

É pertinente compreender, bem como salienta Araly Cristina de Oliveira, que a população negra teve a experiência de viver a ânsia de ser liberta diante uma sociedade onde a exclusão predominava, ademais espaços como o mercado de

trabalho não eram acessíveis a eles, então não era possível levar uma vida digna e com igualdade (OLIVEIRA, 2017).

É de grande relevância abordar neste trabalho o contexto do pós-abolição. Compreendendo os percalços que os ex-escravizados enfrentaram, enaltecendo alguns dos espaços de resistência criados por eles que tiveram que sobreviver em um país que os negou oportunidades de educação, saúde e moradia. Assim, elucidando fatos que evidenciam a necessidade de reparação histórica para a população negra brasileira, uma vez que a abolição foi a conquistada após um longo período de reivindicações e lutas dos(as) negros(as). Conforme afirma Joana D'arc de Oliveira:

Assim, temos que o tornar-se livre no pós-abolição foi uma construção pautada em elementos sociais, culturais, econômicos, políticos e simbólicos, extremamente complexa e que fez com que o negro passasse a cobrar diariamente os direitos que lhes foram até então negligenciados. Educação, saúde, trabalho e o viver em família se tornaram as principais pautas de reivindicações por parte destes sujeitos que deram início a uma nova batalha: construir uma nova forma de inserção na sociedade. (OLIVEIRA, 2015, p. 65).

Ainda que os(as) negros(as) fizessem parte da classe trabalhadora, ocupando diversos espaços de trabalho, não foram elaboradas políticas de viabilização de cidadania para esses. Nesse sentido, embora sabe-se que, após a abolição formal da escravatura no Brasil em 13 de maio de 1888, não houve ações de reparação para essa população, não há como negar que essa data foi um marco para a história do povo negro no Brasil. Após a abolição formal da escravidão, os(as) negros(as) que ainda não eram livres foram libertos, cabe destacar neste sentido, que havia já uma população negra considerável vivendo em liberdade, fruto de seu próprio protagonismo. No entanto, a liberdade não proporcionou aos ex-escravizados os mesmos privilégios que os demais membros da sociedade tinham.

Assim, durante anos os(as) negros(as) reivindicaram por sua cidadania. Para isso, alguns dos meios utilizados para expor suas ideias, explanar seu descontentamento, e fortalecer as lutas do pós-abolição foi a chamada imprensa negra, que eram os jornais fundados por negros e voltados para as lutas dessa população. Visto que, os demais jornais não abordavam as demandas dessa parcela da população, fazendo com que o negro não tivesse espaço para publicar seus escritos, seus artigos, nos jornais que já circulavam nas cidades.

As publicações na imprensa negra, em sua maioria eram escritas por homens de cor, no entanto, os trabalhadores brancos da classe operária também faziam parte

do corpo editorial, visto que havia reivindicações afins por parte dessa população. De acordo com Ângela Pereira Oliveira (2017), a publicação de jornais com viés em torno da questão racial iniciou no Brasil em 14 de setembro de 1833 na cidade do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul não foi diferente, no entanto esses periódicos foram criados no contexto pós-abolição formal da escravatura, onde houve um aumento substancial nesses impressos, como forma de resistência da população negra. Fatores como a inexpressiva representatividade e a cidadania deficiente vieram a ser motivos de elevação do número de impressos negros. Conforme Ângela Pereira Oliveira discorre em seu artigo:

E no pós-abolição o número de impressos negros cresceu ainda mais. Tal fato se justifica por diversos fatores, entre eles: organização de pessoas negras letradas, necessidade de defesa e resistência, expansão dos meios de comunicação entre as massas, falta de representatividade da população negra, cidadania incompleta para os descendentes de africanos. (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

Por meio da imprensa negra, foi possível os negros exporem suas opiniões e descontentamentos perante ao sistema opressivo da época. Além disso, foi um instrumento de apoio à luta, às reivindicações pela cidadania dos negros, denúncia de racismo e apoio à classe trabalhadora.

Sendo assim, ainda de acordo com Oliveira (2017), o primeiro título da imprensa negra no Rio Grande do Sul foi o jornal O Exemplo (1892-1930), e foi elaborado na cidade de Porto Alegre. Já o segundo, o jornal A Alvorada (1907-1965), circulou na cidade de Pelotas, na região sul do Estado. Esses dois jornais faziam parte da imprensa negra do estado do Rio Grande do Sul e eram publicados semanalmente. Ambos eram voltados ao público negro, mas como dito anteriormente, também era incluída a classe operária branca. Esses jornais tinham publicações com temáticas voltadas às relações de trabalho. Assim como destaca Ângela Pereira Oliveira em sua dissertação, segundo ela:

O Exemplo e A Alvorada serviram de meio de divulgação de sociabilidades negras. Os dois deram muita importância aos aspectos culturais. Para isso se envolveram na promoção de concursos de beleza, vistos tanto como forma de combater o racismo como para aumentar a autoestima do grupo, questionando o branco como padrão estético. (OLIVEIRA, 2017, p. 41).

Faziam parte da composição de O Exemplo, os homens negros portoalegrenses, que adentravam espaços não ocupados pelos demais negros. No que tange às publicações dos referidos jornais, O Exemplo publicava anúncios comerciais voltados para população com maior poder socioeconômico. De acordo com Caiuá Cardoso Al-Alam, saber ler, era uma condição que ainda não era significativa entre os negros, diante disso, haviam maneiras de fazer com que todos, letrados ou não ficassem atualizados sobre as notícias que eram abordadas nos jornais. Para isso faziam leituras em voz alta, essa ação agia como forma de inclusão dos negros, que assim conseguiam saber e compartilhar as lutas travadas entre si. O jornal circulava em espaços como clubes e cafés, além disso, as pessoas compartilhavam esses jornais emprestando-os umas às outras (AL-ALAM, 2020).

Os negros tinham consciência sobre a situação a qual foram colocados, e tinham discernimento para criar espaços para debater suas lutas e expô-las nos jornais da imprensa negra. Como é possível verificar em um fragmento da notícia retirada do Jornal O Exemplo com o seguinte título: Reparando a mais grave injustiça da humanidade.² Ainda em torno das publicações do jornal O Exemplo, denúncias sobre os preços elevados dos itens de primeira necessidade também fizeram parte das publicações do jornal.³ Cabe salientar que essas informações foram retiradas da Hemeroteca, plataforma online a qual tem armazenado e digitalizados jornais e um deles é O Exemplo.

Por outro lado, no entanto, ainda no mesmo contexto, na cidade de Pelotas, o jornal A Alvorada iniciou suas atividades em 1907. O periódico abordava pautas direcionadas a população negra, lutando pelo término do racismo, ademais dando suporte nas demandas dos trabalhadores. Abaixo é possível verificar no texto de Fernanda Oliveira da Silva, a intensidade da organização daquele coletivo do jornal:

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 1907 saía às ruas da cidade de Pelotas, o primeiro número do jornal A Alvorada, idealizado por um grupo de jovens negros. Os fundadores tinham em comum, além da cor da pele e da consequente experiência de discriminação racial o que lhes colocava o

² Após tantos séculos de humilhação e de sofrimento, parece que chegou, enfim, o dia da justiça, e, quiçá, da glorificação, para a raça negra. Relegado para animalidade, classificado entre os seres inferiores, o preto foi explorado, caçado, negociado, como os irracionais, com as mercadorias, como as coisas sem entendimento e sem alma. (O Exemplo, 21/10/1923)

³ Dia a dia o preço dos gêneros de primeira necessidade sobe num crescendo apavorante, de maneira ir tornando impossível a vida aos que dispõem de escassos recursos para manter sua subsistência e a de suas famílias. (O Exemplo, 08/03/1925)

anseio pelo fim destes preconceitos, o fato de serem operários preocupados com os destinos da classe trabalhadora. Preocupações estas que não se restringiam à cidade, mas é possível constatar um alargar dos horizontes, pois veiculavam matérias de interesse nacional e atreladas a política internacional. (SILVA, 2011, p. 2).

De acordo com Oliveira, no caso do A Alvorada, por exemplo, grande parte de seus membros ocupavam lugares de comando nos sindicatos de Pelotas, o que lhes garantia respeitabilidade dentro da classe (2017, p. 76). Segundo a mesma autora, além de publicações voltadas à classe trabalhadora e as indignações da comunidade negra, o jornal auxiliava na divulgação compartilhando informativos sobre os clubes sociais negros durante a época dos festejos carnavalescos, publicando as marchas de carnaval e resultados dos concursos de beleza. No entanto, cabe destacar que tanto O Exemplo quanto A Alvorada promoviam concursos de beleza a fim de valorizar a beleza negra e empoderar aqueles e aquelas que tanto sofriam quanto a questões relativas ao preconceito racial.

Ambos os jornais, tanto O Exemplo quanto A Alvorada, fazem parte da história do Rio Grande do Sul. Além disso, trazendo este debate para a cidade de Bagé, lócus desta pesquisa, é importante afirmar que a localidade teve imprensa negra atuante, com um expressivo número de jornais em circulação. Dentre os jornais, destacaram-se:

O Rio Branco (1913), A Liberdade (1920), A Defeza (1920), O Palmeira (1922; 1927, 1949, 1952), O Rouxinol (1924), A Revolta (1925), O Teimoso (1928), O Boato (1929), Lampeão (1934), A Tesoura (1935), O Arauto (1936), Socega Leão (1937; 1939) e O 28 de Setembro (1937, 1938, 1939). (SILVA, 2018, p. 57).

Assim, durante o pós-abolição, Porto Alegre, Pelotas e Bagé atravessaram mudanças que oportunizaram um período de propagação dos jornais da imprensa negra. Além disso, foram a representação de luta e resistência da comunidade negra dentro desse contexto. O Brasil reconhecer os jornais da imprensa negra como parte da história da produção do jornalismo no país, demonstra uma maneira de reconhecer visibilidade ao povo negro e além disso das suas produções culturais que fazem parte da memória desta nação. (OLIVEIRA, 2017).

Em meio às publicações da imprensa negra brasileira, surgiu a Frente Negra Brasileira, conhecida como FNB. Essa organização foi outro meio de elucidação de união e espaço para debates sobre as questões dos(as) negros(as) ex-

escravizados(as), naquela época então livres. Mais um ambiente de ações voltadas para efetivação da cidadania da comunidade negra.

Desse modo, conforme Petrônio Domingues, devido ao impedimento dos negros entrarem em locais que proporcionavam lazer à população, espaços religiosos, e terem seu atendimento negado em estabelecimentos prestadores de serviços, a comunidade negra foi construindo seus próprios espaços pautados pela luta por cidadania (DOMINGUES, 2006). Neste sentido, foi criada em São Paulo em setembro de 1931 a FNB, extinta em 1937, tendo o propósito de lutar contra o preconceito racial, e contra a negação de ingresso dos(as) negros(as) a locais que os demais membros da sociedade transitavam com total passibilidade (OLIVEIRA, 2017). Conforme a passagem citada abaixo, é notável que a FNB, fez parte da trajetória pela conquista dos direitos da cidadania dos(as) negros(as) no pós-abolição. Assim, como afirma Petrônio Domingues:

Para reverter esse quadro de restrições ou violações de direitos no pós-Abolição, os descendentes de africanos de São Paulo fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e os descendentes de africanos do Rio de Janeiro criaram o Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944. Esses dois agrupamentos do movimento social procuravam combater o racismo e lutar para que o negro brasileiro conquistasse o pleno exercício da cidadania. (DOMINGUES, 2006, p. 133).

A Frente Negra Brasileira defendeu vários segmentos voltados para humanização e cidadania dos(as) negros(as). Sua estrutura era composta por variados setores como departamento esportivo, cursos de alfabetização, cursos vocacionais direcionados aos adultos. Faz-se importante destacar uma característica sobre o rol de associados da FNB, que de acordo com Maria Aparecida Pinto Silva, estes deveriam ser negros, pagavam uma taxa mensal de filiação, recebiam uma carteira de identificação e podiam usufruir de todos os serviços, com preços simbólicos, prestados pela Frente (2003, p. 126).

A partir disso, nota-se as intenções de proporcionar meios para que a população negra conseguisse ingressar na sociedade e tornar-se cidadã, galgando espaços e assim tendo direitos básicos para serem tratados e vistos como tal. A FNB buscou proporcionar aos negros o que o Estado ao abolir a escravatura não garantiu. Percebe-se então que através dela e das redes das instituições do povo negro vinculadas, a comunidade conseguiu ter subsídios para estruturarem suas vidas.

A população negra feminina também compôs e atuou na Frente Negra Brasileira, ou seja, as mulheres negras tiveram representação dentro desse movimento social. Porém, sua participação foi através de um departamento intitulado “Rosas Negras”. Segundo Silva (2003, p.127), as mulheres eram responsáveis pelos eventos literários, musicais, bailes, grupos de teatro, eventos esportivos e piqueniques. Além disso, as mulheres tiveram visibilidade dentro da FNB, visto que elas assinavam artigos publicados no jornal “A Raça”, vinculado à Frente. Nota-se então, que as mulheres tiveram atuação, importância e visibilidade na FNB, seja através da organização de eventos e/ou na publicação em jornais da época.

A Frente Negra Brasileira (FNB), constituiu um espaço de extrema importância para os(as) negros(as), visto que abrangeu toda a nação brasileira. As lutas iniciadas ali serviram como alicerce para cidadania da população negra brasileira, como é possível perceber no trecho abaixo destacado por Petrônio Domingues:

A FNB foi expressão da capacidade de união e luta da “população de cor” na década de 1930. Para as lideranças fretenegrinas, a educação era o que hoje se designa bem inviolável. Além da integração e ascensão social do indivíduo na sociedade, ela possibilitaria a eliminação do preconceito e, no limite, garantiria as condições para o exercício da cidadania plena. (DOMINGUES, 2008, p. 532).

Sabe-se que a educação é um dos meios pelos quais é possível ascender social e economicamente. Através dela é possível conquistar um emprego com uma remuneração melhor, o que poderá garantir a qualidade de vida do sujeito. No entanto, o racismo e a discriminação de gênero atrelados a falta de oportunidades presentes na sociedade brasileira fazem com que os homens e as mulheres negras tenham mais dificuldades de ascender socialmente.

No que se refere a educação para o povo negro, durante muito tempo ela foi negada a essa parcela da população. Esse também foi um espaço de invisibilização dos negros, pois eles não tinham a chance de aprenderem a ler e escrever, e usar isso como instrumento de defesa.

Além do mais, a legislação era conivente com o racismo e com a exclusão do negro dos espaços educacionais e de acesso ao conhecimento, visto que, por meio da educação são abertas oportunidades de ascensão social. A educação no Rio Grande do Sul, de acordo com Natália de Lacerda Gil e Cláudia Pereira Antunes, perante o baixo número de escolas públicas criadas no início do século XIX, e diante

do racismo existente na sociedade, proibiam que os negros fizessem parte delas (2021, p.7). É possível perceber isso no documento Leis, Atos e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no artigo 3º da Lei nº 14, Lei de Instrução Primária 1837, a qual prescreve que as pessoas com doenças contagiosas, os escravizados, e pretos mesmo que sejam livres ou libertos não podem frequentar as escolas⁴.

Conforme consta no referido artigo, a proibição para comparecer era válida para as escolas públicas. Isto é, fica evidente que as escolas subsidiadas pelo Estado impediam o ingresso de pretos escravizados ou livres, assim como pessoas com moléstias. Percebe-se, portanto, que as escolas, que já não existiam em um número expressivo, excluía parte do que poderia ser seu público em preferência a outros. Observa-se que o Estado decidia quem teria a oportunidade de estudar ou não, a quem era permitido ter acesso ao conhecimento. Além de tudo, vale evidenciar o racismo escancarado, porque a própria lei negava a entrada dos negros na escola.

Desse modo, ao decorrer de 20 anos da publicação da Lei nº 14 de 1837, no ano de 1857, houve a publicação de um novo Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde foi removido o impedimento de ingresso na escola aos pretos livres ou libertos. Assim, os negros puderam escolarizar-se mesmo antes do final oficial da escravidão. Por outro lado, permanece no regulamento a proibição de admissão de escravizados nas escolas, conforme o artigo 21, parágrafo 3º do regulamento, que ainda impedia os escravizados de frequentarem as escolas⁵.

Em meio ao racismo e as dificuldades de ingresso no campo educacional, o jornal A Alvorada, que fazia parte da imprensa negra pelotense, e a Frente Negra Brasileira, foram fontes de lutas pela educação da população negra. Nesse sentido, foi criada a Campanha Pró-Educação da população negra. De acordo com Gabriela Teixeira Gomes:

⁴ Fonte: Leis, Atos e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-atos-e-regulamentos-sobre-educacao-no-periodo-imperial-na-provincia-de-sao-pedro-do-rio-grande-do-sul>). Acesso em: 03/10/2022.

⁵ Fonte: Leis, Atos e Regulamentos sobre Educação no Período Imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/historia-da-educacao/leis-atos-e-regulamentos-sobre-educacao-no-periodo-imperial-na-provincia-de-sao-pedro-do-rio-grande-do-sul>). Acesso em: 03/10/2022.

A campanha Pró-Educação surgiu em 15 de janeiro de 1933, sendo veiculada pelo jornal A Alvorada e produzida por um grupo de intelectuais negros ligados a esse periódico e a outras associações e entidades negras em Pelotas-RS. (GOMES, 2021, p. 122).

A imprensa negra pelotense, por meio do jornal A Alvorada, foi responsável pelas campanhas Pró-Educação da população negra. De acordo com Gomes, em 26 de maio de 1935 foi encerrada a Campanha Pró-educação, e o jornal A Alvorada publicou o artigo “*O Dia 13 de Maio*” em atenção à celebração da Lei Áurea (2021, p.54). Além disso, abordou questões relativas aos enfrentamentos da população negra no contexto pós-abolição, mas mantendo a educação como um dos principais focos do periódico.

A Frente Negra Brasileira, também teve sua parcela na reivindicação por educação da população negra. Pois ter esse acesso significava fazer parte do país, ser considerado um cidadão.

Para a população negra, nesse contexto deveras adverso, ser cidadão significava ter direitos iguais – e não ser vista como inferior. Porém, diante da inclusão marginal e das práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca, a cidadania plena continuava sendo um sonho. Para transformá-lo em realidade, um grupo das “pessoas de cor” logo percebeu que era necessário unir-se e lutar coletivamente, por meio de reivindicações e projetos pela conquista de respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação. (DOMINGUES, 2016, p. 330).

Assim, as associações do Brasil utilizaram a FNB como referência para replicar projetos. Tais associações estavam atentas a situação de analfabetismo dos(as) negros(as), por isso investiam em ações voltadas para alfabetização e acesso à educação, visto que seria um meio de adquirir um emprego com uma remuneração mais elevada. A Frente Negra Pelotense, também chamada de FNP, foi uma dessas organizações. A mesma promovia ações visando potencializar o nível intelectual dos negros.

As organizações de outros estados que se inspiravam na experiência da FNB também se preocupavam com a alfabetização e educação da “população de cor”. Esse foi o caso da FNP, do Rio Grande do Sul. Nascida no bojo de uma “Campanha Pró-Educação”, a agremiação inscrevia logo no primeiro artigo de seu estatuto que se destinava “a pugnar pela união, educação, instrução, reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça negra”. Para tanto, pretendia realizar palestras, conferências; organizar bibliotecas, cursos de alfabetização, em suma, ações que tendiam a elevar o nível intelectual e cultural do “homem de cor”. (DOMINGUES, 2008, p. 531).

Nessa perspectiva a Frente Negra Brasileira foi atuante, e de certa forma eficaz, pois por meio da educação disponibilizada pela FNB, uma parte dos(as) negros(as) pode ser inserida justamente na sociedade brasileira. Percebe-se então a importância da educação para o sujeito, pois por meio dela, que há anos havia sendo negada, fez com que aos poucos o negro fosse se integrando na sociedade brasileira.

As conquistas empreendidas pela FNB no terreno educacional possibilitaram a inserção condigna de alguns negros na sociedade e, ao mesmo tempo, contribuíram para o acúmulo de forças do movimento social que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país. (DOMINGUES, 2008, p. 533).

Um dos atores importantes para exclusão dos negros no campo educacional, foi o racismo estruturado na sociedade, que não permitia que os negros integrassem parte da comunidade letrada. Assim, os negros em maior número, pertencentes às classes de mais baixa posição social, não tinham esse acesso garantido, então acabaram ficando em uma situação precarizada no que tange a educação. Neste sentido, a própria comunidade negra teve que fazer movimentos para que os seus tivessem a chance, de através da educação, aprenderem a ler e escrever, tendo acesso ao conhecimento.

Desse modo, uma das formas de exclusão educacional da população negra, determinada pelo racismo que estrutura a sociedade brasileira, foi a negação do acesso à escola, senão pela legislação como no século XIX, pelo pertencimento às classes subalternas e a urgência do trabalho em qualquer dos períodos. (GIL, ANTUNES, 2021, p. 13).

Nessa perspectiva, embora tenham sido frentes importantíssimas para inclusão do negro na educação, a exclusão e falta de acesso é advinda do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. Aqui é válido apresentar o que diz Silvio Almeida:

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Ainda a respeito do racismo estrutural, que é um dos fatores pelos quais há a exclusão da população negra no Brasil, cabe destacar o argumento de Djamila Ribeiro:

Por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade. Geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas particulares de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbio. E é justamente o racismo estrutural que facilita o acesso desse grupo. (RIBEIRO, 2019, p. 43).

Dito tudo isso, percebe-se que a população negra foi excluída dos espaços educacionais e foi impedida por muito tempo de ter acesso ao conhecimento. Mesmo assim, com tanto racismo, rechaço, preterimento e falta de humanização, muitas vezes com um tratamento cruel e degradante, a comunidade negra organizou-se. Construindo os caminhos que deveriam percorrer para conseguirem ter uma vida digna em um país que lhes explorou, oprimiu seu povo e quando o sistema escravista ficou insustentável, os libertou e não os respaldou com nada. Não houve qualquer política de reparação. Cabe por fim salientar, que as pautas por educação e cidadania são uma antiga luta dos movimentos negros, o que pretendi aqui apresentar neste subcapítulo.

3.2 Negras e negros no mercado de trabalho

O mercado de trabalho, foi mais um espaço de racismo e de invisibilidade da população negra, assim dizendo, mais um local onde os negros foram rejeitados em detrimento de outros, brancos, que tiveram preferência. Deste modo essa desqualificação e a competição injusta gerada pelo capitalismo resultou aos negros no pós-abolição os empregos de baixa valorização.

Inserido nesse contexto de mercado de trabalho no Brasil cria força a política de incentivo à imigração europeia. Assim, ao final do século XIX, o Brasil investiu em mão de obra estrangeira, preferencialmente europeia, já que os mesmos eram vistos como superiores. O desenvolvimento e evolução do país estava centrado na raça como maneira de refletir sobre o futuro do país, assim pensava-se que os que tinham a pele branca, os chamados “caucasianos”, supostamente possuiriam características positivas e superiores aos demais. Nesse sentido, os não brancos eram preteridos. Assim foi introduzido o mercado capitalista no Brasil, baseado na ideia de raça e da prática do racismo atrelada à evolução do país. (SILVA, 2013)

Essas políticas imigrantistas construíram um modelo de hierarquização racial, fazendo com que a população negra então liberta, fosse invisibilizada, não encontrando espaço no mercado de trabalho qualificado. Não foi levado em consideração os sacrifícios que os(as) escravizados(as), povos historicamente oprimidos, passaram sendo explorados para construção do Brasil. Além do mais, eram vistos como incapazes de auxiliar no sistema agora como pessoas livres, sendo remetidas a representação de um passado de atraso econômico e social. (SILVA, 2013)

Percebe-se então, as razões pelas quais naquele período as políticas públicas não foram criadas a essa população que foi desamparada, sem nenhum apoio do Estado para inserção em postos de trabalho qualificados. Ademais, a intenção das elites brancas do Brasil era buscar garantir o desaparecimento desses após a abolição. Enquanto o destaque era para imigração europeia, aos negros(as) foi articulado um projeto de desaparecimento, assim dizendo que essas não eram as características físicas que queriam para o país. A mestiçagem e o incentivo para a imigração dos europeus foi uma tentativa de embranquecimento deste país que almejava ter brancos como maior parcela da população (SILVA, 2013).

Dito isso, na conjuntura do pós-abolição, a população negra se viu deslocada diante da nova realidade, em meio a tanto racismo e valorização dos imigrantes europeus.

Sendo assim, a ocupação significativa dos imigrantes no mercado de trabalho fez com que a população negra ocupasse então as funções subalternas e menos valorizadas, como serviços domésticos, empregos informais, demonstrando, assim, a falta de oportunidade e a má remuneração dada aos negros. (SANTOS, 2019, p. 19).

Algumas das mulheres negras depois de libertadas procuraram afastar-se dos locais onde cresceram e de que durante muito tempo foram dos seus antigos senhores. Isso ocorria devido a elas quererem esquecer o passado de tanto martírio e tristeza. Para isso muitas delas se deslocaram para as capitais em rumo a uma nova fase de suas vidas, lá trabalhando em serviços domésticos e variados. (SANTOS, 2019)

As mulheres no cenário do pós-abolição enfrentaram adversidades para se inserirem no mercado de trabalho. Posto que, pelo fato de serem mulheres eram

postas na pirâmide social uma posição abaixo do homem negro. Então tiveram mais empecilhos. Como afirma Thais Barbosa dos Santos:

Após a abolição da escravidão, mulheres negras tiveram não só dificuldade em se inserir no mercado de trabalho por conta de sua cor, mas também por conta do gênero, já que naquele período as mulheres não só eram invisíveis, mas também limitadas a várias ações, por serem sempre inferiorizadas em relação ao homem. (SANTOS, 2019, p. 25).

Para as mulheres negras, o mercado de trabalho proporcionou lugares hostis. Devido a escravidão e a falta de privilégios, a mulher negra ocupou espaços de trabalhos domésticos. A questão racial juntamente com a questão de gênero faz com que ela seja duas vezes mais prejudicada, assim sofrendo mais os reflexos da discriminação, do preconceito e dos resquícios da escravidão. Beatriz Nascimento, traz essa questão como é possível conferir abaixo:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (NASCIMENTO, 2007, p. 104).

Em complemento ao que destacou Beatriz Nascimento, cabe aqui salientar que a interseccionalidade está correlacionada aos marcadores sociais que definem o sujeito. Lembrando o que disse Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Diante do exposto, é perceptível que os(as) negros(as) reivindicaram por sua liberdade durante muitos anos, e aos poucos eles conseguiram ser libertos mesmo antes de sancionada a Lei Áurea. Após a publicação da referida lei, eles obtiveram a liberdade formal. Entretanto, a legislação não agiu de maneira efetiva em sua totalidade, pois se de um lado os(as) negros(as) estavam libertos e podiam usufruir

de sua liberdade, por outro não tinham possibilidade de ser tratados como membros da sociedade brasileira. Assim, foram excluídos de espaços que poderiam propiciar ascensão social e inclusão e até mesmo representatividade. Nunca é demais insistir: não houve nenhuma política de reparação ao povo negro no Brasil.

Os espaços organizados desenvolvidos pelos(as) próprios(as) negros(as) para abordar pautas coletivas, auxiliaram na organização de lutas a favor da educação, trabalho, saúde, moradia, entre outros. Ademais, eles conseguiram expor e retratar a situação pela qual a maioria deles se encontrava no pós-abolição. Tudo isso faz parte da história de um povo que foi escravizado, subjugado e teve tentativas de apagamento de seu passado. Assim, torna-se relevante refletir acerca do contexto do pós-abolição e trazer aqui elementos que evidenciam a necessidade de políticas de reparação histórica para esse povo.

3.3 Negras e negros como parte da história de Bagé

O campus Bagé da Universidade Federal do Pampa Unipampa, possui 11 cursos presenciais de graduação, dentre eles 5 bacharelados e 6 licenciaturas. São eles: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Letras Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas - LA, Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Matemática, Música e Química.

Localizada na Região da Campanha, no interior do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, Bagé é conhecida também como Rainha da Fronteira. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no último censo realizado em 2022 a população da referida cidade era de 117.938 pessoas.

Em vista dessa configuração, é relevante abordar a representação dos negros e negras bajeenses neste trabalho, mostrando que eles também fizeram e fazem parte da população deste município. Além disso, é importante deixar aqui registros dessa comunidade que foram parte integrante e fundamental na construção da história do povo de Bagé, e que por muitos historiadores não tiveram espaço de representatividade.

Assim, essas reflexões se fazem importantes, a fim de apresentar como foi a experiência de vida dos negros e negras neste município, pois ele será o lócus da pesquisa. Uma vez que este trabalho irá coletar dados somente de cotistas raciais egressos(as) da graduação do Campus Bagé da Unipampa.

No que se refere ao número de habitantes, a população negra, mais especificamente os escravizados em Bagé, de acordo com Marcelo Santos Matheus (2016) no ano de 1846, quando Bagé ainda não havia sido emancipada, somavam 1.212, sendo ainda 2.884 pessoas livres, 8 libertos, tendo o total da população na cidade em 4.104 pessoas. Ainda de acordo com Matheus, nota-se que era expressivo o número de escravizados em Bagé, totalizando 29,5% de trabalhadores. Ademais, dentro desta perspectiva, é válido salientar que dentre os 1.212 trabalhadores escravizados 908 eram crioulos, e 304 eram africanos. (MATHEUS, 2016, p. 93).

Ao contrário do levantamento populacional realizado em 1846, o censo de 1858 traz apenas números gerais sobre a população, pois neste ano Bagé já havia passado a ser reconhecida como município. No entanto, ainda com dados obtidos por Matheus, percebe-se que houve um aumento significativo da população escravizada em 1858, passando de 1.212 para 4.016 pessoas, nesse sentido, em formas percentuais, o crescimento foi de 29,5% para 32,5%. Apenas o primeiro censo geral do Brasil, de 1872, traz algumas informações mais detalhadas. (MATHEUS, 2016, p. 93).

Ainda conforme dados obtidos por Matheus, contudo, apesar do aumento dos números de escravizados em 1872, que foi elevado para 4.816 sujeitos, o percentual, reduziu para 22%, devido ao aumento dos sujeitos livres, como também a elevação do número da população livre, assim sendo os pardos, pretos e caboclos. Estes totalizavam 5.547 pessoas (4.543 pretos, pardos, muitos deles forros), onde os 4.816 escravizados, representavam cerca de 2,1 escravizados por domicílio, salientando que o total de casas era de 2.228 de acordo com informações do censo de 1872 (MATHEUS, 2016, p. 93).

A fim de complementar as informações acerca da população negra do município de Bagé, abaixo pode ser conferida a tabela elaborada por Tiago Rosa da Silva em sua dissertação de mestrado do ano de 2018, com dados extraídos do Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul - Joaquim Antão Fernandes Leão, 1859.

Tabela 2 - Estatística populacional das cidades escravistas – 1859

Município	Livres	Escravos	Libertos	Total	% de escravos
Porto Alegre	20.341	8.417	965	29.723	28,31
Jaguarão	7.668	5.056	275	12.999	38,89
Pelotas	7.793	4.788	312	12.893	37,13
Rio Grande	15.432	4.369	71	19.872	21,98
Cruz Alta	22.073	4.019	392	26.484	15,17
<u>Bagé</u>	<u>7.982</u>	<u>4.016</u>	<u>344</u>	<u>12.342</u>	<u>32,53</u>

Fonte: Silva (2018, p. 33)

Ao analisar a tabela, fica evidente que diante das seis cidades citadas, Bagé ocupava a terceira posição das que mais tinham sujeitos escravizados relativos ao número de habitantes do município. De acordo com Silva (2018, p. 34), esses números são significativos, mostrando que o pequeno município de Bagé se organizava, imprescindivelmente, a partir da mão de obra negra escravizada: era uma cidade negra.

Um ponto importante a ser destacado é acerca da condensação da mão de obra da população negra bajeense escravizada, pois essa estava voltada sobretudo na zona rural por meio do trabalho na pecuária. Conforme salientado por Marcelo Santos Matheus:

[...] a principal atividade econômica da região da Campanha era a pecuária, que a riqueza (naquele contexto traduzida em gado, terras e cativos) estava desigualmente distribuída e que a mão de obra escrava estava bastante disseminada pelo tecido social, apesar de boa parte dos cativos estarem em poucas mãos. (MATHEUS, 2016, p. 206).

Quando pensamos no destaque dos negros e negras na cidade de Bagé, o associativismo negro, por meio dos clubes e entidades carnavalescas, desempenhou um papel importante na inclusão desta população na sociedade bajeense no contexto do pós-abolição. De acordo com Silva: “Na década de 1940, a cidade de Bagé fervilhava de associações negras, principalmente as de cunho carnavalesco.” (2018, p.133). Deste modo, abaixo serão destacadas duas associações da cidade de Bagé, são elas os clubes sociais negros Palmeiras e o Zíngaros.

Perante as situações de cerceamento criadas no acesso aos clubes da cidade, era impedida a entrada de negros(as) nesses lugares, sendo um deles o caso do Clube Comercial, que não somente barrava o acesso, mas também o trânsito de negros(as) no espaço externo ao clube. No caso, em um passado não tão distante, os negros não podiam transitar/caminhar na calçada em frente ao clube, como evidencia Thiago Silva:

Em Bagé, para além dos espaços “festivos” serem racializados, havia, também, alguns espaços públicos. Um dos exemplos mais emblemáticos e que aparece em diversas narrativas de homens e mulheres negras da cidade diz respeito à calçada do Clube Comercial, situado na principal artéria da cidade, a rua Sete de Setembro. Até meados dos anos 1970, homens e mulheres negras não passavam na calçada em frente ao clube, somente do lado oposto. (SILVA, 2016, p. 132).

No pós-abolição, com a finalidade de criar espaços associativos e recreativos para os(as) negros(as) ex-escravizados(as), visto que os demais lugares com esse cunho negavam o acesso dos sujeitos negros, foi criada a Sociedade Recreativa Palmeiras. Segundo Silva (2018), a Sociedade Recreativa Palmeiras foi um clube que tinha sua sede na região central da cidade de Bagé, na Rua José Otávio, e faziam parte dos membros desse clube as famílias negras.

Por outro lado, a Sociedade Recreativa Os Zíngaros originou-se do bloco carnavalesco Os Zíngaros, que de acordo com Silva, foi fundado em 2 de janeiro de 1936 (2018, p.138). Essa entidade carnavalesca ficou em evidência na década de 1940, quando foi vencedora de concursos realizados no município. No ano de 1944, com a finalidade de ampliar suas atividades, os membros do Bloco Carnavalesco Os Zíngaros estabeleceram a Sociedade Recreativa. As duas associações fizeram parte das organizações coletivas da população negra bajeense. Cabendo aqui destacar que a Sociedade Recreativa Os Zíngaros ainda mantém seu funcionamento.

3.4 Entre educação, mercado de trabalho e cotas raciais, na perspectiva de intelectuais negras

Neste subcapítulo, serão apresentadas informações que embasam e fortalecem esta pesquisa. Para isso são utilizadas como referência mulheres intelectuais negras. Eu, mulher negra e pesquisadora acredito ser importante trazê-las para esse debate em um espaço voltado para elas e com a finalidade de potencializar ainda mais este trabalho. Busco trazer argumentos que sustentam a

necessidade da existência das cotas raciais, ademais apresento um pouco das experiências pelas quais as negras e negros passam ao adentrarem espaços hegemônicos, nesse caso em específico o ambiente acadêmico.

Nesse sentido, busco articular três elementos que considero importantes para compreensão do debate sobre ações afirmativas: educação, escravismo e política de reserva de vagas. Para tanto, utilizo a escrita de intelectuais negras, que possibilitam pensar essas três temáticas, em uma perspectiva interseccional. São elas: Beatriz Nascimento, bell hooks e Sueli Carneiro.

Para discorrer sobre escravismo a serviço do progresso, Beatriz Nascimento relata que foi por meio da escravidão, da mão de obra escravizada que foi possível ascender economicamente. Assim, ela faz alusão a um ponto importante, trazendo o olhar de Conrad para situação da escravidão no Brasil, como é possível perceber no trecho a seguir:

Examinando a situação da escravidão na segunda metade do século XIX à luz desses dados, Conrad chega à conclusão de que, embora os plantadores de café, do Vale do Paraíba e de São Paulo, estivessem bastante interessados na preservação da escravidão, ela sobreviveria por mais tempo no Brasil que no resto da América Latina *mesmo* sem a expansão do café, tal a sua importância econômica e social para a totalidade da nação. (NASCIMENTO, 2021, p. 73).

Outro tópico que cabe ressaltar aqui, no que se refere a escravidão no Brasil, ou melhor, a proibição do tráfico de escravizados para o Brasil, e que a autora aborda, é que esse exercício está atrelado ao processo político. Assim, a abolição da escravatura foi vista como algo prejudicial diante dos que se beneficiavam com essa mão de obra. Dessa forma, Nascimento expõe essa questão:

Além disso, a abolição do tráfico de africanos e a crise de mão de obra que ela acarreta mostram um Brasil em que a população escrava declina, pelas desumanidades e a conseqüente mortandade, e que não pode, por isso, sobreviver economicamente sem seu suprimento africano. (NASCIMENTO, 2021, p. 74).

No que se refere a educação, bell hooks em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, enfatiza suas experiências e de seus colegas, que ao entrarem na universidade particular, estudantes que emergem de classes sociais menos favorecidas, sofrem preconceito. Além disso, os colegas e professores que estão ocupando o mesmo espaço, não hesitam em fazer perguntas, levantar questões desconfortáveis a respeito da forma de pagamento da mensalidade,

conforme trecho a seguir: “Em Stanford, colegas e professores muitas vezes me perguntavam se eu tinha bolsa. Por trás dessa pergunta estava implícita a noção de que o auxílio financeiro era algo que de algum modo "diminuía" a pessoa.” (hooks, 2017, p. 240). A autora ressalta que esse e os demais acontecimentos fizeram com que ela potencializasse a noção acerca da consciência de classe. Nesse sentido, é interessante refletir sobre como o estudante que faz parte da base da pirâmide social sofre adentrando o meio acadêmico principalmente quando isso ocorre em universidades particulares, especialmente quando se trata de estudantes negros.

A autora relata algo bem importante quando fala em educação, salientando a experiência de estudantes da classe trabalhadora. Eles acabam tendo um conflito de identidade, porque ao estarem na universidade, acabam apagando indícios, características que revelavam sua origem. Isso ocorre devido a uma tentativa de pertencimento ao grande grupo, ou grupo principal como denominado pela autora.

Outro tópico relevante que bell hooks traz é a respeito das temáticas levantadas em uma sala de aula universitária. Antes não havia abertura, nem oportunidade de discussão sobre as questões de classe, entretanto atualmente abriu-se espaço para essas discussões. De acordo com hooks:

Nos anos recentes, a consciência cada vez maior das diferenças de classes nos círculos acadêmicos progressistas deu aos alunos e professores comprometidos com a pedagogia crítica e feminista a oportunidade para abrir, na academia, espaços onde a questão de classe social possa receber atenção. (hooks, 2017, p. 245).

No capítulo intitulado “COTAS” do livro “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” de Sueli Carneiro, a autora traz os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Estas informações vêm apresentando que o problema da pobreza no Brasil não é fruto da falta de recursos, mas de um alto grau de desigualdade. Também é apontado o estigma que as pessoas negras carregam, pois é afirmado que no Brasil, a pobreza tem cor.

Além disso, a autora ressalta que pobreza e raça são similares, no entanto isso não deve ser visto como regra, porque nem todo pobre é negro. Posto que, o negro que prospera acaba sendo uma exceção que reafirma a regra que pode ser considerada discriminatória: se um é capaz de conseguir, os demais não se esforçaram o suficiente para conseguirem. Essa afirmação é habitualmente utilizada

por pessoas que não compreendem ou simplesmente não são a favor das políticas de ação afirmativas. Essas políticas reafirmam que a população negra deve ter direitos, visto que este país tem uma dívida com a população negra, porque se alicerçou por meio da exploração do trabalho escravizado. No entanto, não proporcionou nenhuma forma de reparação aos negros e negras no pós-abolição. Ademais, abdica a integração social através das inúmeras maneiras de exclusão racial efetivas que existem na sociedade brasileira, e dessas, a educação pertence ao grupo das mais cruéis.

Nota-se que as ações afirmativas de cotas raciais têm um viés de oportunizar o ingresso de negros, negras, pretos e pardos nas universidades, partindo do preterimento sofrido por esses sujeitos e além disso, por um passado marcado pela negação ao pertencimento da população negra.

Ainda com base na mesma autora, no subtítulo “Nós” ela traz um relato de uma juíza que se posiciona contra as cotas raciais. A mesma faz um comparativo entre as mulheres e os sujeitos negros. Afirmando que para as mulheres, embora estivessem em posição de desvantagem, não foi preciso criar uma política pública de acesso, e mesmo assim “nós” conseguimos ser a maior parte dos discentes dos cursos de graduação. Porém, ela trata genericamente o pronome “nós”, visto que ao acessar fontes percebe-se que as mulheres negras ocupam poucos bancos acadêmicos em relação aos demais. Aliás, Carneiro é cirúrgica em sua defesa das cotas, como é possível perceber no trecho a seguir:

A reivindicação de cotas e políticas de ação afirmativas não desqualifica o grupo negro. Ao contrário, representa sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas. (CARNEIRO, 2011, p. 95).

Nesse sentido, percebe-se que as cotas raciais não inferiorizam os negros ou o conhecimento deles, elas surgem como uma oportunidade de acesso à universidade, àqueles que tiveram esse lugar negado durante muito tempo. Ou seja, elas agem como uma reparação histórica, que é algo que a juíza, citada por Sueli Carneiro, não aborda em seu posicionamento. As pessoas que são contra as cotas ficam indignadas com a implementação dessa política pública, porém não se

espantam com os corpos dos negros que foram escravizados e comercializados, nem com as desigualdades sociais e o racismo.

Por outro lado, no que se refere ao mercado de trabalho, são apresentados os entraves que os sujeitos negros enfrentam, em especial as mulheres negras. Nesse caso a mulher negra está enquadrada na base da pirâmide, então ela acaba sendo a que tem a remuneração mais baixa. A autora ressalta o assunto sobre o preterimento nos processos de seleção. Esses exigem um alto nível de escolaridade dos desempregados, mesmo aos que prestam os serviços mais simples. Isso acaba interferindo e afastando os negros do mercado de trabalho, porque eles são parte dos que sofrem as maiores desigualdades educacionais. Segundo Sulei Carneiro: “O acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania.” (2011, p. 102).

Um tópico muito debatido no Brasil e que é pertinente abordar aqui é sobre a questão da democracia racial. Esta concepção fez com que durante muitos anos no Brasil a questão do racismo ficasse emudecida, e não tivesse visibilidade, visto que esse mito baseia-se na crença de que não existe racismo neste país pois as relações raciais teriam sido pretensamente harmonizadas pelo processo de mestiçagem. Assim, ela encobriu questões de desigualdade em nosso país. Carneiro em seu livro aborda essa questão de forma objetiva, como pode ser visto a seguir:

A defesa intransigente das políticas universalistas no Brasil guarda, por identidade de propósitos, parentesco com o mito da democracia racial. Ambas realizam a façanha de cobrir com um manto “democrático e igualitário” processos de exclusão racial e social que perpetuam privilégios. Postergam, igualmente, o enfrentamento das desigualdades que conformam a pobreza e a exclusão social. (CARNEIRO, 2011, p. 99).

No capítulo “Consciência Negra Global”, a autora retoma a discussão sobre o evento de Durban e aborda alguns pontos que haviam sido acordados para serem defendidos em Durban e pós-Durban, como por exemplo a escolha de políticas de desenvolvimento para comunidades ancestrais. Um marco importante no que se refere às ações afirmativas, foi a III Conferência contra o Racismo e a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, e foi organizado pela Organização das Nações Unidas - ONU. Esse evento ocorreu no ano de 2001 na África do Sul. Foi após essa conferência, que os movimentos negros conseguiram concretizar as

reivindicações feitas ao Estado, no que tange as ações afirmativas voltadas aos grupos que sofrem discriminação.

Diante do exposto, percebe-se a importância de abordar a conquista necessária que são as ações afirmativas de cotas raciais. Nota-se a necessidade de pesquisar sobre esse tema, e investigar como foi a experiência de ingresso no mercado de trabalho dos cotistas raciais negros, negras (pretos e pardos) egressos da Unipampa. A fim de mostrar para sociedade a trajetória desse povo e a necessidade dessa política pública que age na tentativa de uma reparação histórica.

3.5 Ações afirmativas e o ingresso no mercado de trabalho: a experiência de negros e negras no contexto brasileiro

Neste subcapítulo, serão apresentados os resultados de uma revisão sistemática de literatura, que teve a intenção de aferir o que foi publicado nos últimos 16 anos (de 2006 a 2022) sobre as ações afirmativas de cotas raciais e o ingresso no mercado de trabalho, esta experiência de negros e negras no contexto brasileiro. Tenho a intenção de evidenciar como os (as) pesquisadores e pesquisadoras brasileiros (as) estão debatendo sobre essa temática.

Para esta pesquisa foram analisados 10 (dez) trabalhos, que logo após a definição dos critérios de inclusão e exclusão, mantiveram-se 5 (cinco), que contém pelo menos uma das palavras-chave escolhidas. Estas palavras-chave foram: negro, mercado de trabalho, educação e ações afirmativas. Assim, posteriormente às leituras, e uma análise criteriosa, foi encontrado apenas um trabalho com a temática semelhante a este projeto de pesquisa. Este texto trata a respeito do ingresso de egressos das cotas raciais no mundo do trabalho, analisando os egressos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Este fato, da escassez de bibliografia sobre o tema, torna esta minha pesquisa necessária, pois não há um grande número de trabalhos com essa temática específica, e na Unipampa esse assunto ainda não foi debatido.

A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada (COSTA e ZOLTOWSKI, 2014, p. 56). Ademais, a revisão sistemática deve ser feita com qualidade, para isso Costa e Zoltowski (2014, p. 56) trazem as etapas básicas para construção da mesma, como pode ser conferido a seguir: 1. delimitação da questão a ser pesquisada; 2. escolha das fontes de dados; 3. eleição

das palavras-chave para a busca; 4. busca e armazenamento dos resultados; 5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6. extração dos dados dos artigos selecionados; 7. avaliação dos artigos; 8. síntese e interpretação dos dados (AKOBENG, 2005). Esses 8 (oito) passos são importantes para que a revisão sistemática fique bem estruturada.

Posto isso, para esta revisão sistemática as bases de dados escolhidas foram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD e a *Scientific Electronic Library Online* - Scielo. As palavras-chave escolhidas foram “negro” (TODOS os campos); “educação” (TODOS os campos); “mercado de trabalho” (TODOS os campos); “ações afirmativas” (TODOS os campos) e a correspondência da busca utilizada foi (TODOS os termos). Os filtros utilizados foram: país “Brasil”; delimitação de tempo “2006 a 2022”; e idioma “português”.

Logo, na etapa seguinte foi realizada a busca e armazenamento dos resultados, nesse ponto é pertinente ressaltar que na base de dados Scielo não foram encontrados trabalhos com as referidas palavras-chave, por outro lado na BDTD foram encontrados 11 trabalhos, entretanto um deles estava duplicado e um foi desconsiderado. Sendo assim, a busca resultou em 10 trabalhos, conforme apresenta a Tabela 3.

Tabela 3 - Total de trabalhos encontrados

Gênero	N° de trabalhos
Dissertações	6
Teses	4
Total	10

Fonte: Autora (2022)

Dando continuidade à análise, foi feita a seleção desses trabalhos. A fim de filtrá-los, foram analisados todos os trabalhos buscando saber se eles tinham alguma relação com a temática a ser trabalhada. Com esse propósito, foram utilizados os critérios de inclusão e exclusão que foram a leitura atenta ao título, ao resumo e a introdução.

Assim, restaram 5 trabalhos que se alinham com a revisão sistemática de literatura em questão. Exercício esse, que procurou encontrar trabalhos relativos ao mercado de trabalho no pós-abolição, ações afirmativas de cotas raciais e a inserção de egressos cotistas negros, negras (pretos e pardos) no mercado de trabalho. Além disso, outro objetivo foi averiguar o que os pesquisadores estão produzindo acerca desses tópicos no contexto brasileiro. Após a triagem dos trabalhos, restaram 4 teses e 1 dissertação, que serão utilizados como referência nesta revisão sistemática de literatura, conforme apresenta o quadro 1.

Quadro 1: Trabalhos que mencionam ações afirmativas de cotas raciais e/ou mercado de trabalho

Gênero	Autor/Ano	Contexto	Título
Dissertação	Alencar (2010)	ensino superior	Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial
Tese	Sanger (2009)	ensino superior	Abolição das desigualdades: ações afirmativas no ensino superior
	Jacino (2012)	histórico	O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920

	lensue (2014)	ensino superior	A legitimidade jurídico-ética da política de cotas raciais no Brasil: uma visão a partir da perspectiva capacitária e do desenvolvimento como liberdade
	Dutra (2018)	ensino superior	Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho

Fonte: Autora (2022)

Após todo o processo de análise e seleção dos trabalhos, logo abaixo é possível conferir um pouco da essência deles, e além disso perceber o quanto esses trabalhos são complementares e agregam para com esta pesquisa.

Como falado anteriormente, no período pós-abolição houve o preterimento dos negros associado a inserção deles no mercado de trabalho. Contudo de acordo com (JACINO, 2012), mesmo os negros ocupando uma baixa parcela dos serviços com mais prestígio social, não foi suficiente para transformar a sua condição, pois eram poucos os negros que conseguiam ocupar esses postos de trabalho. Além disso, os que ascendiam socialmente eram utilizados como exemplo, afirmando assim que se eles conseguiram os demais também seriam capazes de conseguir.

Posto isso, nota-se que mesmo com a exclusão havia espaços de trabalho ocupados pelos negros, entretanto, não pode-se afirmar que a oportunidade, o acesso foi suficiente a ponto de transformar a realidade dos excluídos, visto que a parcela de negros que fazia parte dos trabalhos ditos de ascensão social era baixíssima. Cabe destacar, conforme evidencia Beatriz Ana Loner (2010) que nos séculos XIX e início do século XX havia um número expressivo de negros urbanos com profissões específicas, a exemplo de artesãos e operários especializados.

Por outro lado, as mulheres negras, segundo informações da pesquisa feita por (JACINO, 2012), ficavam predestinadas a empregos domésticos. Visto que havia barreiras para que elas fossem aprendizes e então conseguissem ser tecelã. Ainda falando sobre a mulher negra no pós-abolição, a adoção de crianças, sobretudo

meninas e adolescentes negras, era uma prática corriqueira de famílias brancas de baixa renda. Essas famílias recorriam a adoção a fim de escravizar tais corpos e repetir características do relacionamento senhor/escravo. Assim, a adoção servia como tentativa de encobrir essa ação escravocrata, e perante a igreja os “tutores” eram vistos como pessoas generosas e virtuosas. É importante salientar que também havia brancos trabalhadores do meio doméstico, porém as condições eram diferentes, não eram submetidos a adoção e os contratos eram feitos de maneira esclarecida, ou seja, com as condições de trabalho explícitas.

Outra questão relevante, é que a legislação do município de São Paulo, vigente na época, retratada como os códigos de postura, auxiliou na exclusão dos negros, assim como os anúncios de emprego nos jornais corroboraram para essa exclusão, pois nesses anúncios ficava nítida a preferência por trabalhadores brancos (JACINO, 2012).

Quando fala-se em ações afirmativas de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, Dutra, salienta a importância das ações afirmativas e o que justifica a existência dela:

A situação de desigualdade racial enfrentada por negros e indígenas no Brasil tem na política de cotas a possibilidade de enfrentamento do problema. A justificativa da política de cotas assenta-se na gritante desigualdade social, vivida no Brasil, que gerou um abismo entre aqueles que estão à margem da cidadania, distantes dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. (DUTRA, 2008, p. 86).

A fim de colaborar, exibir aqui informações relevantes e fortalecer o discurso acerca das ações afirmativas e além do mais mostrar que elas são necessárias no Brasil, trago a seguir a visão de Alencar sobre as ações afirmativas, que vai ao encontro com o que afirma Dutra:

No Brasil, as ações afirmativas para negros comumente são tidas como medidas compensatórias que visam a restabelecer a condição de igualdade desfeita, quando, em virtude da discriminação racial, um grupo social se encontra em posição desfavorável em relação ao todo de uma população. (ALENCAR, 2010, p. 19).

Ainda nessa linha de pensamento, é sempre pertinente refletir no que justifica a necessidade das universidades públicas em aderirem às ações afirmativas. Um dos alicerces para adesão dessa política pública está nas fontes estatísticas como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revelam um nível

baixo da representatividade dos negros nas universidades brasileiras. Além do mais, o acesso à educação aos negros foi negado durante muito tempo. Esse acesso se faz importante visto que é capaz de proporcionar o desenvolvimento do ser humano e alterar a condição socioeconômica. Em vista disso, de acordo com lensue “A educação exerce um papel essencial à configuração da igualdade, constituindo um espaço no qual preferencialmente se exigem transformações.” (IENSUE, 2014, p. 14).

Diante de tudo isso, vale frisar que, no passado, existiu uma lei que previa o acesso de filhos de fazendeiros nas universidades públicas. Tal legislação entrou em vigor em 1968 e foi revogada em 1985. A Lei nº 5.465 de 3 de julho de 1968, é conhecida popularmente como a “lei do boi”. Nota-se que no século XX houve uma política pública de acesso às universidades públicas voltada aos filhos de fazendeiros, que em sua maioria, para não dizer totalidade, eram brancos. Percebe-se aqui mais uma lei que reforçava o racismo do Estado de incluir o negro na educação. Ou seja, consegue-se notar que houve um projeto efetivo no que se refere a exclusão do negro.

Foi após essa conferência, que os movimentos negros conseguiram concretizar as reivindicações feitas ao Estado, no que tange as ações afirmativas voltadas aos grupos que sofrem discriminação. Além disso, Alencar discorre sobre a interação do Brasil na referida conferência: “A questão das reparações pela escravidão foi uma das mais polêmicas e coube ao Brasil conduzi-la na Conferência de Durban.” (ALENCAR, 2010, p.9). Corroborando com esse tópico, lensue (2014) relata em sua tese que essa conferência foi um delimitador no que diz respeito ao combate e à prevenção do racismo.

Por outro lado, é relevante destacar o impacto que as ações afirmativas de cotas raciais podem causar, nessa perspectiva, Dutra (2018) e lensue (2014) discutem em seus trabalhos acerca da diversidade que as cotas raciais podem proporcionar ao ambiente acadêmico, como é possível perceber nos trechos a seguir: (DUTRA, 2018, p. 77) “A presença de alunos afro-brasileiros, indígenas, portadores de deficiência e provenientes de escolas públicas assegura a diversidade e democratiza as universidades públicas brasileiras.”

Ao encontro disso, lensue destaca: “Podem as cotas surtir efeitos no que respeita o aumento de representatividade da parcela afrodescendente nos corpos discentes universitários, criação de personalidades emblemáticas e, por consequência, um incremento à diversidade.” (IENSUE, 2014, p.529) . Ademais, para

muitos desses discentes a experiência deles em estarem em um curso de nível superior representa o ingresso do primeiro membro da família a conquistar esse lugar. Diante disso nota-se que as ações afirmativas são de extrema necessidade em um país que durante anos negou essa oportunidade para negros. Quando pensamos no impacto que as ações afirmativas de cotas raciais podem causar no meio acadêmico, torna-se relevante falar no olhar que o outro tem sobre esse sujeito. De acordo com Dutra:

Com a política de cotas a rotina social do ambiente universitário passa pelo impacto da chegada de pessoas com características étnicas e culturais diferenciadas. Tais estudantes terão seus atributos categorizados, a partir das concepções do grupo hegemônico que ocupava aquele espaço. O cotista é percebido com uma “identidade social virtual”, com um grau de expectativas que atenda ao que se espera dele, para que seja uma pessoa “normal”. (DUTRA, 2018, p. 138).

Além de todo esse processo de adentrar um espaço hegemônico, com diferenças culturais e sociais. Os discentes negros durante o percurso da graduação relatam casos de racismo, esse realizado pelos próprios colegas ou docentes. Cabe salientar que nesse ambiente há pessoas com posicionamentos cruéis com relação às cotas raciais, pois parte dos demais julgam como inferior àquele que utilizou de tal política pública para ingressar na universidade. Seria mais ou menos como se um discente “de baixa qualidade” entrasse em um curso superior. Percebe-se então que não é uma tarefa fácil para o aluno cotista finalizar o curso, pois o espaço que deveria acolhê-lo, muitas vezes diz que aquele não deveria ser o seu lugar. E além do mais o que não pode ficar sem ser ressaltado aqui, é que grande parte dos alunos e professores não sabem como funcionam as ações afirmativas, visto que o aluno cotista que é aprovado via cotas passa pelo mesmo processo seletivo que o restante dos candidatos.

A fim de concluir essa fala, os dados coletados por Dutra (2018) apontam que, em sua maioria, ser cotista não foi totalmente impactante no ingresso no mercado de trabalho, pois essa questão não surge quando esses sujeitos estão pleiteando um posto de trabalho. Todavia, ter um curso de graduação proporcionou mais oportunidades de trabalho, e realizar a universidade foi possível por meio da política de cotas raciais a qual os atores da pesquisa de Dutra se mostraram gratos. Referente a isso, com base nos dados obtidos por Dutra na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) durante o período de 2008 a 2015, é possível perceber informações

importantes nos dados coletados por ela. Seguem abaixo:

Os resultados obtidos indicaram que do ano de 2008 a 2015 ingressaram 2204 cotistas negros (Pretos, Pardos) na UFSM, dos quais 254 concluíram seus cursos, correspondendo a 11.52% dos cotistas étnicos e a 3.25% do total de formandos. A situação dos colaboradores, após a formatura ficou assim delineada: o enfermeiro e a assistente social ingressaram no mercado de trabalho via concurso; a socióloga, após análise de currículo, e a fisioterapeuta, por indicação de uma ex-professora. Evidenciou-se que a maioria dos colaboradores optou em prosseguir os estudos (9), investindo no aperfeiçoamento acadêmico: 2 pediram reingresso, 3 cursavam especialização, 1, mestrado e 3, doutorado. Para os colaboradores a política de cotas representou um divisor de águas, mudando totalmente suas vidas; foi como uma porta que se abriu para o mundo. (DUTRA, 2018, p. 9).

É válido ressaltar que conforme Dutra (2018), dentre os atores da pesquisa (11 entrevistados), cinco deles só tiveram a experiência do ingresso no mercado de trabalho depois de terem entrado na faculdade. Outro ponto importante que Dutra (2018) discorre em sua tese, e que cabe ressaltar aqui, é o comparativo entre gêneros. Enquanto as mulheres entrevistadas começaram a trabalhar antes ou quando ainda estavam cursando o ensino médio, os homens, por outro lado, cursaram o ensino médio sem terem que trabalhar.

Após a delimitação da questão a ser pesquisada, eleição das fontes de dados, seleção das palavras-chave, dos filtros, da busca de trabalhos nas bases de dados, seleção dos trabalhos através dos critérios de inclusão e exclusão, leitura do título do resumo e da introdução, extração das informações dos trabalhos selecionados, foi realizada a síntese e a interpretação dos dados.

Por outro lado, nos trabalhos descartados os temas versavam sobre o impasse no qual grande parte dos discentes negros da graduação enfrentam ao terem que concomitantemente trabalhar durante o dia e estudar no período da noite. Além do mais, a respeito do PROUNI e cotas no mercado de trabalho. Apesar de serem assuntos relevantes não fazem parte dos tópicos que são abordados nesta pesquisa.

Assim, após a leitura dos cinco trabalhos selecionados, foi possível perceber que os textos são complementares, visto que trazem em seu conteúdo informações relevantes para esta pesquisa e preenchem algumas lacunas. Dito isso, pode-se afirmar que após a abolição da escravatura no Brasil não foi proporcionado aos negros, ex-escravizados, uma política de acesso ao mercado de trabalho e a educação. Nesse sentido, como citado em mais de um dos textos lidos, os negros foram “largados a própria sorte”, e tiveram que se unir e lutar por seus direitos.

No que se refere as ações afirmativas, elas foram sancionadas de forma efetiva após anos de luta dos movimentos sociais negros, e depois de sua implementação, quem na maioria das vezes é responsável pela denúncia de fraudes no sistema de cotas raciais, são os membros dos movimentos negros. Ademais, foi constatado que as ações afirmativas em sua amplitude agem como forma de inclusão da diversidade e aumento da representatividade nos espaços universitários.

Foi possível perceber que os textos têm como referência autores similares, principalmente quando se fala das ações afirmativas. Desta forma percebe-se a necessidade de pesquisar sobre essa temática, e investigar como foi a experiência de ingresso no mercado de trabalho dos cotistas raciais negros, negros (pretas e pardos) egressos(as) da Unipampa.

4 AÇÕES AFIRMATIVAS E ANÁLISE DE DADOS

4.1 Ações afirmativas de cotas raciais: um debate acerca de sua implementação

A implementação das ações afirmativas tornou-se realidade, após articulações e reivindicações de diversos movimentos sociais. Em especial as cotas raciais destinadas à população preta e parda emergem de um árduo trabalho do movimento negro. Por conseguinte, de acordo com André Lázaro:

A conquista de políticas de Ação Afirmativa para acesso à Educação Superior é resultado de muitos anos de luta de diferentes grupos da sociedade civil brasileira, do movimento negro, dos povos indígenas, dos movimentos em defesa da educação pública e contou com decidido apoio de universidades, do parlamento, de governos regionais, do governo federal e do Poder Judiciário. (LÁZARO, 2016, p. 46).

Nesse sentido, como dito anteriormente, o movimento negro foi um dos pilares para a efetivação da política pública de cotas raciais. Os movimentos negros foram anteriormente, inclusive no século XIX, intitulados como associações, jornais, clubes ou grêmios. De acordo com Domingues (2008, p. 102): “Tais grupos exerceram – ou almejavam exercer – um importante papel de conscientização e mobilização raciais”. Isto é, esses grupos tinham como intuito refletir acerca de questões relativas ao povo negro.

Além disso, Joaquim Benedito Barbosa Gomes traz argumentos acerca das ações afirmativas e seu surgimento. Embora a expressão “ação afirmativa” tenha surgido nos Estados Unidos, e tenha sido criada pelo então presidente J. F. Kennedy na década de 1960, é de extrema importância salientar que estas foram efetivadas depois de anos de reivindicação do movimento negro dos EUA. Ou seja, após um longo período de luta pela implementação de tais ações voltadas à população negra. (GOMES, 2001)

Percebe-se então, que a luta pelas ações afirmativas tem sua essência nos movimentos negros, visto que eles ao longo da história reivindicaram essa política pública reparatória, tanto nos EUA como no Brasil. Como afirma Sales Augusto dos Santos:

Contudo, após uma década de intensa discussão (protagonizada pelos movimentos negros) sobre a necessidade de inclusão da população afro-brasileira no ensino superior brasileiro, em 29 de agosto de 2012, a presidente

Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.711 ampliando novas possibilidades quanto à inclusão nesse grau de ensino para grupos sociais historicamente excluídos do terceiro grau. Essa lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio. (SANTOS, 2016, p. 100).

O debate sobre as cotas raciais para a população negra se efetivou nos anos 2000, no entanto, no que se refere às questões e reivindicações políticas, o trabalho para criação e publicação já havia sido solicitado em 1999. Após entregue a proposta de implantação dessa Lei, foi um longo processo até sua publicação de fato. Como bem pontua Santos:

Em termos legislativos, a Lei nº 12.711/2012 é fruto do Projeto de Lei (PL) nº 73, de 24 de fevereiro de 1999, apresentado pela então deputada federal maranhense Nilce Lobão, do antigo Partido da Frente Liberal (PFL). Esse projeto tramitou durante 13 anos no Congresso Nacional, passando por várias comissões, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Nessas instituições receberam emendas, substitutivos e pedidos de requerimentos para serem apresentados ou desapensados a outros projetos semelhantes. Mas, iniciado na Câmara dos Deputados, depois de muita discussão de idas e vindas, o PL nº 73/1999 foi aprovado nesta casa do Congresso Nacional nove anos depois, em 20 de novembro de 2008. Seguiu para o Senado Federal, sendo aprovado após três anos e meio, no dia 7 de agosto de 2012. Isto após o STF ter ratificado a constitucionalidade dos sistemas de cotas raciais. (SANTOS, 2016, p. 109).

Nota-se que embora tenham ocorrido entraves em torno de sua efetivação, o alinhamento entre a condição política e os movimentos negros, resultou na implementação das ações afirmativas de cotas raciais. Assim, inicia-se a trajetória do ingresso de cotistas raciais negros e negros (pretos e pardos) nas universidades públicas do Brasil via Lei 12.711/2012. Anteriormente a publicação da lei de cotas, houve a destinação de vagas para negros em vestibulares em universidades públicas, como nos informa Petrônio Domingues:

Na área da educação, o Estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a estabelecer uma lei de cotas raciais, como forma de democratizar o acesso ao ensino superior. No vestibular de 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) reservaram 40% das vagas para alunos negros. Apesar de polêmico, o sistema de cotas das universidades estaduais do Rio de Janeiro foi adotado por outras instituições públicas de ensino superior, como a Universidade de Brasília (UnB). (DOMINGUES, 2005, p.168).

Fica evidente que as ações afirmativas de cotas raciais nas universidades

públicas brasileiras, tiveram início no ano de 2003 por meio de vagas nos vestibulares das instituições estaduais de ensino superior citadas acima. Agregando a isso, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a ofertar vagas no vestibular para ingresso via cotas raciais no ano de 2004. Observa-se que o acesso por meio das cotas raciais teve início antes da publicação da Lei 12.711/2012.

Com a finalidade de inserção dos pretos e pardos nas universidades do Brasil, e reparar historicamente essa população, as ações afirmativas no presente podem ser delineadas, agindo assim nos delimitadores de diferença, como define Joaquim B. Barbosa Gomes, enquanto:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2005, p. 55).

Ainda complementando o argumento de Gomes, Silvio Almeida, em sua obra “Racismo Estrutural”, aborda a questão em torno das ações afirmativas. De acordo com Almeida: “As políticas de ações afirmativas têm como objetivo aumentar a representatividade de minorias raciais e alterar a lógica discriminatória dos processos institucionais.” (2019, p. 28). Percebe-se então que é de extrema importância averiguar a efetividade dessa política pública na Unipampa. Além disso, fortalecendo argumentos anteriores, Petrônio Domingues salienta a finalidade de tal política pública: “Ela não é um fim em si mesma, mas um meio, uma medida específica transitória que, no Brasil, é progressista, pois, entre outros motivos, tem o poder de proporcionar visibilidade ao povo negro.” (DOMINGUES, 2005, p. 29).

Conforme informações da Agência Senado⁶, somente no ano de 2012 foi instituída a Lei Federal n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que assegura que 50% das vagas das universidades públicas e institutos federais sejam destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas. Metade dessa porcentagem é reservada para população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo. Assim a disposição das vagas de cota racial e deficiência é realizada conforme a proporção de negros, pardos,

⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>

indígenas e pessoas com deficiência da unidade onde está localizada a universidade
ou instituto federal.

Através da explicação acima, pode-se dizer que as cotas raciais são uma espécie de subcotas, já que são apenas uma fatia das cotas sociais como ressalta Livia Sant'anna Vaz no livro "Cotas Raciais": "Das cotas sociais é que se extrai um percentual variável conforme a composição étnico-racial da população do estado onde está instalada a instituição - destinado às cotas raciais." (VAZ, 2022, p. 104). Destacando aqui, que não há no Brasil uma política pública de ingresso às universidades públicas que trate especialmente da questão de raça, a mesma autora afirma que:

Em síntese, não há, na legislação brasileira, cotas exclusivamente raciais para acesso a universidades públicas, o que quer dizer que estudantes negros/os que pelo sacrifício de suas famílias - não tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas não terão direito às vagas reservadas. No entanto, estudantes brancas/os oriundas/os de escolas públicas que não sofrem as vulnerações decorrentes das opressões raciais - serão beneficiadas/os pela ação afirmativa, cuja essência é (ou deveria ser) o enfrentamento ao racismo e não o combate à pobreza. (VAZ, 2022, p. 105).

Ainda que totalizando a maior parte da população brasileira, os negros e negras, pardos e pardas sofrem com os reflexos da desigualdade no Brasil. Assim, a desigualdade que é descomunal, o racismo e a escravidão acabam tornando-se fatores pelos quais confirma-se a necessidade de cotas raciais, visando a oportunidade de acesso dos negros às universidades. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) trazem os Indicadores de Desigualdade Racial de Renda existentes no Brasil.

Sob a ótica da renda, portanto, a desigualdade racial é estável. Em três décadas, de 1986 a 2019, a desigualdade racial alimentou mais de um décimo da elevada desigualdade de renda brasileira. No que toca à razão entre as rendas médias e à concentração da crescente parcela negra da população entre os mais pobres, a desigualdade racial permaneceu elevadíssima, praticamente intocada. Com boa vontade, pode-se registrar uma pequena redução dessa desigualdade, todavia deve ser vista com alguma suspeição, pois pode, em parte, ter sido artificialmente produzida pelo maior aumento relativo da declaração de cor preta ou parda entre os mais ricos. A renda média dos brancos permanece ao menos duas vezes maior que a dos negros. E a concentração dos negros entre os mais pobres é pouco mais que um terço do que seria em uma sociedade com castas raciais de renda, na qual nenhuma pessoa branca teria renda inferior à de uma pessoa negra. (OSORIO, 2021, p. 22).

Trazer esses dados é um meio de mostrar o quanto são necessárias as políticas públicas voltadas à população negra, principalmente para os cidadãos que se posicionam contra tais ações e pautam um discurso baseado na meritocracia, o que será abordado a seguir. Muito tem sido debatido a respeito da política pública de cotas raciais para negros, pretos e pardos, e uma questão que vem sendo alvo de discussões é sobre o mérito ou a meritocracia, entretanto, como pontua Maria do Socorro da Silva:

A meritocracia prevê que numa competição, vence o candidato com mais mérito, ou seja, melhor desempenho. Os defensores da meritocracia defendem que as condições do vestibular deve ser as mesmas para todos e são contrários às cotas porque elas aprovariam pessoas com notas inferiores às notas de outros que ficariam fora do vestibular. (SILVA, 2009, p. 113).

Cabendo aqui destacar, que os candidatos cotistas realizam a mesma prova dos demais candidatos, sendo assim, não há diferenciação de conteúdo do exame. Além disso, tornam-se aptos para ter garantia da vaga quando são aprovados na mesma. É importante evidenciar isso, pois algumas pessoas pensam que para ingressar na vaga de cotas raciais não necessariamente o aluno foi aprovado na prova. Assim como afirmado por Maurício Silva, as cotas raciais quebram o paradigma de exclusão, então, no lugar da meritocracia, se sobressai o quesito de inclusão:

As cotas raciais vêm exatamente desarticular e desconstruir essa lógica perversa de exclusão, substituindo os conceitos de meritocracia e de competitividade por outros modelos e protocolos de inclusão do alunado afrodescendente no meio acadêmico. Isso pode ser feito, de maneira muito simples, apenas se invertendo a ordem dos fatores que determinam a acessibilidade ao ensino superior: ao invés de se promover uma suposta *igualdade de ingresso* na ponta final do processo seletivo — do qual o vestibular é o exemplo mais saliente —, cumpre promover uma real *igualdade de condições* na ponta inicial desse processo — do qual o investimento no ensino fundamental de qualidade pode ser apontado como *um* dos fatores importantes. Nesse caso, em especial, a ordem dos fatores altera, substancialmente, o produto! (SILVA, 2017, p. 1213).

A vista disso, o mérito tem um viés individualista, o qual acaba ressaltando as particularidades de cada um, evidenciando as desigualdades sociais existentes entre os sujeitos e agindo de forma discriminatória. Bem como discorre Mauricio Silva:

Há que se lembrar, ainda, que a concepção neoliberal das relações sociais assenta-se sobre o postulado da meritocracia, exatamente pelo potencial individualista que esse conceito congrega em si: o mérito, tal como é entendido hoje em dia, é sempre causa e efeito de uma ação individual, um

ato substantivamente isolado no complexo concerto das relações sociais. O ponto fraco da teoria da meritocracia, contudo, encontra-se exatamente no fato de partir de uma falsa premissa, a de que ele reflete diferenças reais instituídas em situações de concorrência igualitária. Ora, já no princípio da concorrência que se institui, a distância entre o capital sociocultural de seus componentes/concorrentes sugere diferenças que resultam, antes, de situações desiguais. É justamente esse modelo, que parte do “diferente” para se chegar ao “igual”, o responsável por perpetuar as distorções que estão na base da teoria da meritocracia, cuja natureza individualista projeta, na sociedade, seu potencial discriminatório e excludente. Na verdade, o que se tem nesse modelo é justamente o inverso do que ele prega e sugere: uma concorrência desigual, que se institui a partir de diferenças construídas socialmente. (Silva, 2017, p. 1211).

Posto isso, constata-se que o debate acerca de mérito em torno das cotas raciais e o ingresso nas universidades, não tem fundamentos que enfatizem sua legitimidade, visto que os sujeitos passam por experiências de vida distintas. Além disso, partem de um ponto totalmente desigual. O que faz com que os que têm menos condições tenham mais dificuldades de galgar espaços como o da universidade, por exemplo. E quando fala-se na população negra, essas dificuldades são ampliadas, pois há também o quesito do marcador da cor da pele que torna-se mais um ponto de disparidade fundamentado no racismo. Ao encontro disso, Cida Bento (2022) destaca, que a racionalidade que elucida o suposto sistema meritocrático desconsidera a influência da história dos grupos, e também a disparidade das heranças visto que, há um grupo privilegiado com saneamento, moradia, qualidade das escolas frequentadas, além de disponibilidade de acesso à internet, equipamentos etc.

Desde o momento que reflete-se que existem cidadãos cercados de privilégios e outros que lutam para garantir o mínimo, e mesmo assim continuam sobrevivendo com muito pouco, não há como ser contra um sistema que gera oportunidades à população. Em meio a essa discussão sobre mérito, a seguir serão analisados dados relativos ao ingresso, evasão e formatura dos discentes cotistas da Unipampa Campus Bagé. A partir destes dados, poderá se ter uma noção de como vem sendo o comportamento, e como vem sendo percorrido o caminho dos cotistas raciais nesta instituição de ensino superior.

4.2 Ingresso, Evasão e Formatura: Análise de Dados a partir da Plataforma do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos (NIDA) na Universidade Federal do Pampa

A Universidade Federal do Pampa - Unipampa, é uma instituição de ensino superior multicampi localizada no estado do Rio Grande do Sul, com Reitoria situada na cidade de Bagé/RS. Seus 10 campi são distribuídos nas seguintes cidades: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. A universidade conta atualmente com cerca de 70 cursos de graduação na modalidade presencial.

Dito isso, para este trabalho, serão analisados dados específicos relacionados a unidade de Bagé que em sua composição conta com 11 (onze) cursos presenciais de graduação, são eles: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras - Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Licenciatura em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Música e Licenciatura em Química sendo eles 6 (seis) licenciaturas e 5 (cinco) bacharelados.

O recorte temporal a ser utilizado será de 2015 a 2018 (ingresso), visto que, a base na qual os dados estão armazenados possui informações sobre cotas raciais a partir do referido ano, e no referente a formatura o limite temporal será de 2018 a 2022. Nesse sentido, conforme informações do Relatório de Ações/Atividades - Gestão 2016/2019, para os cotistas raciais ingressantes nesta instituição de ensino superior até o ano de 2017/1, a maneira de aferição utilizada era autodeclaração do candidato. Devido a algumas inconsistências e acusações de fraudes em sua maioria nas cotas raciais em instituições federais, atenta para essa questão, a Unipampa, no ingresso de 2018/1 implementou as bancas de heteroidentificação. Torna-se pertinente destacar que antes da execução da mesma, foram realizados cursos para que os servidores ficassem capacitados para atuar nas bancas.

Além disso, para a análise dos dados obtidos utilizou-se a abordagem quantitativa, que segundo Raupp e Beuren (2001, p.92), diferente da pesquisa qualitativa, caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos.

Tabela 4 - Reserva de vagas destinadas a candidatas pretos, pardos ou indígenas⁷

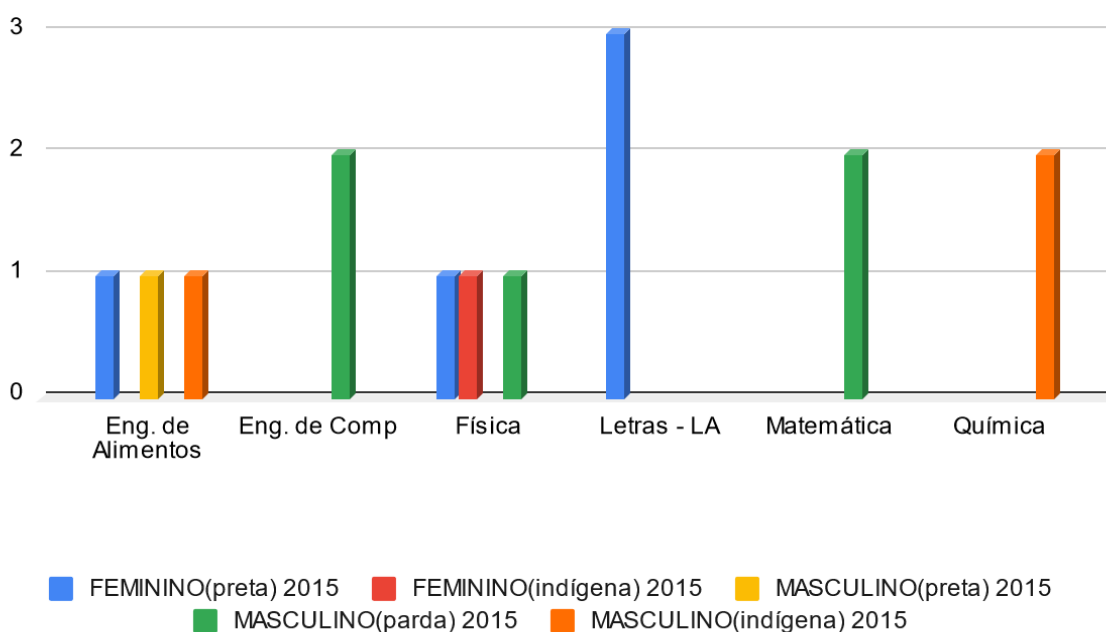
Ações afirmativas	
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei no 12.711/2012).
L6	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº12.711/2012).

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020)

Torna-se pertinente salientar que os dados que serão apresentados abaixo foram extraídos do Núcleo de Inteligência de Dados Acadêmicos - NIDA. Esse Núcleo surgiu com a proposta de disponibilizar indicadores acadêmicos baseados em dados validados e verificados.⁸

Figura 1- Ingressantes L2 de 2015

Ingressantes L2 2015



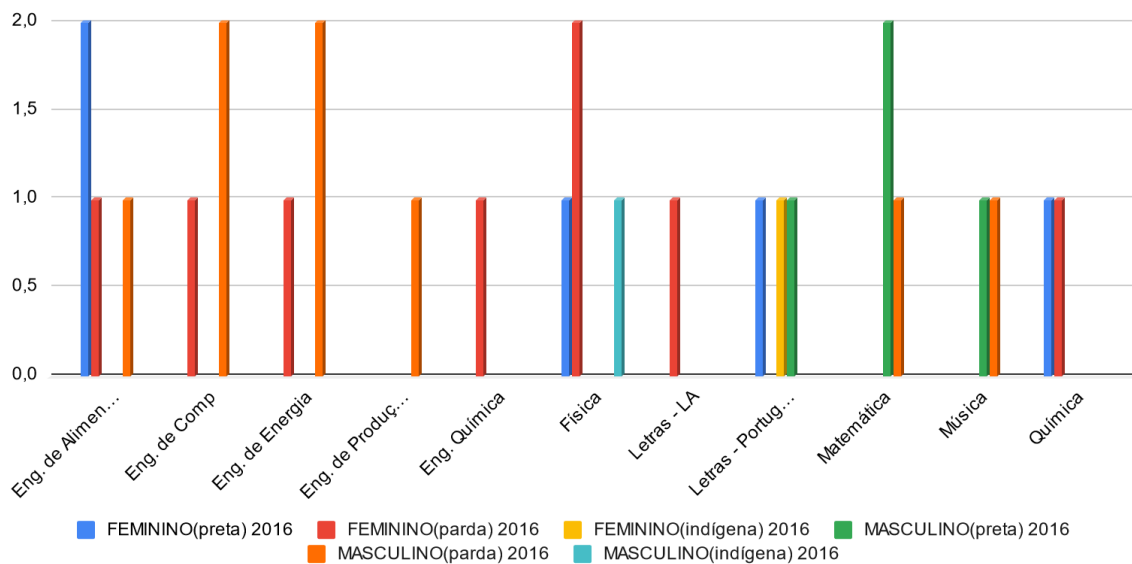
⁷ Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020)

⁸Fonte: Universidade Federal do Pampa (2022)

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 2 - Ingressantes L2 de 2016

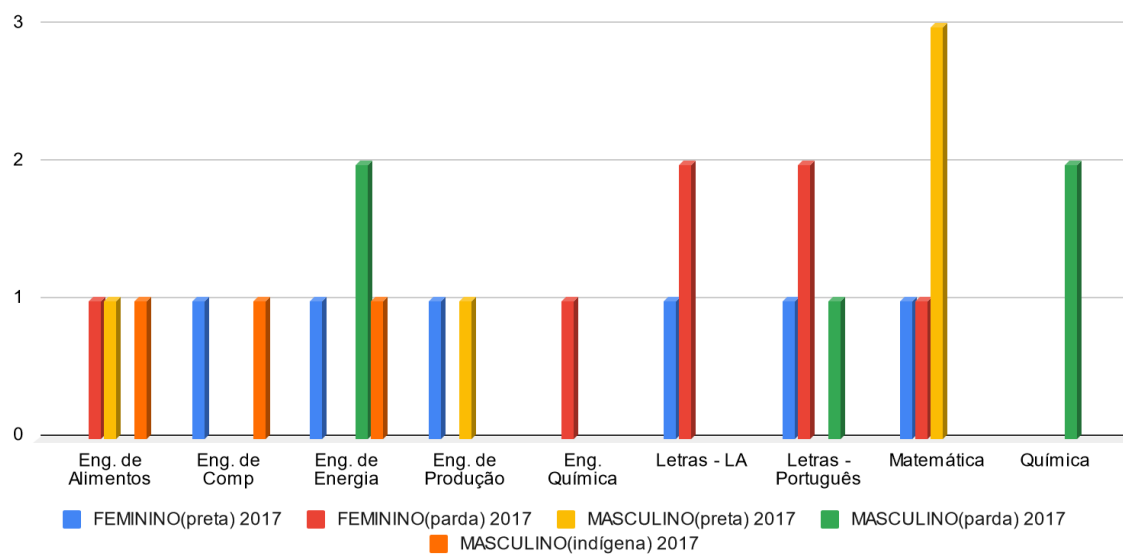
Ingressantes L2 2016



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 3 - Ingressantes L2 de 2017

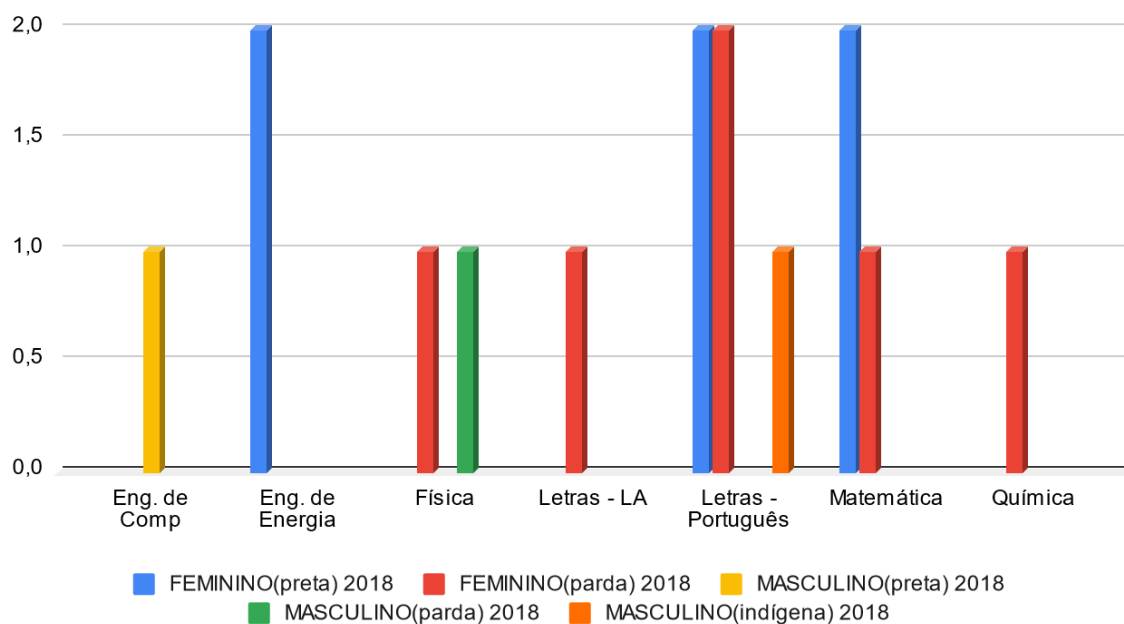
Ingressantes L2 2017



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 4 - Ingressantes L2 de 2018

Ingressantes L2 2018

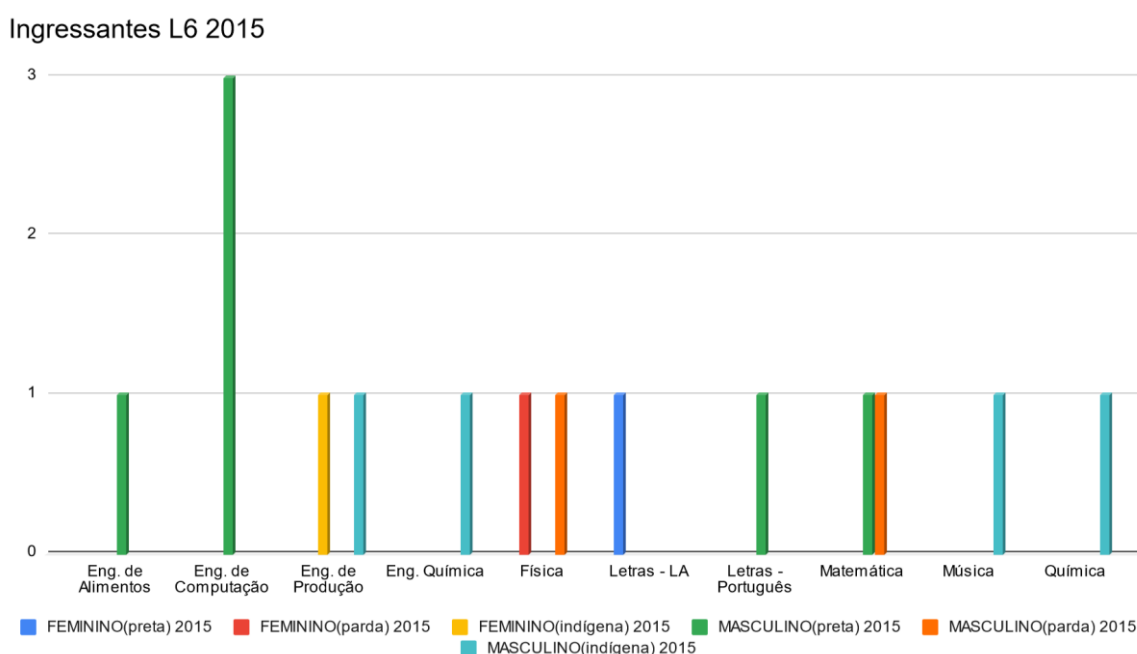


Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Através da análise dos dados e da observação dos gráficos acima, nota-se que o ingresso de pretos, pardos e indígenas, com o passar do tempo foi sendo ampliado e tendo ingresso em diversos cursos, uma vez que no ano de 2015 houve cursos como Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa e Música que não obtiveram cotistas ingressantes na L2. No entanto, há cursos em que o número de ingressantes cotistas raciais foi mais elevado, isso ocorreu nos cursos de Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas (2015) 3 candidatas pretas e Matemática (2017) com 3 candidatos pretos. Assim, percebe-se que os cursos de licenciatura nos referidos anos obtiveram um número maior de ingressantes durante os períodos citados. Tal número pode estar atrelado a melhor inserção no mercado de trabalho que os cursos de licenciatura proporcionam, em comparação com os cursos de bacharelado, visto que, muitas vezes os jovens após a conclusão da graduação querem ingresso o mais breve possível no mercado de trabalho. Outra probabilidade é de que a nota de corte para ingresso nos cursos de licenciaturas é mais baixa do que os cursos de bacharelado, o que poderá fazer com que os que não garantiram

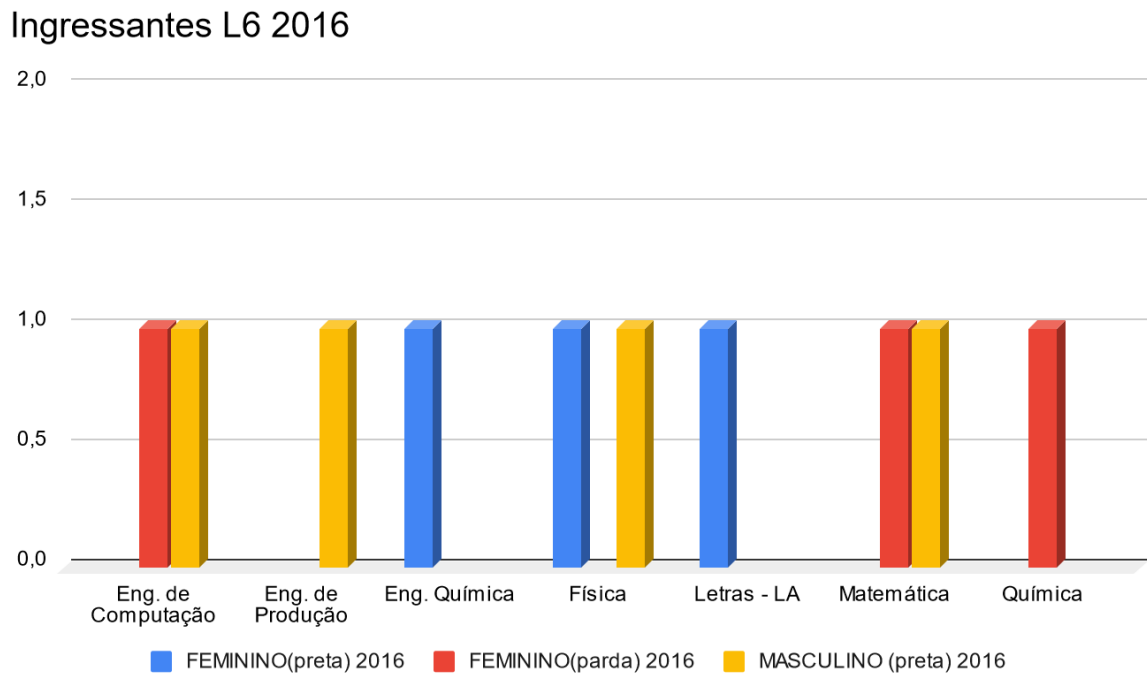
vaga nos demais cursos optem por ingressar nas licenciaturas. No decorrer de 2015 a 2018, o curso que teve mais ingressantes via L2 foi Matemática com 13 ingressantes, seguido do curso Letras Português com 12 ingressantes e Engenharia de Alimentos com 10 ingressantes. Por outro lado, os cursos com menos ingressantes via L2 foram Engenharia Química e Música. Ao total, de 2015 a 2018 ingressaram 83 discentes pretos, pardos ou indígenas na modalidade L2. Sendo eles 40 pardos, 33 pretos, e 10 indígenas.

Figura 5 - Ingressantes L6 de 2015



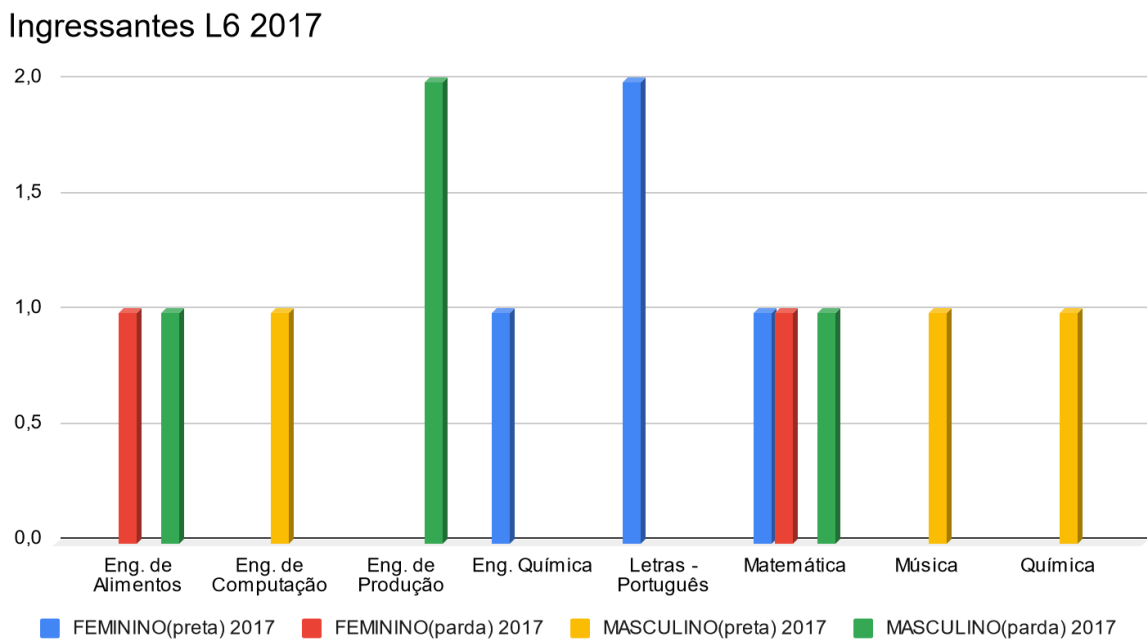
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 6 - Ingressantes L6 de 2016



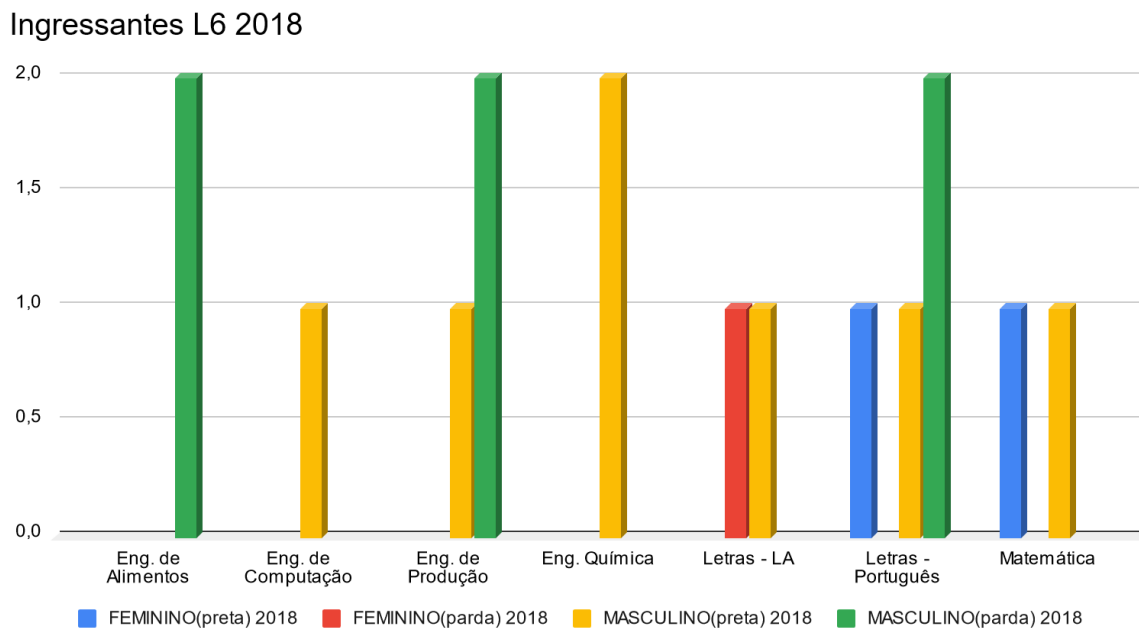
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 7 - Ingressantes L6 de 2017



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 8 - Ingressantes L6 de 2018



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Por meio da análise dos dados dos gráficos acima, fica evidente que no período de 2015 a 2018, o curso de Matemática foi o que mais obteve ingressantes via L6, totalizando 9 discentes. Seguido dos cursos de Engenharia de Produção com 8 ingressantes e Engenharia de Computação e Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa com 7 ingressantes cada. Sendo assim, nesta modalidade, um curso de Licenciatura e noturno, foi o que mais teve ingresso na referida modalidade, cabendo destacar que o curso de Engenharia de Energia durante o período de 2015 a 2018 não teve ingressantes via L6. Por outra perspectiva, o ingresso de alunos do sexo masculino foi superior ao das ingressantes do sexo feminino. Referente a etnia, predominou o ingresso de pretos, totalizando 29 pretos, 21 pardos e apenas 5 indígenas, ao total via L6 ingressaram 55 cotistas.

Com o intuito de explicar o significado de cada modalidade, abaixo uma tabela informativa contendo esses dados:

Tabela 5 - Modalidades de ingresso e suas definições

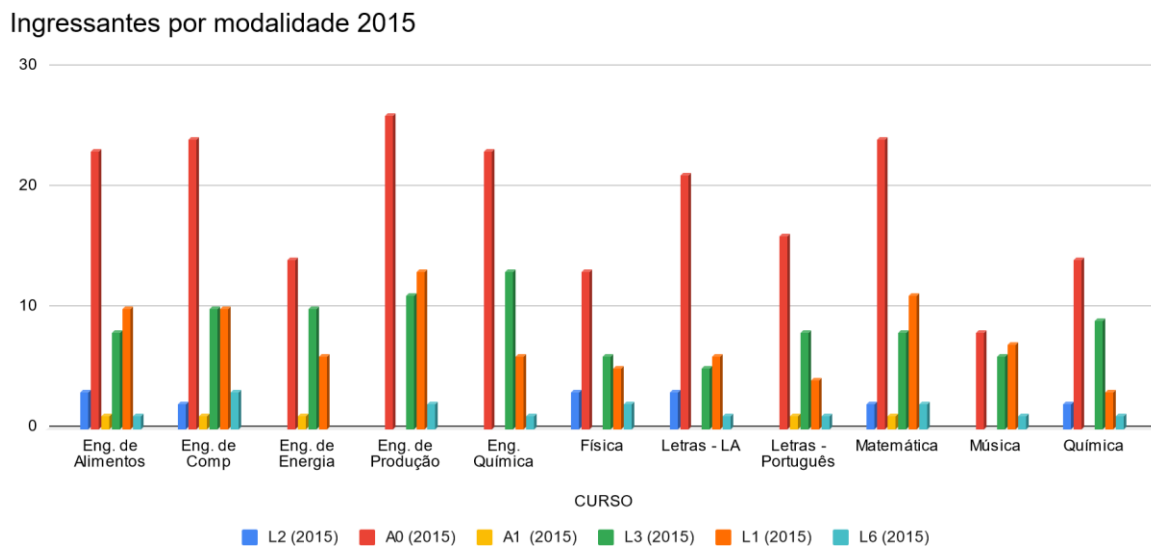
Modalidades de ingresso	
A0	Ampla Concorrência

L1	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei no 12.711/2012)
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. ⁹
L3	Renda bruta familiar mensal per capita superior a 1,5 salários mínimos, sem autodeclaração de raça ou etnia. ⁹
L5	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei no 12.711/2012).
L6	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa no 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei no 12.711/2012).
L9	Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei no 12.711/2012).
A1	Pessoa com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2019)

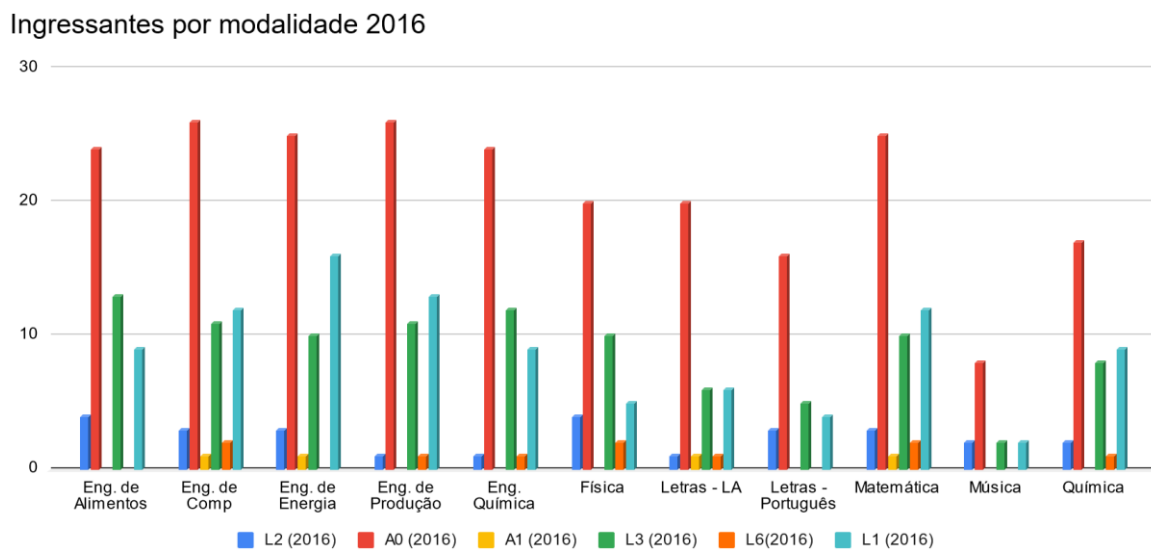
⁹ Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020)

Figura 9 - Ingresso por modalidade de 2015



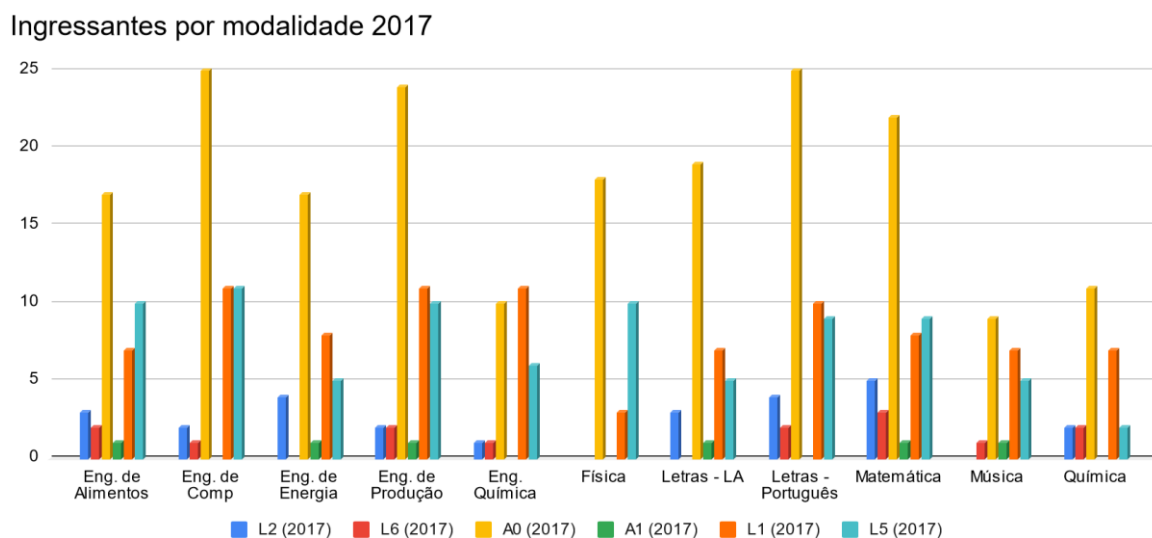
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 10 - Ingresso por modalidade de 2016



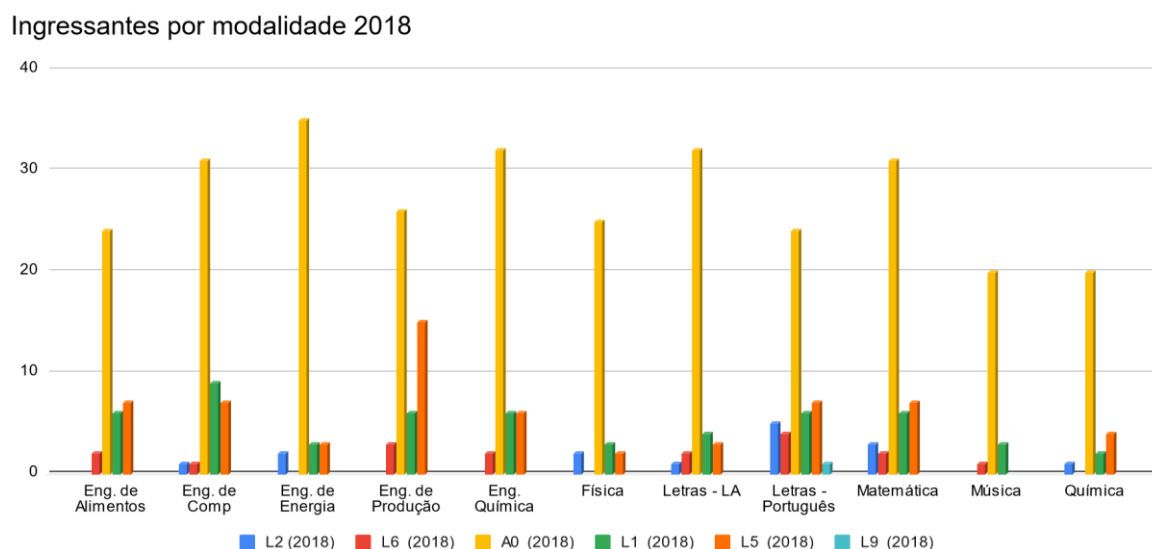
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 11 - Ingresso por modalidade de 2017



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 12 - Ingresso por modalidade de 2018

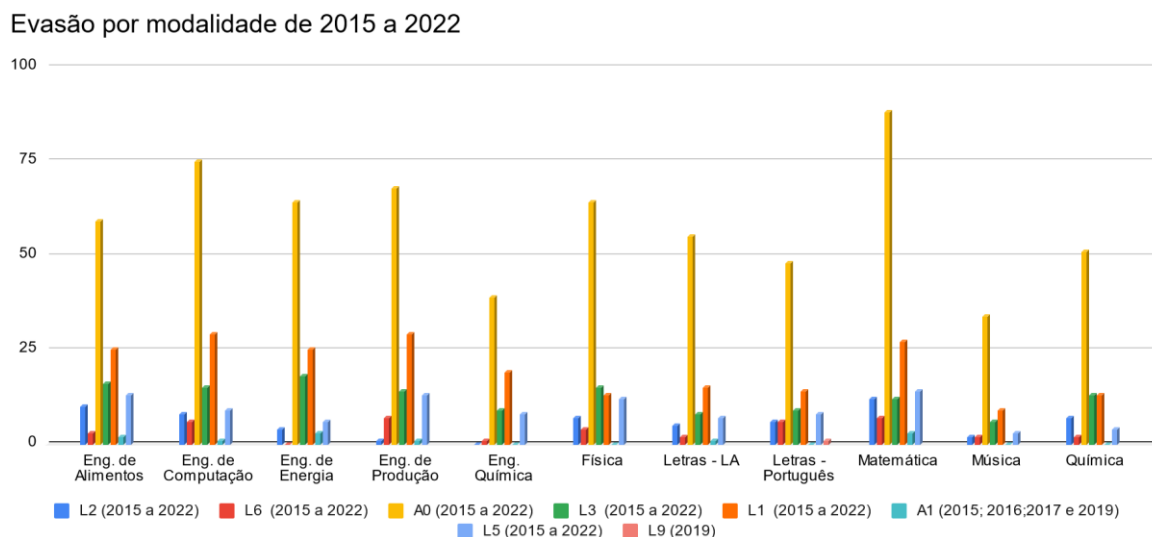


Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Com a finalidade de ter uma visão mais ampla do número de ingressantes, os gráficos visam demonstrar os ingressantes por modalidade. Fica nítido que os ingressantes via Ampla Concorrência são parte do maior quantitativo de ingressantes nos cursos de graduação da Unipampa Campus Bagé, cabendo destacar que dentre esses há alunos pretos, pardos e indígenas. No que tange ao ingresso de pretos, pardos e indígenas via cotas raciais o total de ingressantes foi de 138 entre 2015 e

2018. Além do mais, os cursos com maior número de ingressantes durante o período de 2015 a 2018 foram Engenharia de Computação e Engenharia de Produção e Matemática, o curso com o número mais baixo de ingressantes foi o curso de Música.

Figura 13 - Evasão por modalidade de 2015 a 2022



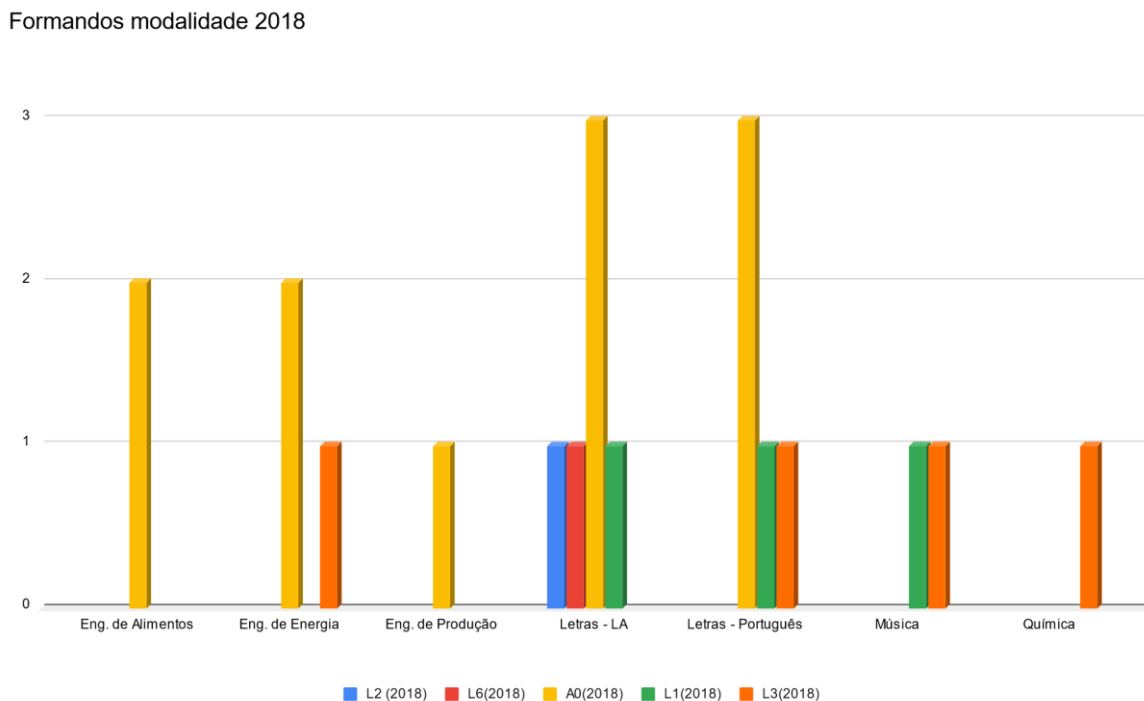
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Referente a evasão, os dados contidos no gráfico acima, observamos números elevados, principalmente na modalidade a qual o quantitativo de ingressantes é mais expressivo do que os demais: ou seja, o maior índice de evasão ocorre na modalidade Ampla Concorrência. O curso de Matemática ao passo que é um dos cursos com o maior número de ingressantes, é o que tem maior número de alunos(as) evadidos. O curso de Música é o que possui o número mais baixo de evadidos. Sobretudo, acerca das cotas raciais, o curso com maior número de evadidos foi a Matemática. O total de cotistas raciais pretos, pardos e indígenas evadidos no período de 2015 a 2022 que ingressaram via cotas foi de 101.

É muito importante salientar, que a evasão não é algo exclusivo dos cotistas raciais, uma vez que vem afetando as diversas modalidades de ingresso na Unipampa. Quando analisados dados da ampla concorrência com recorte para ingresso 2015 a 2018 e conclusão do curso de 2018 a 2022, obtém-se o total de 934 ingressantes, no entanto apenas 16,05% concluíram o curso. Em uma outra perspectiva, quando utilizado o mesmo recorte temporal para os cotistas raciais pretos, pardos e indígenas ingressaram 138, e 12,31% das pessoas finalizaram o

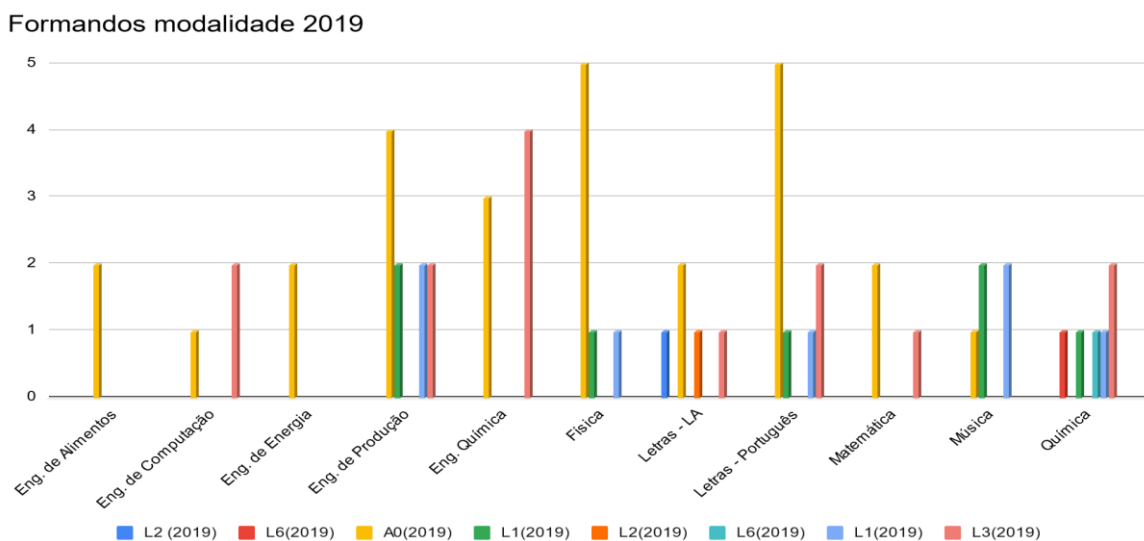
curso de graduação. Vale destacar que em ambas modalidades há discentes em retenção, ou seja, em processo de conclusão do curso.

Figura 14 - Formandos por modalidade de 2018



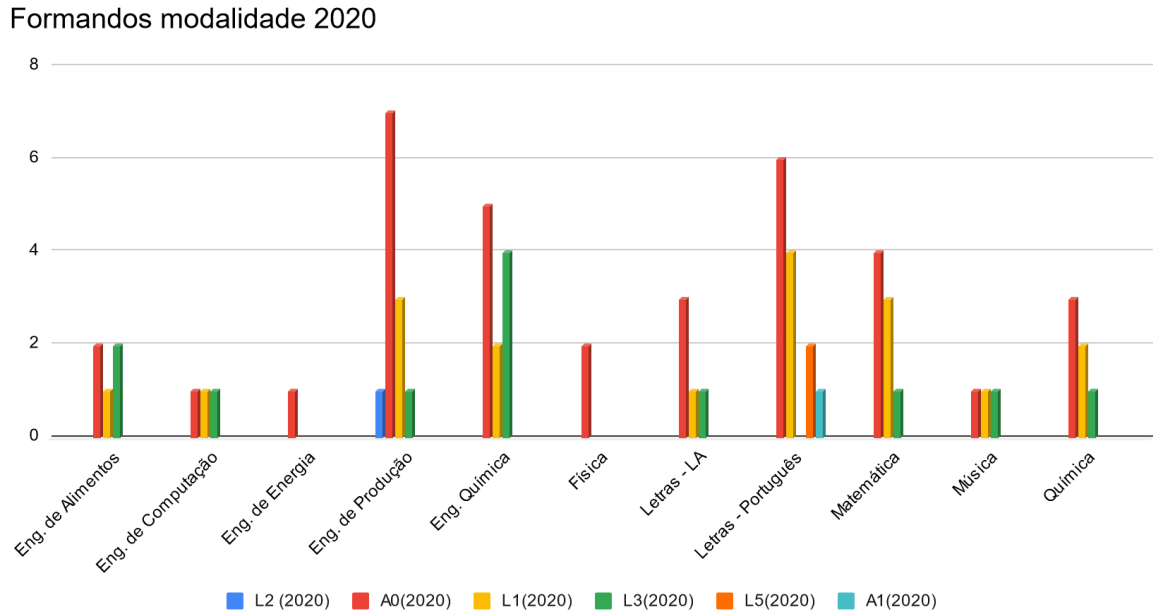
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 15 - Formandos por modalidade de 2019



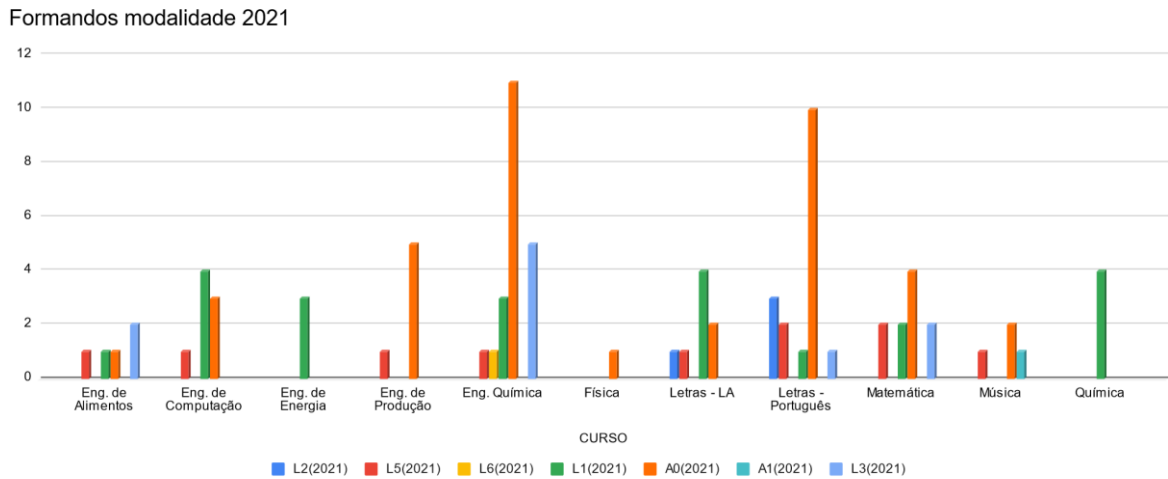
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 16 - Formandos por modalidade de 2020



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

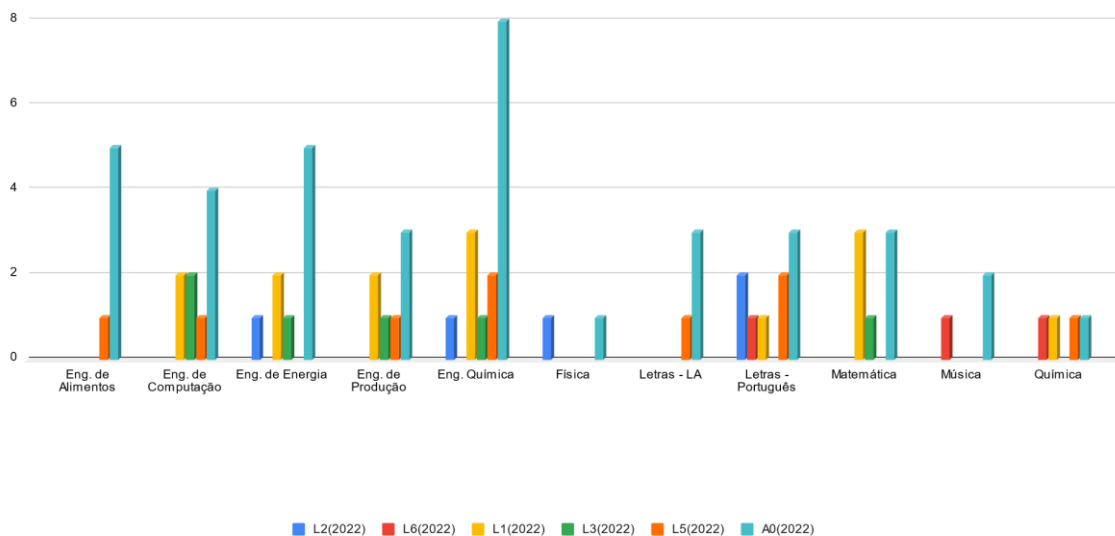
Figura 17 - Formandos por modalidade de 2021



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 18 - Formandos por modalidade de 2022

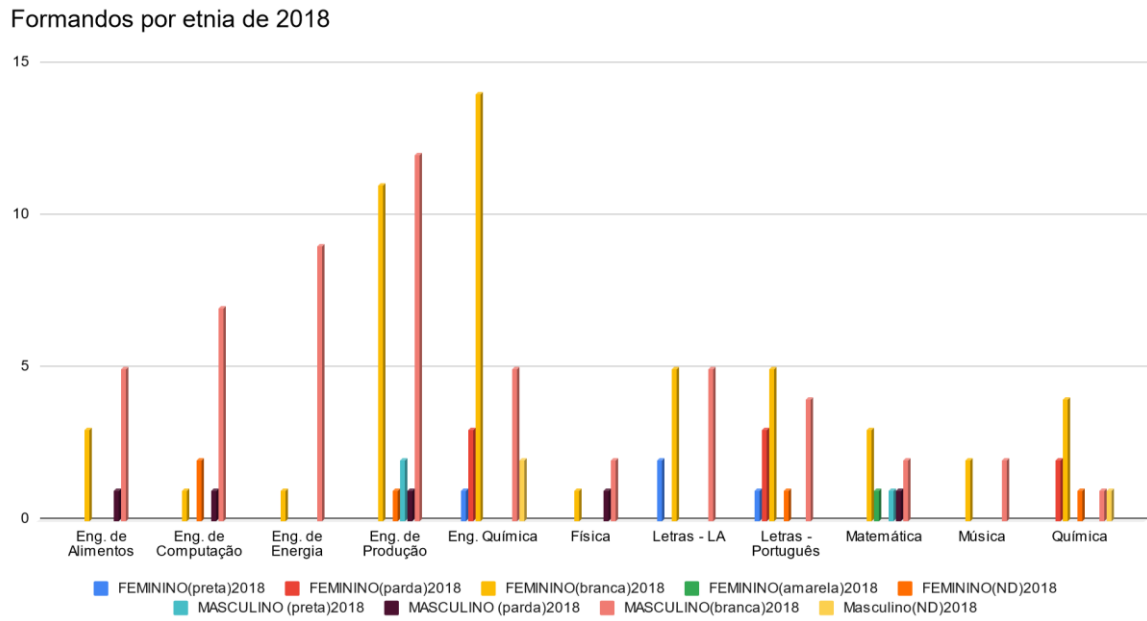
Formandos modalidade 2022



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

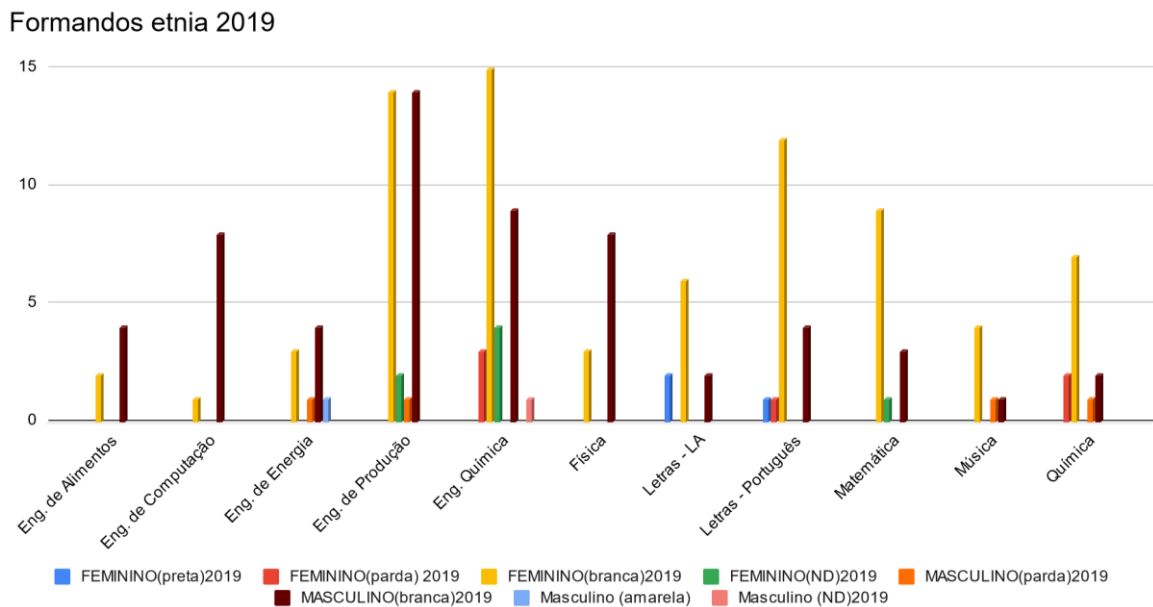
Através da análise dos dados é possível constatar que no período de 2018 a 2022, o maior número de formados cotistas raciais foram nos cursos de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, e Letras Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas. Chama atenção que vários cursos durante o referido período não formaram nenhum cotista racial, que são os casos dos cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, e Matemática. Porém, isso não quer dizer que não houve formandos pretos, pardos ou indígenas nesses cursos, tal informação poderá ser conferida nos dados que sucedem. Nesse sentido, o curso com mais formados abrangendo todas as modalidades de ingresso foi Engenharia Química.

Figura 19 - Formandos por etnia de 2018



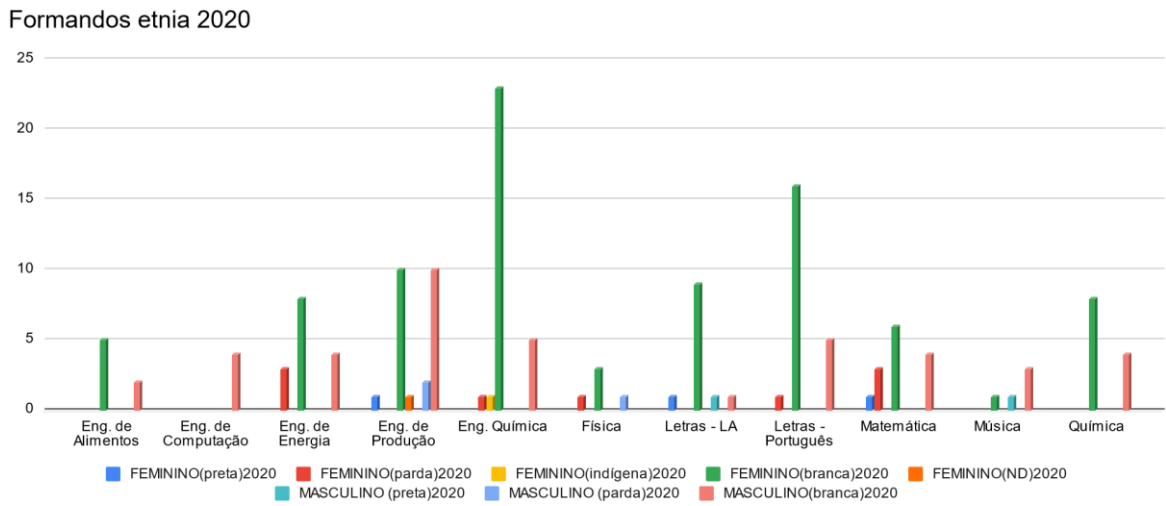
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 20 - Formandos por etnia de 2019



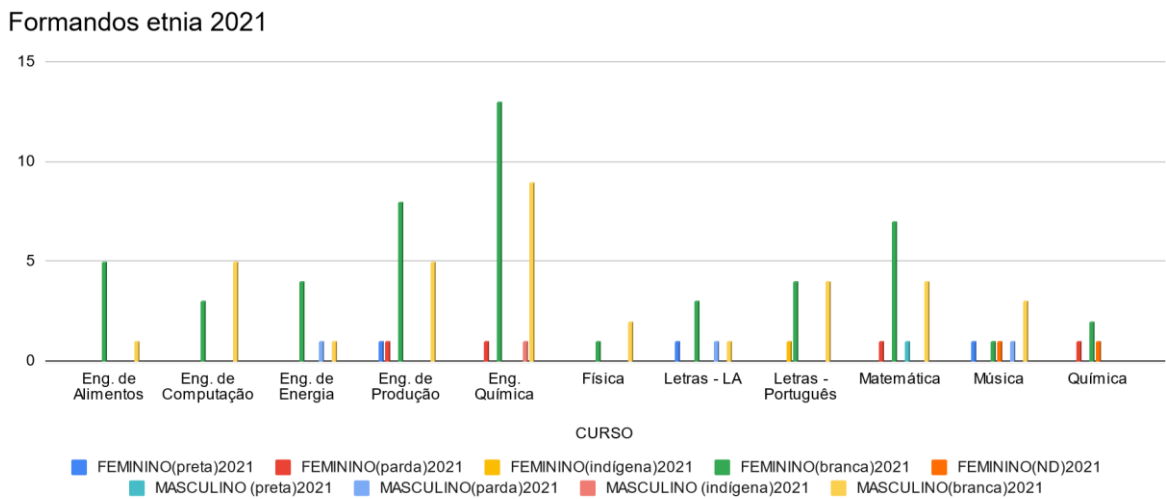
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 21 - Formandos por etnia de 2020



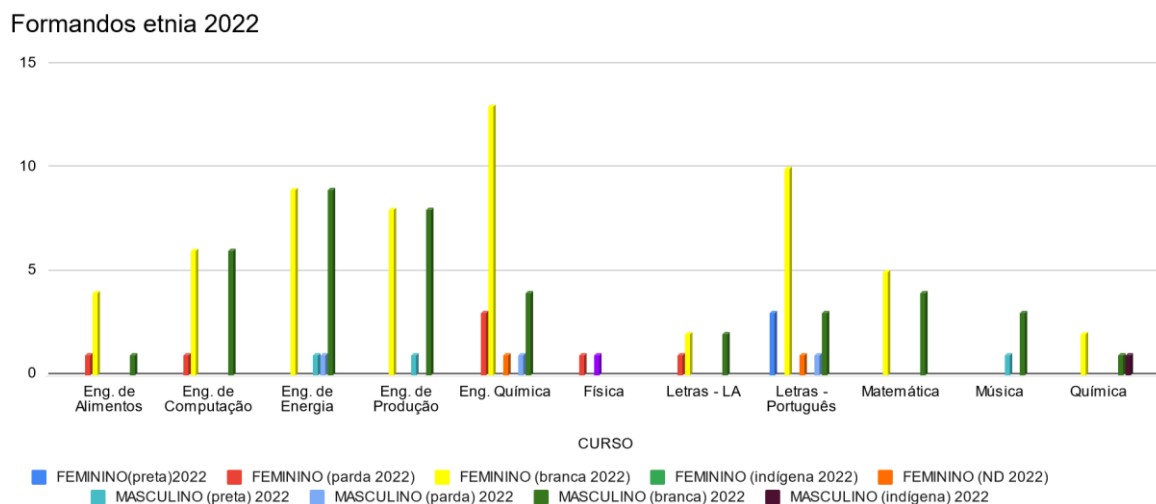
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 22 - Formandos por etnia de 2021



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 23 - Formandos por etnia de 2022



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

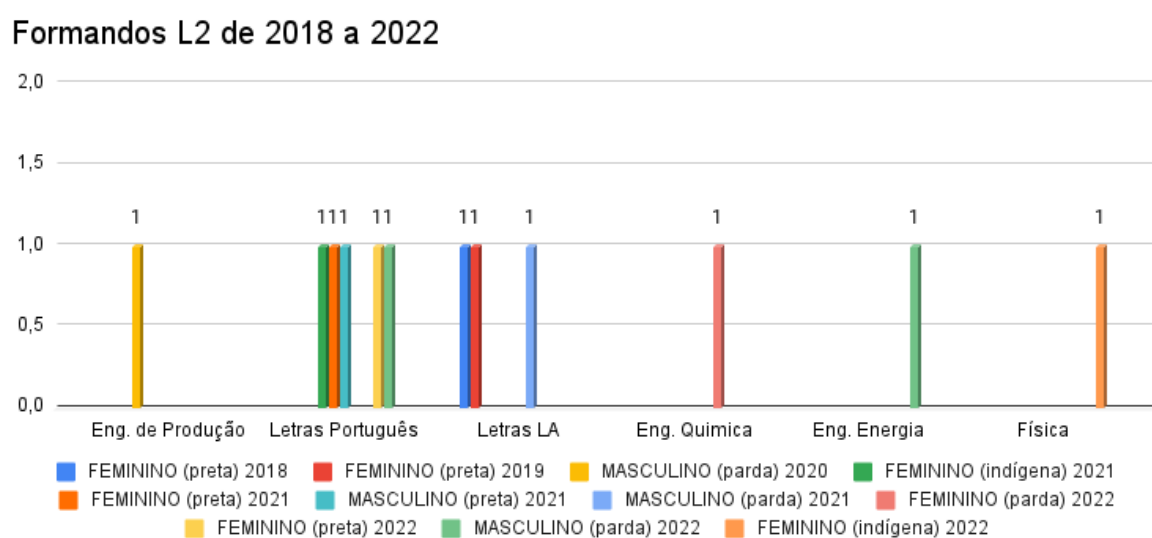
É pertinente salientar que a presença do sexo feminino no índice de formandos(as) é superior a egressos do sexo masculino no campus Bagé da Unipampa. Sobre os números relacionados aos formandos pretos, pretas, pardos e pardas, ficou evidente que houve mais formandos pardos(as) totalizando 52 do que formandos pretos(as) que totalizaram 25, contabilizando 77 formandos pretos ou pardos.

Por outro lado, vale enfatizar que quando analisado os dados dos formados por etnia e sexo, há um quantitativo maior de pretos, pretas, pardos e pardas que se formaram, mas ao ingressarem não foi por meio da opção das ações afirmativas de cotas raciais. Isso provavelmente ocorreu pelo fato de que tais alunos estudaram em escolas particulares, ou têm uma renda per capita mais elevada, o que faz com que eles não se enquadrem nas modalidades L2, e L6. Outras possibilidades ainda, são que eles escolheram não concorrer a vagas na modalidade de cotas raciais, ou que atingiram uma nota de corte mais elevada, o que fez com que eles(as) migrassem para as vagas de ampla concorrência. Mais do que isso, instiga-se investigar as razões reais pelas quais eles não se inscreveram como cotistas.

Cabe destacar, que na plataforma NIDA existe uma opção de ingresso sem nomenclatura, no entanto, quando analisa-se a forma de ingresso ele varia entre: Portadores de Diploma, Reopção de Curso, Transferência Voluntária (oriundo de outra Instituição), Reingresso, Exame Nacional do Ensino médio - ENEM, Chamada por Nota do Enem e Transferência EX-OFFICIO (amparada em lei).

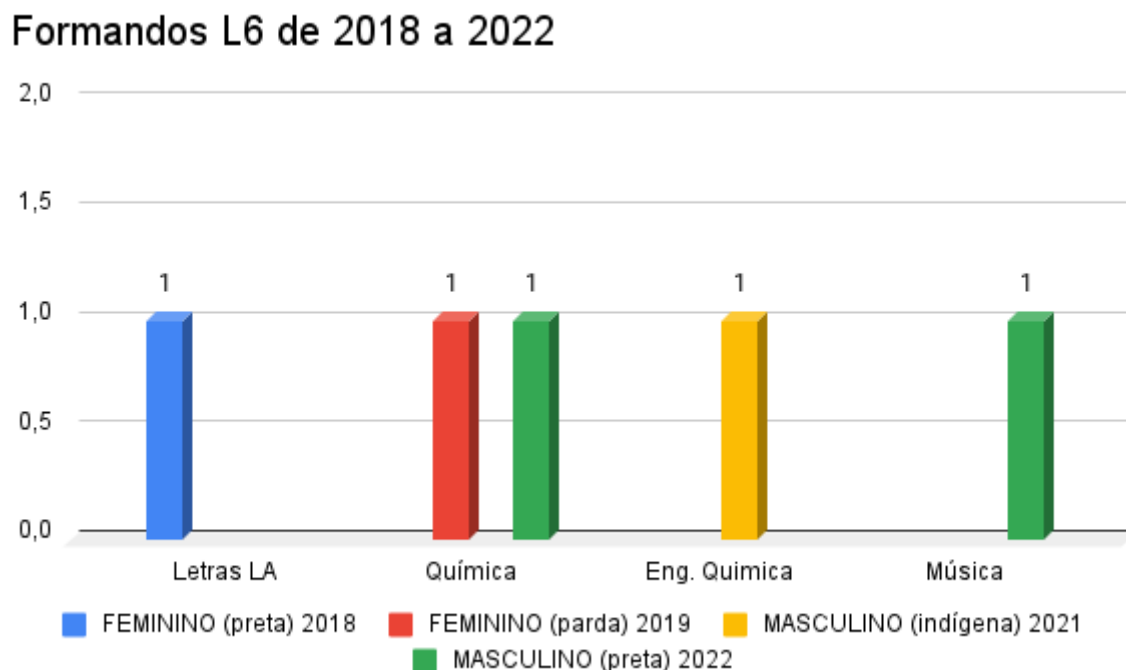
Além disso, com esse quantitativo, faz com que seja mais representativo o número de negros na universidade, visto que, houve ingresso de 812 discentes nessa modalidade no período de 2015 a 2022: ingressaram 675 brancos, 78 pardos, 54 pretos, 1 indígena, 2 amarelos e 2 não declarados. O curso de Engenharia de Energia foi o que teve maior número de ingressantes. Por outro lado, no que concerne à conclusão do curso, obtém-se um total de 133 alunos formados, sendo eles 108 brancos, 9 pretos, 15 pardos e 1 amarelo. Percebe-se então, que não houve formandos indígenas nessa modalidade, ademais houve um número significativo de alunos negros egressos. Nesse sentido, os cursos com mais egressos foram: Engenharia de Energia, Letras Português, e Engenharia Química.

Figura 24 - Formandos L2 de 2018 a 2022



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Figura 25 - Formandos L6 de 2018 a 2022



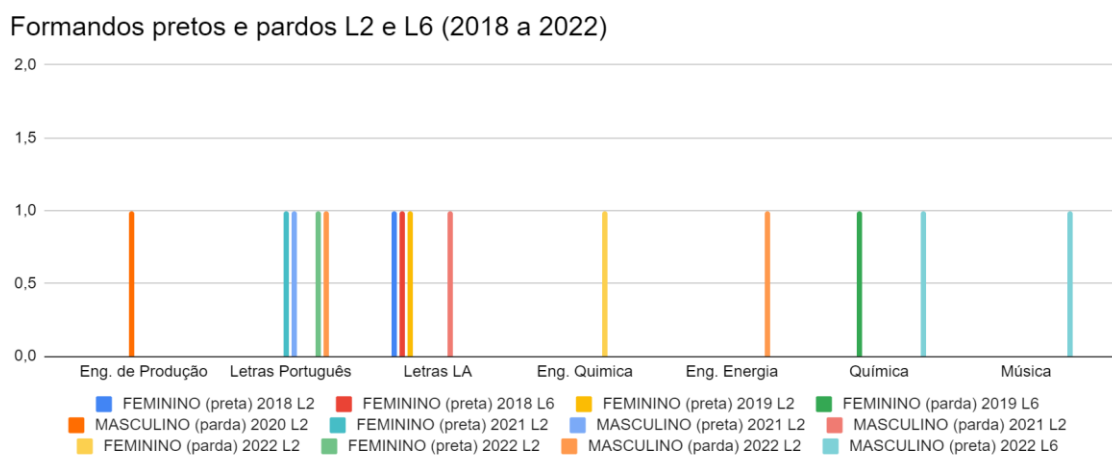
Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Nota-se que os alunos cotistas raciais durante suas trajetórias pessoais foram se afastando da academia, pois há um número expressivo dos que não concluíram o curso no qual ingressaram, conforme é possível conferir na Figura 4. No entanto, quando refere-se a conclusão do curso, acabou resultando em um número que ainda precisa ser elevado. Sendo que durante o período de 2018 a 2022, apenas 17 ingressantes pelas cotas raciais, compostos por pretos, pardos ou indígenas, formaram-se no campus Bagé da Unipampa.

Os dados coletados demonstram que a maioria desses, como pode ser analisado acima, são do sexo feminino: sendo 9 do sexo feminino e 8 do sexo masculino. Dessas pessoas, 5 eram do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, 4 do curso de Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas, 2 do curso de Química, 2 do curso de Engenharia Química, 1 do curso de Engenharia de Energia, 1 do curso de Engenharia de Produção, 1 do curso de Física, e 1 do curso de Música. Nota-se que a Licenciatura foi a área a qual obteve mais formandos cotistas raciais, e além disso Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa formou o maior índice de alunos cotistas raciais.

Fazendo um recorte aos pretos e pardos, que são o foco desta pesquisa, obteve-se um total de 14 egressos durante o período de 2018 a 2022, como segue na figura abaixo:

Figura 26 - Formandos pretos e pardos L2 e L6 (2018 a 2022)



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Através da análise do gráfico acima, fica evidente que entre os egressos pretos e pardos, houve o mesmo quantitativo de egressos e egressas, sendo 7 do sexo feminino e 7 do sexo masculino. Por outro lado houve um número mais expressivo de formandos cotistas raciais pretos, totalizando assim 8 egressos pretos e 6 pardos. Referente aos cursos, as licenciaturas se sobressaíram aos bacharelados, sendo 11 egressos de cursos de licenciatura e apenas 3 de cursos de bacharelado. No período estabelecido para esta pesquisa, houve apenas uma participante do sexo feminino egressa de um curso de bacharelado, o que faz refletir nos motivos dessa ocorrência. A egressa supracitada concluiu o curso de Engenharia Química. A partir disso, percebe-se que as mulheres cotistas raciais formaram-se mais nos cursos de licenciatura. O que não foi diferente dos egressos, que também foram maioria nas licenciaturas, no entanto, por uma pequena diferença eles tiveram uma maior representatividade de egressos das cotas nos cursos de bacharelado, sendo oriundos dos cursos de Engenharia de Energia e Engenharia de Produção. Nas licenciaturas o destaque foi aos cursos de Letras Português e Literaturas de Línguas Portuguesa e Letras Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas ambos com 4 egressos cada. Seguido de Química com 2 egressos e Música com 1 egresso.

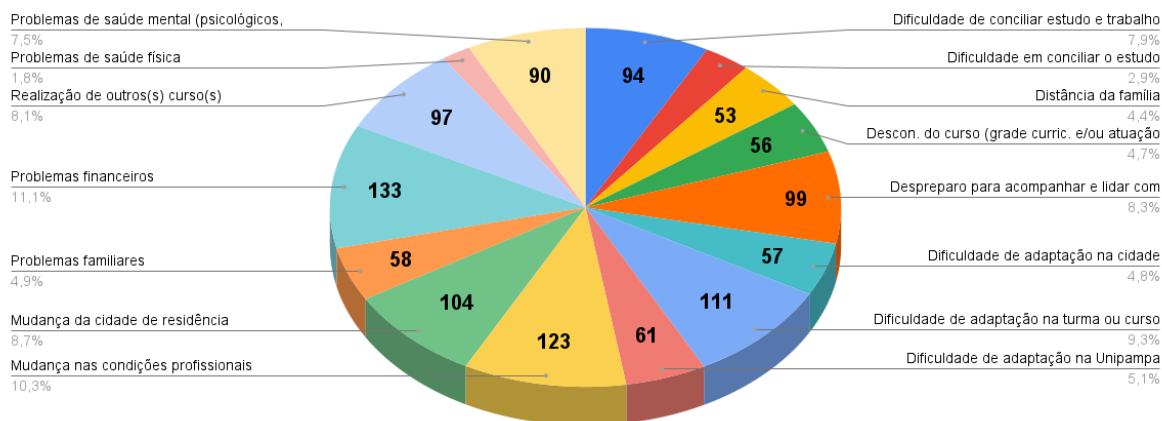
A proposta aqui em nenhum momento é desvalidar as ações afirmativas de cotas raciais, no entanto mostrar a importância delas principalmente aos egressos da Unipampa. Atentar para oportunidades de trabalho geradas a partir do diploma adquirido na universidade pública, e além disso com esses dados obtidos mostrar que a questão referente à permanência dos alunos é algo que precisa ser trabalhado urgentemente para que possamos cada vez mais ver os cotistas ingressarem na universidade e saírem com um diploma de Licenciatura ou de Bacharelado.

Visto que as ações afirmativas de cotas raciais, são resultado da luta dos negros por oportunidade de acesso as universidades, e pela representatividade nos espaços da academia, percebo que aos seus dez anos de sancionamento ela está cumprindo seu papel de reparação histórica para com esse povo, no entanto ainda pode ser melhorada. Assim, ela não apenas deverá ser incrementada visando oportunizar o ingresso, mas também a permanência para a então conclusão de um curso de graduação. Pois os ingressantes vem de diferentes contextos, que muitas vezes impedem que eles consigam finalizar a graduação.

Ainda, dentro da plataforma do NIDA são pontuados alguns dos motivos pelos quais os(as) alunos(as) evadem, assim, abaixo trago esses dados baseados em um questionário aplicado pela Comissão de Evasão e Retenção. As respostas são apenas de evadidos do Campus Bagé e o recorte temporal utilizado é de 2015 a 2022, no entanto, na plataforma não é possível filtrar o ano que os evadidos ingressaram. Sendo assim, é provável que dentre esses evadidos haja sujeitos que ingressaram antes do recorte temporal definido para esta pesquisa. Essas informações são trazidas aqui com a finalidade também de respaldar e trazer argumentos válidos que comprovam as dificuldades que os alunos enfrentam pelas quais acabam desistindo do curso.

Figura 27 - Questão 10: Marque as questões pessoais que influenciaram na sua desistência/evasão do curso

Questão 10: Marque as questões pessoais que influenciaram na sua desistência/evasão do curso



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

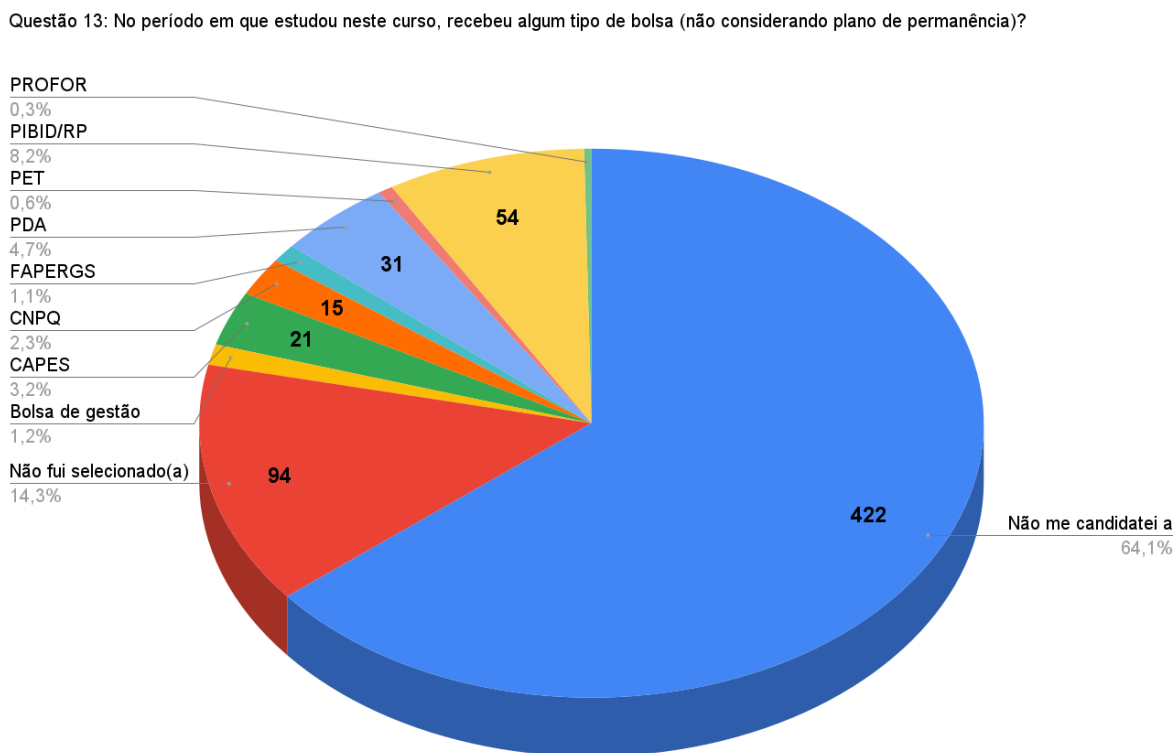
As opções de respostas para esta pergunta eram as seguintes:

- Dificuldade de conciliar estudo e trabalho;
- Dificuldade em conciliar o estudo maternidade/paternidade;
- Distância da família;
- Desconhecimento. do curso (grade curricular e/ou atuação profissional);
- Despreparo para acompanhar e lidar com demandas do ensino superior;
- Dificuldade de adaptação na cidade;
- Dificuldade de adaptação na turma ou curso;
- Dificuldade de adaptação na Unipampa;
- Mudança nas condições profissionais;
- Mudança da cidade de residência;
- Problemas familiares;
- Problemas financeiros;
- Realização de outros(s) curso(s);
- Problemas de saúde física;
- Problemas de saúde mental (psicológicos, psiquiátricos)

No questionário mencionado e aplicado pela Pró-Reitoria de Graduação, a questão 10 foi respondida por 641 evadidos, que compõem 11 cursos que estão sendo analisados nesta pesquisa. Porém, ao analisar as respostas do questionário, não é possível selecionar a etnia desses evadidos nem mesmo se ele/ela optou por vagas de cotas raciais, assim as respostas abrangem os evadidos de uma maneira geral.

Quando perguntados sobre os fatores pessoais que influenciam na evasão do curso, problemas financeiros foi a resposta mais recorrente entre os que responderam a pesquisa, demonstrando que a questão financeira influencia na desistência do aluno, gerando assim a evasão. Outros fatores como mudança nas condições profissionais, dificuldade de adaptação na turma ou curso, despreparo para acompanhar e lidar com demandas do ensino superior e dificuldade de conciliar estudo e trabalho, também estão como os mais recorrentes motivos da evasão dos participantes do questionário.

Figura 28 - Questão 13: No período em que estudou neste curso, recebeu algum tipo de bolsa (não considerando plano de permanência)?



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2023)

Em uma outra perspectiva, a questão 13, foi respondida por 641 participantes da pesquisa em um recorte temporal de evasão de 2015 a 2022. Esta é mais uma questão relevante para este trabalho e que foi abordada no questionário aplicado, pois trata a respeito do recebimento de bolsas, visto que, possivelmente, um dos

causadores da evasão em sua maioria dos cotistas raciais são as dificuldades financeiras. No entanto, a maior parcela dos entrevistados respondeu que não se candidatou à bolsa, cabendo destacar que há bolsas que são ofertadas somente se o(a) discente não possuir um trabalho, como exemplo da bolsa Programa de Desenvolvimento Acadêmico - PDA. Por outro lado, a pesquisa teve um percentual relativamente alto de pessoas que responderam que não foram selecionadas para bolsa. Ressaltando mais uma vez, que não é possível filtrar a etnia nem a modalidade de ingresso desses ex-alunos que responderam a pesquisa.

Sendo assim, para concluir, cabe aqui destacar, que a quantidade de formandos pretos, pretas, pardos e pardas que não utilizaram ações afirmativas, foi superior as do que fizeram uso das cotas raciais. Um dos prováveis motivos pelo qual os alunos que não optaram pelas cotas, no entanto concluíram o curso de graduação, poderá estar baseado no poder socioeconômico, ou seja, por a família ter a renda um pouco mais elevada, ou seja, renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário mínimo, assim acabam não preenchendo os critérios exigidos, assim não se enquadram nos pré-requisitos previstos nas modalidades L2 e L6. Assim, é válido destacar que a política de ações afirmativas de cotas raciais deverá ser revista e quem sabe ser ampliada, pois os alunos ingressam na universidade por meio dela, no entanto, grande parte não se mantém. Assim como salienta Munanga:

Finalmente, a questão fundamental que se coloca não é a cota mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento é uma medida emergencial enquanto se buscam outros caminhos. Se o Brasil, na sua genialidade racista, encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres – o que é uma crítica sensata – ótimo! Mas dizer simplesmente que implantar cotas é uma injustiça, sem propor outras alternativas a curto, médio e longo prazo, é uma maneira de fugir de uma questão vital para mais de 70 milhões de brasileiros de ascendência africana e para o próprio futuro do Brasil. (MUNANGA, 2001. pg. 41).

Posto isso, é necessário investigar as causas dessa evasão e trabalhar nelas, a fim de que a política além de garantir o acesso/ingresso, garanta também a permanência e assim a conclusão do curso de graduação, tornando-se assim uma política pública com maior efetividade.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: A EXPERIÊNCIA DOS (AS) EGRESSOS(AS) COTISTAS PRETOS E PARDOS DA UNIPAMPA E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo destina-se à apresentação da análise dos dados obtidos através do questionário enviado pela internet via *Google Forms* aos(as) egressos(as) cotistas raciais dos cursos de graduação do Campus Bagé da Unipampa. Ao todo foram feitas 31 perguntas a eles(as), e, dos 14 egressos(as) negros (pretos e pardos), 9 responderam o questionário enviado. Assim, abaixo serão destacadas as percepções dos cotistas raciais. Posto que, torna-se pertinente aferir dados a respeito dos cotistas raciais egressos dos cursos de graduação. Uma vez que de acordo com Livia Santana Vaz:

É preciso perquirir sobre a quantidade de pessoas negras egressas, isto é, que efetivamente saíram das faculdades formadas e aptas a se inserirem no mercado de trabalho, o que reforça a necessidade de manutenção e aprimoramento das políticas de permanência notadamente de estudantes cotistas. Sem estas, muitas/os ingressas/os acabam por não conseguir suporte material, psicológico e financeiro para dar continuidade aos estudos e concluir com sucesso seus cursos de graduação.” (VAZ, 2022, p. 113).

5.1 Informações básicas: conhecendo o perfil dos egressos cotistas raciais pretos e pardos da Unipampa Campus Bagé

Inicialmente os(as) egressos(as) foram questionados(as) se, após a leitura do termo de consentimento, eles aceitariam participar da pesquisa. Nesse sentido, todos os 9 participantes que responderam aceitaram participar. A seguir foi questionado a respeito do nome dos participantes, no entanto para preservar a identidade deles(as), optou-se por usar letras em ordem alfabética (A, B, C, D, E, F, G, H, I) para identificá-los. Nesse sentido, a primeira seção do questionário destinou-se a algumas informações básicas que podem ser conferidas no quadro abaixo:

Quadro 2: Informações básicas

Participantes	Idade	Sexo	Graduação
A	38	M	Engenharia de Produção
B	26	F	Engenharia

			Química
C	26	M	Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa
D	26	F	Química
E	28	F	Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas
F	44	F	Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa
G	34	M	Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa
H	28	M	Química
I	26	M	Música

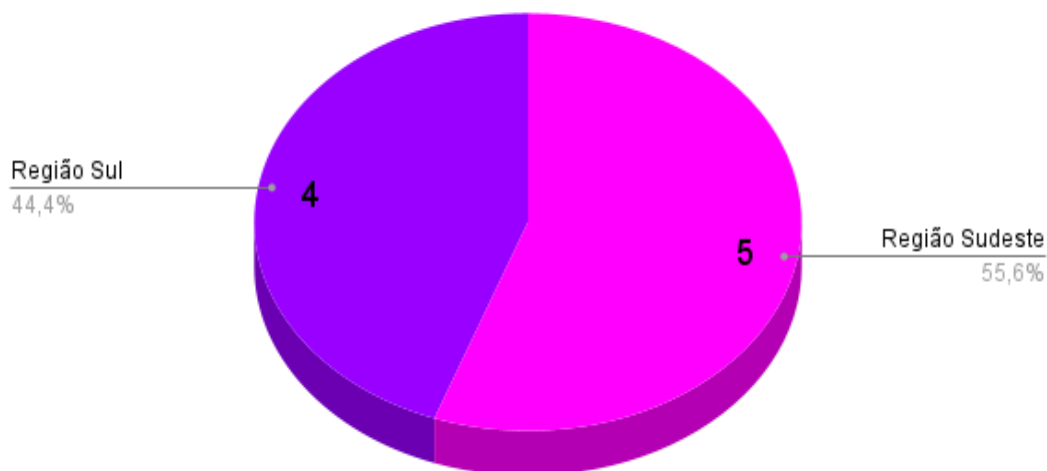
Fonte: Autora (2023)

Por meio do quadro acima, fica nítido que dentre os 9 participantes da pesquisa, 4 são do sexo feminino, e 5 são do sexo masculino. Sendo 3 participantes do curso de Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, dois do curso de Química, 1 do curso de Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas, 1 do curso de Engenharia de Produção, 1 do curso de Engenharia Química e 1 do curso de Música. Além disso, referente a faixa etária dos participantes, ela variou entre 26 e 44 anos.

Por uma outro lado, quando questionado a respeito da cidade natal, foi possível constatar que dos 9 participantes, apenas 2 são de Bagé, sendo 55,6% dos participantes da região sudeste e 44,4% da região do sul do Brasil, como segue:

Figura 29 - Participantes por região de nascimento

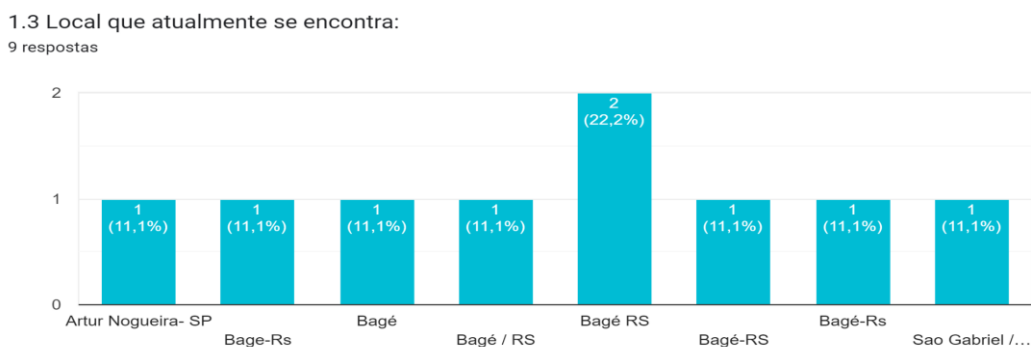
Participantes por região de nascimento



Fonte: Autora (2023)

Por uma outra perspectiva, quando questionados a respeito da cidade onde atualmente se encontram, foi possível constatar que dos 9 participantes, 7 relataram estar em Bagé. Sendo assim, além dos 2 que são naturais de Bagé, 5 residem na própria cidade, e apenas 2 participantes estão morando em cidade diversa da qual fizeram a graduação. São elas: Artur Nogueira/SP e São Gabriel/RS. Conforme gráfico abaixo, observamos onde se encontram:

Figura 30 - Questão 1.3 - Local que atualmente se encontra

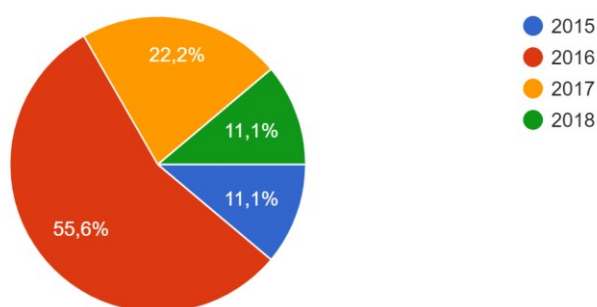


Fonte: Google forms (2023)

No que tange ao ano de ingresso, o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa foi de 2015 a 2018, sendo 2016 o ano com um número mais significativo de ingressantes que participaram desta pesquisa, visto que 55,6% dos(as) egressos(as) ingressaram no ano de 2016, 22,2% ingressaram no ano de 2017, 11,1% ingressaram no ano de 2018, e 11,1% ingressaram no ano de 2015, o que é possível aferir no gráfico abaixo:

Figura 31 - Questão 1.6 - Ano de ingresso na graduação

1.6 Ano de ingresso na graduação:
9 respostas

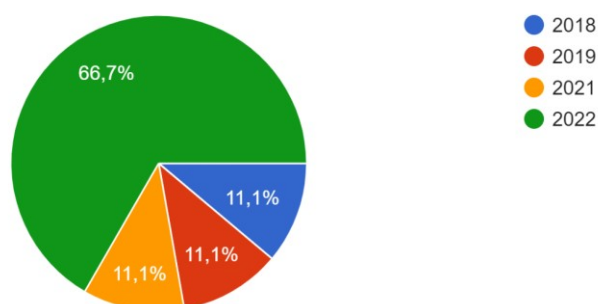


Fonte: Google forms (2023)

Referente a conclusão do curso, o ano com mais egressos(as) foi 2022 com 66,7%, e os anos de 2018, 2019 e 2021 cada um com 11,1% de egressos. Aqui torna-se relevante destacar a questão da retenção, posto que houve um índice significativo de retenção desses alunos(as). Percebe-se que dos 9 participantes, apenas 2 deles concluíram o curso no tempo mínimo para integralização curricular estipulado no Programa Político e Pedagógico de Curso. O destaque para a conclusão no tempo mínimo previsto mais uma vez foi aos cursos de licenciatura, sendo eles: Licenciatura em Química e Licenciatura em Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas, e ambas concluintes são do sexo feminino. Como segue abaixo:

Figura 32 - Questão 1.7 - Ano de conclusão do curso

1.7 Ano de conclusão do curso:
9 respostas



Fonte: Google forms (2023)

Assim, nota-se que 7 participantes que concluíram o curso, levaram mais tempo do que o mínimo previsto para concluí-lo. O questionário não previa perguntas sobre a retenção, no entanto, alguns fatores como a pandemia de COVID-19, com início no ano de 2020, problemas pessoais, ser um estudante trabalhador, dificuldades financeiras e problemas psicológicos, podem ter interferido para que esses(as) alunos(as) levassem um pouco mais de tempo para concluírem o curso de graduação.

5.2 Ingresso na Unipampa: a visão dos cotistas raciais

O ingresso no ensino superior é uma fase de extrema importância na vida de quem opta e tem a oportunidade de seguir por esse caminho. Quando se pensa nos cotistas raciais negros(as) (pretos(as) e pardos(as)), esse ingresso é ainda mais representativo, posto que por muito tempo a população negra brasileira foi colocada distante dos bancos escolares, e assim não tinha a oportunidade de ingressar no ambiente escolar, muito menos no acadêmico. Além da ascensão social que pode ocorrer por meio da educação, em muitos casos os(as) jovens negros(as) são o primeiro membro de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Como discorre Dyane Brito Reis Santos:

Para as famílias mais abastadas, ou familiarizadas com o modelo acadêmico, a universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar. Nestes casos o curso superior é dado como algo "certo", ou pelo menos muito provável. No caso das famílias menos abastadas, e em geral negras, a

universidade representa um grande feito, já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, “pouco provável”. A entrada de um membro destas famílias no ensino superior e a sua permanência têm dois sentidos: um sentido que é individual e o outro que é grupal, uma vez que ser universitário ou universitária significa a possibilidade de alterações no seu futuro e no meio social em que este indivíduo circula. Sendo assim, a direção da permanência é única para qualquer destas famílias, qual seja, durar até o final do curso, mas para a segunda o sentido é duplo. (SANTOS, 2009, p. 69).

Nesse sentido, aqui serão expostas informações coletadas na seção 2 do questionário, sobre o contato dos(as) egressos(as) com a universidade, ou seja, sobre o ingresso deles na Unipampa. Onde constaram questionamentos sobre motivos, que acarretaram a escolha do curso de graduação no qual eles(as) se formaram. Através das respostas obtidas, foi possível detectar que ter um curso superior, afetividade com o curso escolhido e ser professor(a), foram as respostas que mais tiveram recorrência entre os participantes. Como pode ser acompanhado a seguir:

Disciplinas alinhadas aos conhecimentos necessários para iniciar meu próprio negócio (A, Engenharia de Produção, 2023)

Eu tinha habilidades e facilidades em exatas, sempre soube que queria engenharia acabei escolhendo a química” (B, Engenharia Química, 2023)

Sempre tive vontade de fazer uma graduação e entre as opções que tinha foi o curso que mais tive vontade de conhecer! (C, Letras Português, 2023)

Sempre sonhei em ser professora e tive uma professora de Química que me inspirou a seguir na área. (D, Química, 2023)

Desespero para entrar na universidade, não pensei direito e me arrependo da minha escolha (E, Línguas Adicionais, 2023)

Por gostar muito de Literatura (F, Letras Português, 2023)

Apreciação da língua portuguesa. Ter formação no ensino superior (G, Letras Português, 2023)

Quero atuar como professor (H, Química, 2023)

Escolha afetiva à música. (I, Música, 2023)

A afetividade com o curso escolhido foi a resposta mais destacada entre os participantes. Diante disso, percebe-se que eles(as) escolheram o curso no qual ingressaram devido aos seus gostos e ou habilidades particulares.

Ter um curso superior foi uma resposta recorrentes dentre os participantes, e quando se reflete que esses(as) egressos(as) são negros(as) (pretos(as) ou

pardos(as)) nota-se a relevância que o diploma obtido por meio de uma graduação possui, uma vez que eles(as) sonharam com isso e conseguiram concretizar esse sonho. Entendendo que por meio da educação é possível obter ascensão social, percebe-se que ter um curso de graduação é uma das alternativas para a transformação da realidade dessa população que tanto reivindicou por seus direitos. De acordo com Joana Célia dos Passos:

[...] falar de educação para a população negra nos remete, necessariamente, a ela como um instrumento jurídico que fornece elementos para afirmar que a elite branca dirigente projetou o que desejava para os negros nesta sociedade, chamando para si a responsabilidade de construir a transição para a sociedade livre. Contudo, não como ruptura, mas como tentativa de assegurar a permanência da estrutura social. A educação foi o principal mecanismo para a estratégia disciplinadora e racionalizadora do espaço social. (PASSOS, 2012, p. 143).

A educação sempre foi um espaço de disputa e de luta da população negra brasileira, que foi historicamente afastada pelo Estado brasileiro do acesso à educação, sabe-se que a mesma é um direito social. No entanto, não foi dada e conformada. Coube a população negra disputar a inserção nesse espaço. Nesse sentido, se antes não havia o direito de ingressar em instituições de ensino, hoje existem mecanismos, como a política de cotas raciais, que democratizaram o acesso e proporcionaram uma maior representatividade e diversidade no espaço acadêmico.

O anseio em tornar-se professor foi algo que teve grande destaque nas respostas dos(as) participantes, em meio a muitos pensamentos negativos em torno dessa profissão. Observar que houve egressos(as) que tinham esse sonho, é de extrema alegria devido ao que essa profissão representa, e frente aos ataques e desvalorização que essa profissão sofre.

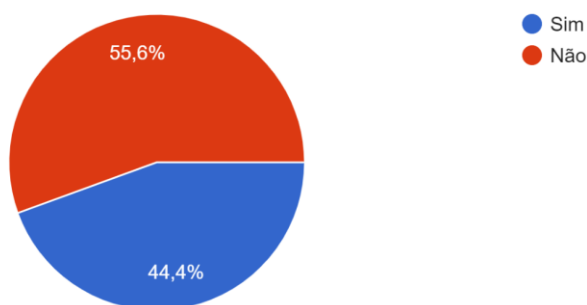
Além disso, houve participante que salientou o desespero de ingressar em um curso superior, e que isso acarretou em arrependimento na escolha do curso. Para finalizar, a vontade de empreender, ou seja, abrir seu próprio negócio foi uma das respostas dos participantes.

No questionamento seguinte, referente a necessidade de mudança de cidade, ficou evidente que dos 9 participantes, a maioria não precisou mudar-se para cursar a graduação no Campus Bagé da Unipampa, uma vez que alguns dos alunos mesmo não tendo nascido em Bagé, antes da graduação já residiam na localidade. Nesse sentido, concluiu-se que 55,6% não mudaram de cidade e os outros 44,4% mudaram-

se para Bagé para assim cursarem a graduação escolhida, o que pode ser verificado no gráfico abaixo:

Figura 33 - Questão 2.2 - Para cursar sua graduação na Unipampa Campus Bagé, você precisou mudar de cidade?

2.2 Para cursar sua graduação na Unipampa Campus Bagé, você precisou mudar de cidade?
9 respostas



Fonte: Google forms (2023)

A pergunta seguinte é complementar a anterior, porque, nela eles(as) deveriam informar a cidade em que residiam antes de mudarem-se para Bagé. Nessa pergunta, além de informar a cidade que residiam, eles poderiam aproveitaram para tecer comentários a respeito do processo de mudança. A partir disso, pode-se perceber que 4 participantes tiveram que se mudar para Bagé, e os relatos em sua maioria foram sobre as dificuldades encontradas pelos cotistas para esta mudança, como segue:

São Gabriel, ter que morar em uma pensão por falta de recurso financeiro (B, Engenharia Química, 2023)

Artur Nogueira- SP e o processo foi tranquilo, um pouco caro para minha classe social (E, Línguas Adicionais, 2023)

Por outra perspectiva, houve um relato positivo:

Santa Maria RS, fui bem recebido, tive apoio dos professores e colegas, consegui me estabelecer bem em Bagé (H, Química, 2023)

E apenas um participantes informou somente a cidade a qual residia antes de mudar-se a Bagé:

Franca-SP (A, Engenharia de Produção, 2023)

Nota-se que para metade dos que se mudaram para Bagé, o processo de estabelecimento na cidade não foi fácil, e fatores financeiros foram os causadores dessas dificuldades. Porém, houve destaque a receptividade e auxílio da comunidade acadêmica para estabelecimento na cidade.

Acerca do processo de ambientação na cidade de Bagé, os participantes em sua maioria acharam bom, entretanto, apenas um participante relatou estranheza, embora tenha se adaptado rapidamente:

Estranho (estrutura municipal) mas me adaptei rápido graças a boas amizades... (A, Engenharia de Produção, 2023)

Foi ótimo! (B, Engenharia Química, 2023)

Tranquilo, pois já residia na cidade (C, Letras Português, 2023)

Foi bem tranquilo. (D, Química, 2023)

Fácil, me adequo fácil a lugares diferentes. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Tranquilo, porque já morava aqui. (F, Letras Português, 2023)

muito boa a ambientação (G, Letras Português, 2023)

Não tive problemas com isso, o processo foi bom (H, Química, 2023)

Foi tranquilo, já sou da cidade. (I, Música, 2023)

O suporte institucional, se faz importante para alunos(as) ingressantes, visto que muitos dos(as) alunos(as) vêm de outras cidades e ou estados. Além disso, estas pessoas ainda não têm muitos conhecimentos sobre o funcionamento da universidade, acerca das bolsas e auxílios oferecidos, pelos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos, acesso ao restaurante universitário, bolsa permanência e auxílio ingressante. Então, esse momento é muito importante para que o(a) aluno(a) sinta-se parte da instituição. Segue abaixo as respostas obtidas:

No começo a gente acaba se perdendo um pouco, mas com o passar dos dias a gente já sabe pra quem pode buscar denominadas informação e sempre tive o suporte quando precisava! (C, Letras Português, 2023)

Sim (E, Línguas Adicionais, 2023)

muito bom o acolhimento (G, Letras Português, 2023)

Tive suporte, consegui bolsas em projetos durante minha graduação, sempre fui bolsista (H, Química,2023)

Através das respostas acima, percebe-se que 4 dos 9 alunos receberam suporte da universidade para questões relativas aos editais da instituição. O restante dos participantes salientou algumas adversidades enfrentadas durante esse período:

Demorado. No que tange a(s) responsável(eis) assistente social no campus, pessoal bem atencioso mas quando partia pra praec, tínhamos que "apelar" para alternativas praticamente de protesto para ter uma resposta pertinente. Espero que tenham evoluído. (A, Engenharia de Produção,2023)

Na minha época que ingressei não tinha muito auxílio aos ingressantes, mas como existia o trote mais forte os veteranos ajudavam muito. (B, Engenharia Química,2023)

Não tive acesso a bolsa permanência. (D, Química,2023)

Não recebi suporte nenhum. Fiquei sabendo de alguns recursos por outros colegas. (F, Letras Português,2023)

No primeiro ano foi complicado, não tinha bolsa de estudos mas não decorrer da graduação melhorou. (I, Música,2023)

Nota-se então, que para esses(as) alunos(as) não houve um informativo que partisse da universidade, com informações relativas às oportunidades de bolsas disponibilizados pela Unipampa por meio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, e aos auxílios, que são alguns dos mecanismos que contribuem com a inserção dos(as) alunos(as) na pesquisa científica e com a permanência deles(as) na universidade.

5.3 Permanência na Unipampa: não basta ingressar é preciso resistir e permanecer

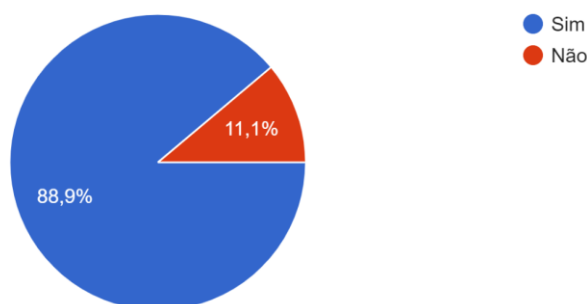
A permanência dos(as) discentes na universidade, vem sendo discutida, já que além do ingresso nota-se que é preciso garantir a permanência deles(as) na universidade para a então conclusão do curso de graduação. Assim, além das políticas públicas voltadas a oportunizar o ingresso determinados grupos da sociedade nas universidades públicas, aqui como foco os(as) cotistas raciais (pretos(as) e pardos(as)), torna-se fundamental a promoção de ações que visem garantir a permanência desses(as), como discorrem Célia Maria Haas e Milton Linhares:

A criação de condições de acesso por via de políticas de ações afirmativas para que determinados grupos sociais e/ou raciais ingressem nas universidades, seja mediante a implantação de um sistema de cotas, seja por meio de outras modalidades, deve vir acompanhada de um programa sistemático de apoio acadêmico. O debate interno torna-se imprescindível às universidades públicas promotoras de ações inclusivas, com vista a adotar condições efetivas de permanência para que os estudantes beneficiados não engrossem as estatísticas de evasão do ensino superior brasileiro. (HAAS; LINHARES, 2012, p. 852).

Sendo assim, no que concerne ao recebimento de auxílio e ou ter sido bolsista, apenas 1 dos 9 participantes alegou não ter recebido bolsa/auxílio, ou seja, 88,9% alegou que recebeu bolsa/auxílio já 11,1% disseram não ter sido beneficiado com bolsa/auxílio durante a graduação na Unipampa, o que faz pensar acerca da importância desses subsídios para que os(as) alunos(as) cotistas raciais permaneçam na universidade e concluam o curso de graduação, como segue:

Figura 34 – Questão 3.1 - Durante o período que estudou na Unipampa você foi beneficiado com auxílio ou bolsa?

3.1 Durante o período que estudou na Unipampa você foi beneficiado com auxílio ou bolsa?
9 respostas



Fonte: Google forms (2023)

Mediante as respostas obtidas ficou evidente a importância dos subsídios como as bolsas e auxílios financeiros, uma vez que dos 9 participantes, 8 disseram que durante o período em que cursava a graduação receberam bolsa ou auxílios. Nesse sentido, cabe refletir o quanto se faz necessário esse apoio financeiro aos(as) estudantes para que eles(as) possam manter-se na universidade.

A fim de complementar a questão anterior, foi questionado a eles(as) quais auxílios e ou bolsas foram recebidos durante o período em que eles(as) cursavam a graduação. Assim, através das respostas dos participantes ficou evidente que receber

bolsa/auxílio durante a graduação foi essencial para que esses alunos/as conseguissem finalizar o curso. Visto que parte deles foi contemplado com mais de um benefício. Sendo a Residência Pedagógica a bolsa que mais teve recorrência entre os participantes, seguido de Auxílio Permanência, Bolsa de Projeto de Ensino, logo após bolsa PASP, Monitoria de Inclusão Digital, Monitoria no NINA, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, Auxílio Moradia, Projeto de Extensão, Bolsa do Planetário, e um dos participantes que não se recorda o nome da bolsa/auxílio recebido. Salientando que um participante, apesar de ter afirmado receber bolsa/auxílio não indicou o nome do benefício recebido. Esses relatos podem ser verificados a seguir:

“Permanência e Projeto de ensino” (participante: A, Engenharia de Produção, 2023)

Bolsa permanência, bolsa pasp, monitoria de inclusão digital, monitoria no NINA (participante: B, Engenharia Química, 2023)

Residência pedagógica (C, Letras Português, 2023)

Fui bolsista do PIBID, Residência pedagógica e de um projeto de ensino (D, Química, 2023)

Não me recordo com clareza. Acredito que tenha trabalhado com transcrições de áudio, além do auxílio moradia, etc (E, Línguas Adicionais, 2023)

Residência pedagógica (F, Letras Português, 2023)

fui bolsista em projeto de extensão, planetário e do residência pedagógica (H, Química, 2023)

Nota-se então que há casos em que um mesmo discente recebeu mais de uma bolsa, mas isso não quer dizer que tenha sido de forma simultânea. Mesmo assim, fica evidente a relevância desses auxílios para a permanência e êxito desses(as) egressos(as).

Isso pode ser comprovado com as respostas obtidas na pergunta seguinte, que questionava o quanto as bolsas/auxílios ajudaram na permanência na universidade. Mediante as respostas obtidas, ficou evidente a importância dos/as bolsa/auxílio durante a graduação, visto que foi essencial para que esses(as) alunos/as conseguissem finalizar o curso. Quatro participantes relataram que as bolsas/auxílios recebidos contribuíram para a permanência na universidade, ao encontro disso, 2 participantes disseram que “com certeza”. Assim, todos os participantes que

receberam bolsa/auxílio definiram eles como fundamental para cursar a graduação. Os(As) egressos(as) relataram que:

Com certeza (A, Engenharia de Produção, 2023)

Foi a única maneira de eu fazer faculdade (B, Engenharia Química, 2023)

De um certo modo sim! Porque já ajuda mais no transporte e outras necessidades como: xerox, livros e etc...a vida fora da universidade é muito caro e as vezes pagar transporte ou sanar outras necessidades não é fácil! Então ajudou muito! (C, Letras Português, 2023)

Com toda certeza! (D, Química, 2023)

Sim, não teria sido possível me manter sem os auxílios. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Sim, me motivou a continuar pela experiência de sala de aula e como auxílio financeiro também. (F, Letras Português, 2023)

Sim, muito. Sem as bolsas não teria concluído o curso (H, Química, 2023)

Sim mas acredito que deveria ser repensado os valores da bolsa, para um eventual aumento de valores. (I, Música, 2023)

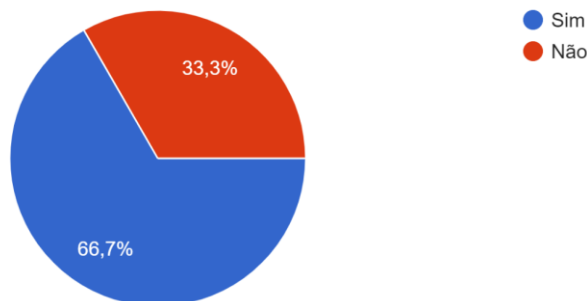
Percebe-se que embora a universidade seja pública e conseqüentemente gratuita, cada discente possui suas particularidades, como dificuldades financeiras e outras questões. Em vista disso, nota-se que os auxílios/bolsas que a universidade proporciona e que eles(as) foram beneficiados, são essenciais para a permanência e conclusão do curso. Com isso também fica notório o perfil socioeconômico dos(as) egressos(as) cotistas raciais, que mesmo não tendo sido perguntado a respeito da renda familiar, ficou perceptível que são alunos(as) oriundos da classe trabalhadora brasileira e desprivilegiada, o que torna ainda mais significativo o diploma recebido.

A seguir, a fim de saber como foi para os(as) egressos(as) o período em que cursaram a graduação, eles(as) foram questionados se somente estudavam ou se tiveram que conciliar estudos e trabalho durante esse percurso.

No que tange às respostas, dos 9 participantes, 6 afirmaram que precisaram trabalhar durante o período em que estavam cursando a graduação, e 3 participantes relataram que não foi preciso trabalhar. O que pode ser verificado no gráfico abaixo, o qual fica evidente que 66,7% trabalhava e cursava a graduação, e 33,3% apenas cursava/cursou a graduação:

Figura 35 - Questão 3.4 - No período em que cursava a graduação, você trabalhava/precisou trabalhar?

3.4 No período em que cursava a graduação, você trabalhava/precisou trabalhar?
9 respostas



Fonte: Google forms (2023)

Diante dessa realidade, percebe-se então um número bem expressivo entre os(as) egressos(as) participantes desta pesquisa que, além de estudar, tiveram que trabalhar durante esse processo de formação. O que mais uma vez leva a refletir sobre a permanência desses(as) alunos(as) na universidade e o quanto o percurso desses(as) alunos(as) deve ter sido árduo, diante da rotina de ter esse acúmulo de responsabilidades, o estudo somado ao trabalho. De acordo com Eduardo Donizeti Giroto:

Esta dupla condição de estudante e trabalhador é uma das problemáticas mais relevantes a ser considerada na discussão sobre a chegada da classe trabalhadora a universidade. Não se trata de condição secundária, uma vez que para a maior parte dos estudantes-trabalhadores não existe a opção de abandonar o trabalho para continuar os estudos. São, na grande maioria, estudantes que necessitam do salário para estarem na universidade, mesmo sendo pública. Para muitos, inclusive, a estabilidade financeira, mesmo que parcial, é pré-condição para que possam concorrer a uma vaga no ensino superior público, continuando assim a sua trajetória de escolarização. (GIROTO, 2017, p. 213).

Salientando que embora a maioria deles(as) tenha tido a necessidade de trabalhar e estudar, eles(as) ainda receberam recursos da universidade, participando de projetos em diversas áreas, o que é um ponto positivo. No entanto, ao que tudo indica os benefícios recebidos não foram suficientes para suprir suas demandas. Acerca disso, Delton Felipe e Fernanda Lima destacam que:

Caso não encontre nenhum tipo de auxílio financeiro na universidade, esses estudantes precisam procurar outras formas de assegurar sua permanência na instituição, como trabalhar durante o período de sua formação, o que acaba limitando sua participação no ambiente universitário, dificultando ou impossibilitando a disponibilidade para participar de eventos ou mesmo fazer iniciação científica e participar de projetos de extensão universitária. (FELIPE e LIMA, 2022, p. 67).

Ao encontro disso, quando tiveram a oportunidade de relatar sobre a experiência de ter que trabalhar e estudar os participantes relataram como:

Desafiador, pois não queria CLT então me forcei a criar maneiras de empreender e sigo até hoje.(A, Engenharia de Produção,2023)

Foi terrível, eu estudava todo dia e de noite numa pizzaria (B, Engenharia Química,2023)

Muito conturbado, pois as vezes seu encarregado não que saber sua dificuldade no meio acadêmico, não que saber se você precisa estudar, sair mais cedo, tem trabalhos acadêmicos dentro da universidade. Você tem que cumprir a necessidade da empresa! Observação muito importante e que para os "chefões" chegaram naquele patamar muitos tiveram que estudar, ter uma formação, mas você não pode! Pode trabalhar depois do horário, mas não pode sair mais cedo! (C, Letras Português,2023)

Muito difícil trabalhar e estudar. O cansaço físico me prejudicou. (F, Letras Português, 2023)

É um processo que atrapalha o estudo. Tem que dividir o tempo e fica complicado muitas vezes conciliar esse tempo. (G, Letras Português, 2023)

No período, conciliei a graduação com serviços esporádicos "bicos". Teve momentos complicados pela graduação ser em turno diurno e noturno. (I, Música, 2023)

Pelas respostas obtidas, percebe-se que dos 6 participantes que responderam que trabalhavam enquanto cursavam a graduação, relataram vivenciar dificuldades em conciliar trabalho com os estudos. Além disso, contaram algumas das experiências negativas vividas durante esse período. Percebe-se então que no caso desses(as) cotistas conciliar trabalho e ensino superior foi um caminho bem difícil.

Ademais, quando se realiza um recorte de gênero nota-se que das 4 participantes do sexo feminino, 2 não precisaram trabalhar durante o período supracitado. Por outra perspectiva, dos 5 participantes do sexo masculino, apenas um não trabalhava/trabalhou. O total de 3 participantes que responderam que nesse período não trabalharam, analisando as respostas anteriores foi possível verificar que eles foram beneficiários de bolsa/auxílio.

Com as respostas obtidas anteriormente a questão da permanência ganhou um grande destaque nesta pesquisa, pois em várias questões foi recorrente e se sobressaiu, sendo relatadas as dificuldades financeiras e o fato de ter que trabalhar e estudar, o que se torna um empecilho para que os(as) alunos(as) permaneçam na universidade. Como bem destaca Alessandra Gasparotto et al.: “Para que se alcance a equidade social e étnico-racial é necessário em primeiro lugar garantir o ingresso, mas simultaneamente criar condições de permanência, de conclusão do curso superior e de inserção no espaço de exercício profissional específico.”(GASPAROTTO, et al., 2016, p. 23).

Nesse sentido, diante da questão seguinte, acerca das dificuldades enfrentadas para permanecer na universidade e concluir a graduação. Para além dos empecilhos para conseguir ingressar na universidade, há o período de dificuldades que ocorre durante a graduação, pois os(as) alunos(as), em especial os(as) cotistas raciais que ingressam na universidade por meio de uma política pública oriunda das lutas constantes de seu povo, e sua implementação é um ponto positivo proporcionando mais oportunidades de acesso a população negra no ensino superior, no entanto a referida política pública necessita de manutenção do Estado visando mecanismos de permanência para esses(as) alunos(as).

Assim, pode-se notar que os(as) cotistas enfrentam inúmeras dificuldades para conclusão do curso, devido a mudança de cidade, a busca de realização de um sonho, entre tantas outras barreiras. Neste tópico, a maior dificuldade relatada pelos participantes foi a financeira, que em alguns casos quase resultou na desistência do curso, o que fica evidente com as respostas a seguir:

A falta de dinheiro... (B, Engenharia Química, 2023)

Dinheiro. passei por fases financeiras horríveis e ainda não sabia administrar o dinheiro que tinha. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Conciliar as despesas financeiras... (I, Música, 2023)

As demais respostas obtidas, em sua maioria, também tiveram correlação com questões financeiras, pois versaram em desenvolvimento de depressão, necessidade de trabalhar, falta de trabalho formal e não possuírem um computador. Porém, para elucidar essas dificuldades tão gritantes relatadas pelos(as) participantes, optou-se

por fragmentar as respostas para dar destaque e protagonismo a cada ponto sensível relatado pelos(as) participantes. Juntamente com a dificuldade financeira, a necessidade de trabalhar foi a resposta dada por 3 dos participantes:

A maior dificuldade foi ter que trabalhar e estudar! Porque reforçando a resposta anterior a gente tem a opção de estudar ou trabalhar! Porque muito difícil conciliar os dois e isso não vem só da empresa, mas tem muitos professores que Também não dão a mínima se você passou o dia trabalhando! (C, Letras Português, 2023)

o fato de ter que trabalhar (G, Letras Português, 2023)

...falta de trabalho de formal (I, Música,2023)

Dessa maneira, fica evidente que para que o discente consiga vivenciar uma experiência saudável durante a graduação, é necessário que ele seja munido de mecanismos que amenizem as possíveis dificuldades. Ademais, para Carneiro (2009) apud Mesquita (2010):

[...] o trabalhador estudante é uma categoria de trabalhador que tem existência específica no capitalismo brasileiro, onde o indivíduo precocemente tem que primeiro trabalhar para prover a sua subsistência e em um segundo momento viabilizar/lutar para alcançar acesso a educação/conhecimento socialmente produzido para sua formação/profissional. Esta especificidade do trabalhador estudante brasileiro se deve à perversão da classe dominante brasileira, que até a atualidade, apesar da luta dos trabalhadores por acesso e conclusão do ensino fundamental, este ainda não foi universalizado. É esta realidade de sonegação das condições objetivas de promoção e disponibilização do conhecimento pelo Estado representante da classe dominante, que tem levado a exclusão da maioria dos jovens de acesso ao curso superior público e gratuito, mas sim aos privados e pagos instituindo a categoria trabalhador estudante. (MESQUITA, 2010, p. 73).

Assim, dando continuidade nas respostas dos participantes, 2 deles desenvolveram depressão, salientado que uma delas foi diagnosticada enquanto estava na graduação, além disso ambas são do sexo feminino. O que pode ser verificado nas respostas a seguir:

...desenvolvi depressão em 2017 o qual tornou o curso mais difícil. (B, Engenharia Química, 2023)

...Também tenho quadro de depressão, por vezes pensei em desistir. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Nesse ponto, cabe abordar o quanto o ambiente universitário pode ser adoecedor para os(as) discentes, e alguns fatores como a questão financeira e demais adversidades encontradas durante o percurso podem afetar o psicológico deles. Conforme destacou Marcele Finamor dos Santos (2018), as dificuldades iniciadas anteriormente ao ingresso no ensino superior ou ao decorrer desse período devido aos impactos das mudanças ocorridas, podem fazer com que o(a) discente ingressante manifeste depressão, quadros de ansiedade e estresse, dentre outros que são manifestados no ambiente universitário.

Além disso, cabe destacar que 2 participantes responderam que os(as) professores(as) são parte dessa dificuldade. Alegam que existem docentes que reprovam um número expressivo de discentes, e aqueles que não demonstram importância se o/a aluno/a, além de cursar a graduação, trabalha:

Mentalidade fechada de professores que acreditam que quando uma turma (ou maioria) reprova em uma disciplina, ele é um ótimo professor... outra coisa foi conviver com a sociedade local que tem uma cultura de perturbação de sossego dita normal... (A, Engenharia de Produção, 2023)

A maior dificuldade foi ter que trabalhar e estudar! Porque reforçando a resposta anterior a gente tem a opção de estudar ou trabalhar! Porque muito difícil conciliar os dois e isso não vem só da empresa, mas tem muitos professores que também não dão a mínima se você passou o dia trabalhando! (C, Letras Português, 2023)

Por fim, um participante comentou da dificuldade passada no período da pandemia de COVID-19, pois as aulas ficaram em formato à distância, e não ter os equipamentos necessários para a participação tornaram o percurso mais difícil:

O momento de maior dificuldade foi na pandemia, não tinha computador para acompanhar as aulas com câmera e microfone, mas consegui. (H, Química, 2023)

Para finalizar, 1 dos participantes respondeu que devido às bolsas recebidas, não teve grandes dificuldades. Nota-se mais uma vez a relevância que os auxílios/bolsas disponibilizados pela universidade têm relação direta com a permanência, visto que, ajudam eles a permanecer e conseqüentemente finalizar o curso.

A questão seguinte se referia aos motivos que auxiliaram esses(as) discentes a permanecerem na universidade. Obteve-se respostas mais pessoais, visto que houve pouca incidência de repetição nas respostas, o que pode ser conferido a seguir:

Autoconhecimento nas adversidades e anseio pela conclusão de um curso de engenharia. (A, Engenharia de Produção, 2023)

Houve 3 participantes que destacaram tópicos que se assemelham, e são relativos a empregabilidade e as possibilidades/anseios de “ter um futuro melhor” por meio da obtenção de um curso superior:

A esperança de ter um futuro melhor, ter um emprego bom (B, Engenharia Química, 2023)

Ter mais oportunidades de emprego (C, Letras Português, 2023)

O sonho de ter minha profissão. (D, Química, 2023)

Dois dos 9 participantes falaram sobre questões familiares, seja no apoio desses ou no que se refere ao não desapontar sua família, cabendo destacar que dois destacaram a ajuda de amigos e professores:

Não decepcionar minha família (E, Línguas Adicionais)

Apoio de familiares, amigos e professores. (I, Música)

Sempre foi um curso que eu queria fazer, os colegas e professores me auxiliaram bastante. (H, Química, 2023)

Também ocorreu um destaque as ações de extensão ofertadas pela universidade, visto que havia atividades em diversos horários isso fez com que esse discente em específico sentisse parte da universidade:

A participação em projetos de extensão em horários alternativos me motivaram a continuar, e mostraram que aquele espaço também poderia ser meu. (F, Letras Português, 2023)

Além do mais um dos participantes destacou que:

força de vontade (G, Letras Português, 2023)

Foi o fator que fez com ele permanecesse na universidade.

Nota-se que diversos motivos fizeram com que esses(as) egressos(as) permanecessem na universidade, como a esperança de um emprego melhor, determinação e apoio de pessoas próximas. Assim, pensar em expectativa de

mudança de vida e ter pessoas que apoiaram e os incentivaram ao decorrer do curso, fez com que esses(as) alunos(as) não desistissem e concluíssem a graduação.

Em muitos momentos a desistência permeia os pensamentos dos alunos(as) ingressantes na universidade, diante da nova realidade a ser vivenciada e das complexidades que ser um estudante universitário envolve. Dessa forma, quando questionados se no processo da graduação esses(as) egressos(as) pensaram em desistir do curso, os participantes em sua maioria, demonstraram que não pensaram em desistir do curso, visto que 5 deles relataram isso em suas respostas. Além disso, outros argumentos apareceram, como pensamentos acerca de trancamento, escolha por reopção de curso, o que pode ser verificado nas respostas obtidas:

Essa hipótese rodeia muitos alunos mas nunca alimentei esse pensamento. (A, Engenharia de produção, 2023)

Eu pensei em trocar de curso várias vezes, e durante pontos muito fortes de depressão eu fui recomendada a trancar o curso. (B, Engenharia Química, 2023)

Não (D, Química, 2023)

não (G, Letras Português, 2023)

Pensei em trancar durante a pandemia, mas em desistir não (H, Química, 2023)

Em contrapartida, 4 dos 9 participantes relataram que pensaram em desistir do curso, como segue:

Sim, todos os dias e todas as noites! Tem que ter muita dedicação! (C, Letras Português, 2023)

Sim, algumas vezes, principalmente quando não estava bem emocionalmente e após ter passado por uma relação extremamente abusiva em que me isolei completamente de todos. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Sim, muitas vezes. Quando não conseguia participar de grupos de pesquisa para acumular horas de pesquisa ou horas de ensino. (F, Letras Português, 2023)

Muitas vezes. (I, Música, 2023)

Outros fatores pertinentes a serem destacados, são as questões pessoais de cada sujeito, visto que por meio das respostas percebe-se que questões psicológicas como depressão, e o período da pandemia, fizeram com que esses(as) alunos(as)

pensassem na opção trancar o curso, mas não em desistir. No entanto, para outros(as), problemas como isolamento advindo de relacionamento abusivo, as dificuldades de inserção em grupos de pesquisa, foram as razões que fizeram com que eles(as) pensassem na descontinuidade de cursar a graduação. Entretanto, essa vontade que surgiu em momentos turbulentos felizmente não se concretizou. Ademais, cabe destacar que os 4 alunos(as) que afirmaram ter pensado em desistir do curso, foram alunos(as) dos cursos de Licenciatura, já entre os 5 que não pensaram em desistir, 2 foram alunos(as) de bacharelado e 3 alunos(as) de licenciatura.

No questionamento feito a seguir, com a finalidade de saber sobre o alcance e ou amplitude da divulgação das publicações de editais de auxílios e bolsas da instituição, onde quis saber o quanto o acesso a esses subsídios chega aos discentes, em especial aos cotistas negros(as) (pretos(as) e pardos(as)), os questioneei se tiveram fácil acesso a editais de bolsas/auxílios disponibilizados pela Unipampa.

Por meio das respostas obtidas através dessa questão, ficou evidente que os participantes dessa pesquisa, em sua maioria, tiveram acesso fácil aos editais de bolsas e auxílios, uma vez que dos 9 participantes, 7 afirmaram isso. Por outro lado, um participante respondeu que não, e 1 afirmou não ter procurado por auxílios.

A seguir, os(as) participantes puderam responder sobre o suporte para a permanência na universidade, para isso foram questionados sobre qual membro familiar proporcionou suporte para que esse(a) aluno(a) continuasse na graduação. Com essa pergunta, foi possível verificar que a família foi quem mais deu suporte a esses(as) discentes, pois dos 9 participantes, 3 relataram que obtiveram apoio do pai e da mãe, e 3 relataram que esse apoio veio dos pais, um participante relatou o apoio advindo da mãe, e 1 destacou que além dos pais sua irmã também fez parte desse suporte. Assim, no total, foram 7 participantes que relataram o apoio familiar para permanência na graduação. Cabe destacar que apenas dois participantes não evidenciaram a presença da família na ajuda de sua permanência na universidade, sendo que 1 participante disse que ela/ele mesma/mesmo, outro(a) disse que todos o auxiliaram.

5.4 Mercado de trabalho: A trajetória dos discentes cotistas raciais pretos e pardos diante da inserção no mercado de trabalho

Como dito em capítulo anterior, o acesso da população negra ao mercado de trabalho no Brasil foi um percurso árduo, uma vez que tiveram seus corpos escravizados, e após a abolição formal protagonizaram as lutas para sua inserção na sociedade brasileira e em postos dignos de trabalho. Posto que, esses(as) eram destinados a serviços subalternizados, de baixa remuneração e que exigiam esforços extremos, a exemplo dos trabalhos braçais.

Lélia Gonzalez e sua obra “Lugar de Negro”, no capítulo intitulado “O golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra”, destaca as consequências da ditadura civil-militar, para a população negra brasileira referente ao mercado de trabalho. Serviços como os da construção civil e prestação de serviço utilizavam-se de mão de obra barata, e menos qualificada, então esses serviços em sua maioria eram destinados à população negra. Visto que, devido a escravização de seus corpos e falta de suporte do Estado não tinham oportunidade de qualificação, assim serviços que exigiam especialização tinham a predominância de trabalhadores brancos.

Diante desse contexto histórico, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, destacados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, relativos ao segundo trimestre de 2023, apontam a desvantagem dos negros brasileiros diante a população branca no que se refere a remuneração, visto que: “Os negros ganhavam 39,2% a menos do que os não negros, em média. Em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos negros é menor do que a média da população.”¹⁰

No que tange às mulheres negras (pretas e pardas) essas barreiras ampliam-se, devido a questão da raça somada ao gênero. Lélia Gonzalez (1982), salientou o quanto a questão racial, no Brasil, era também marcada pela dimensão econômica, pontuando o papel do Movimento Negro Unificado, na ação de consolidar processos de luta social que colocassem a raça como um marcador fundamental no campo de acesso a direitos. É possível dizer, que já na década de 1980, ela trazia o debate que hoje nomeamos de interseccionalidade, destacando as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras e as sequelas de um passado escravista.

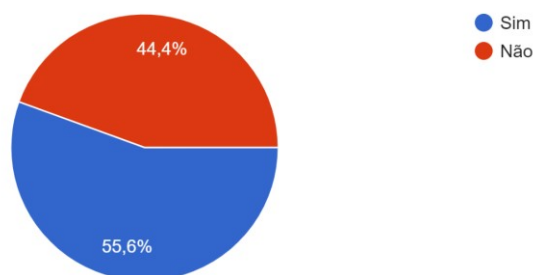
¹⁰ DIEESE. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**: 2023. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

Ainda, baseado em dados do DIEESE, “A informalidade é maior entre os negros. Praticamente metade dos negros ocupados estava em trabalhos desprotegidos: 46,5% das mulheres negras e 45,8% dos homens negros. Entre os não negros, essa proporção foi de 34%.”¹¹ Embora haja disparidade no mercado de trabalho brasileiro, fruto da herança escravocrata, a educação é um dos meios que contribuem na mudança dessa realidade. Assim proporcionando melhorias nas condições de trabalho dessa população. Nesse sentido, as políticas públicas auxiliam no combate a vulnerabilidade social incumbida a população negra, e também, por meio de diálogos entres os diferentes setores da sociedade a fim de superar a desigualdade racial estrutural. (SANTOS e ESCOPINHO, 2011).

Por conseguinte, com a intenção de saber a respeito da trajetória dos(as) egressos(as) cotistas raciais até a inserção no mercado de trabalho, foram feitas 6 perguntas para obter essas informações. Sendo assim, quando questionados acerca do mercado de trabalho x atuação na área de formação:

Figura 36 - Questão 4.1 - Atualmente você atua em sua área de formação?

4.1 Atualmente você atua em sua área de formação?
9 respostas



Fonte: Google forms (2023)

As respostas obtidas apontam que a maioria dos participantes, cotistas raciais negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) egressos(as) dos cursos de graduação do Campus Bagé, no período que vai de 2018 a 2022, atuam em sua área de formação, somando 55,6%. Por outro lado, 44,4%, ainda não atuam na área na qual se

¹¹ DIEESE. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**: 2023. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

graduaram. Assim sendo, dos 9 participantes, 5 atuam em sua área de formação e 4 deles no momento da pesquisa ainda não trabalhavam na área a qual se graduaram. Em vista disso, de acordo com Delton Aparecido Felipe e Vera Regina Rodrigues da Silva, ainda que as cotas raciais tenham proporcionado progressos referentes ao ingresso da população negra nas universidades brasileiras, ainda há caminhos a serem percorridos a fim de que ela preencha determinadas lacunas, uma delas é relativa a empregabilidade desses sujeitos, como segue:

Conseguimos reconhecer que nos mais de vinte anos de existência das cotas raciais no país, tivemos avanços, como a maior entrada na população negra no Ensino Superior. No entanto, ainda existem desafios a enfrentar, como a construção de políticas de permanência institucional e de estratégias de sucesso e empregabilidade dos sujeitos das cotas raciais. (FELIPE e SILVA, 2022, p. 9).

A pergunta seguinte agiu de forma complementar a anterior, já que questiona sobre a forma de ingresso desses egressos no mercado de trabalho. Com essa pergunta, obteve-se respostas diversas, visto que cada um dos participantes relatou ter ingressado no mercado de trabalho de uma forma distinta dos demais, o que pode ser verificado a seguir:

Através de análise de currículo. (D, Química, 2023)

Eu trabalho na rede de ensino estadual, em um contrato que se renova anualmente, (categoria O). Atualmente prestei um concurso e estou esperando os resultados. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Concurso público (F, Letras Português, 2023)

aulas particulares (H, Química, 2023)

Indicação de alguns professores que trabalhavam na instituição. (I, Música, 2023)

Percebe-se então, que 5 participantes que afirmaram estar trabalhando em sua área de formação, são egressos(as) dos cursos de Licenciatura, assim podendo aferir que eles atuam como professores(as).

Essa pergunta é o ponto alto do trabalho, pois saber se esses(as) egressos(as) estão atuando em sua área de formação é de extrema relevância, conferindo uma forma de acompanhamento pós formatura. Ademais, saber que a maioria dos participantes da pesquisa atua em sua área de formação, comprova que a política

pública de cotas raciais está surtindo efeitos para além da mudança no perfil dos ingressantes nas universidades públicas, mas também no mercado de trabalho, embora a segunda seja ainda menos significativa do que a primeira.

Independentemente das barreiras que influenciam negativamente no processo dos discentes negros(as) na graduação, é muito significativo perceber que além de ingressarem na universidade, resistirem, permanecerem e concluírem o cursos, eles(as) conseguiram ocupar postos de trabalho relacionados a sua formação acadêmica. Então, ganha ainda mais destaque a importância das cotas raciais, pois a pergunta que fica é que se não tivesse esse mecanismo de ampliação de acesso, esses alunos teriam ingressado na universidade? Que postos de trabalho esses e essas negros(as) (pretos(as) e pardos(as)) estariam ocupando hoje?

A fim de aferir como foi para esses(as) egressos(as) o processo de inserção no mercado de trabalho, ainda que não tenha sido realizada em sua área de formação, eles(as) foram questionados como se deu esse processo. Sendo assim, 4 dos 9 participantes relataram dificuldade para inserção no mercado de trabalho:

não é fácil (G, Letras Português, 2023)

Foi difícil (H, Química, 2023)

Um pouco difícil. (I, Música, 2023)

Desafiador e gratificante, nunca paro de aprender (A, Engenharia de Produção, 2023)

Por outra perspectiva, os demais egressos(as) responderam que:

Atualmente faço mestrado (B, Engenharia Química, 2023)

Ainda continuo no meu antigo emprego, na realidade e outra não é tão fácil sair na universidade e já ingressa em uma instituição, mas vou aproveitar esse tempo para fazer outros curso e aprimorar mais meus conhecimentos. (C, Letras Português, 2023)

Demorei 6 meses depois da graduação para conseguir um emprego de carteira assinada, que não era da minha área mas me ajudou bastante. Agora, depois do mestrado, trabalho em minha área. (D, Química, 2023)

Fácil. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Por concurso público. (F, Letras Português, 2023)

Percebe-se então, que houve dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, mesmo para aqueles que não atuam em sua área de formação. Mas também houve quem disse ter achado fácil essa inserção, e um/a participante que no momento da pesquisa ainda não estava inserida no mercado de trabalho e disse estar cursando mestrado.

Quando questionados acerca das dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, a resposta “não ter grandes dificuldades” foi a dada por 2 participantes:

Não tive grandes dificuldades. (D, Química, 2023)

Não tive grandes dificuldades, aqui tem vários processos seletivos para a área do ensino. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Mas por outro lado, houve diversas dificuldades relatadas, comprovando assim, que inserir-se no mercado de trabalho não foi fácil para esses egressos. Ressaltando que nesta questão, mesmo o participante que no momento não está trabalhando contribuiu com sua visão diante o mercado de trabalho de sua área, como segue:

Me tornar outra pessoa (quebrar paradigmas e julgamentos sociais, crenças sem sentido...) (A, Engenharia de Produção, 2023)

Acho que as vagas pagam mal e ainda preferem homens e branco na indústria por posições de liderança, ou você pode pegar uma vaga que não paga nem 2 mil com a esperança de subir na empresa (B, Engenharia Química, 2023)

Pouca oportunidade (C, Letras Português, 2023)

Não estar concursada. (F, Letras Português, 2023)

na verdade no momento sou autônomo (G, Letras Português, 2023)

No momento está bem difícil conseguir vagas em escolas, aparecem poucos concursos e as vagas são bem escassas também (H, Química, 2023)

A falta de experiência profissional na área específica. (I, Música, 2023)

Percebe-se a diversidade das respostas, e o destaque para preferência de homens brancos, foi a ênfase de uma das participantes graduada em Engenharia Química, que trouxe em sua resposta às questões de gênero e raça atreladas ao mercado de trabalho. Interessante aqui salientar, que apenas um/a dos/as participantes destacou a questão racial em sua resposta.

Tal pensamento vai ao encontro do que afirma Carlos Hasenbalg:

Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social invididual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas. (HASENBALG, 2022, p. 122).

Além do mais, Cida Bento pontua minuciosamente essa questão em que a população negra brasileira sofre inúmeras desvantagens no mercado de trabalho:

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mal desempenho do alunado negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial. (BENTO, 2022, p. 76).

Ademais, a escassez de concursos públicos e a falta de experiência em determinada área também esteve entre os relatos dos participantes.

Para saber sobre o espaço de tempo em que ocorreu o ingresso no mercado de trabalho, foi questionado sobre quanto tempo após a conclusão do curso de graduação os participantes ingressaram no mercado de trabalho. Seguem as respostas:

Já estava empreendendo (A, Engenharia de Produção,2023)

já trabalhava antes (G, Letras Português,2023)

Conseguí um trabalho 5 meses depois mas acabei saindo (B, Engenharia Química)

Nao (C,Letras Português, 2023)

6 meses (D, Química, 2023)

Alguns meses depois. (E, Línguas Adicionais, 2023)

12 meses (F, Letras Português, 2023)

Na sequência, uns dois meses (H, Química, 2023)

Eu ingressei no mercado de trabalho no final da graduação. (I, Música, 2023)

Com as respostas coletadas, pode-se perceber que 2 participantes já trabalhavam antes da conclusão do curso. Todavia, 5 participantes destacaram o espaço de meses que levaram até a inserção no mercado de trabalho, que virou entre

2 a 12 meses depois. Um dos participantes, relatou que o ingresso ocorreu ao final do curso.

A fim de saber informações além do mercado de trabalho, buscou-se questionar sobre a continuidade no percurso acadêmico desses egressos. Uma vez que, há quem conclua a graduação e não dê continuidade nos estudos, assim com foco no mercado de trabalho, há egressos que optam pela trajetória acadêmica, e há os que conciliam o trabalho com a pós-graduação, como pode ser verificado a seguir:

Tentei PHD nos EUA mas desisti, pois não vi vantagens alinhadas ao meu propósito (A, Engenharia de Produção, 2023)

Como visto anteriormente o participante (A, Engenharia de Produção), atua em seu próprio negócio, salientado que ocorreu mesmo antes da conclusão do curso.

Em oposição a isso, nota-se que dos 9 egressos 4 deles concluíram ou estão em processo de conclusão de cursos de pós-graduação, ou seja, deram continuidade no percurso acadêmico após a conclusão da graduação, sendo o destaque a especialização e ao mestrado:

Sim atualmente faço mestrado e faço uma pós (B, Engenharia Química, 2023)

Sim. Logo após a graduação iniciei uma especialização e conciliei com o trabalho. Um ano depois ingressei no Mestrado acadêmico em Ensino da UNIPAMPA. Hoje, depois de finalizar o mestrado, ingressei em outra especialização. (D, Química, 2023)

Sim, fiz pós graduação em Literatura Inglesa e, apesar de ter vontade de fazer mestrado e etc, tive uma filha e acredito que estudar agora esteja muito distante de minha realidade (E, Línguas Adicionais, 2023)

Sim, no momento estou fazendo mestrado (H, Química, 2023)

Ademais, 2 egressos(as) que não deram continuidade na trajetória acadêmica demonstraram esse anseio de ingressar na pós-graduação, 1 egressa que concluiu a especialização relatou o anseio em fazer mestrado, mas acredita que a maternidade nesse momento da vida dela a distância dessa realidade, e 1 dos participantes destacou a postagem de trabalhos como a continuidade nesse percurso:

Não, mas vou tentar. (F, Letras Português, 2023)

estou tentando fazer mestrado (G, Letras Português, 2023)

Sim, fiz pós graduação em Literatura Inglesa e, apesar de ter vontade de fazer mestrado e etc, tive uma filha e acredito que estudar agora esteja muito distante de minha realidade (E, Línguas Adicionais, 2023)

Sim. Postei dois trabalhos (I, Música, 2023)

Por meio das respostas obtidas percebe-se que a maioria dos(as) egressos(as) atuam em sua área de formação, e a inserção no mercado de trabalho deu-se de diferentes formas, como: análise currículo, concurso público, contrato, aulas particulares e por indicação de professores. No que se refere a inserção no mercado de trabalho, independente se ocorreu em sua área de formação, parte deles(as) relatou as dificuldades dessa inserção, por outro lado, metade dos participantes não viram dificuldades. Além disso, ressaltaram diversas dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, o que demonstra que atuar em sua área de formação não ocorre de forma fácil para esses(as) cotistas. Nota-se então a particularidade das experiências, visto que se para uns e umas a inserção no mercado de trabalho foi um processo difícil, para outros não. Cabe destacar também que a maioria dos(as) participantes relatou ter dado continuidade na vida acadêmica, ou estar tentando ingressar na Pós-Graduação.

5.5. Cotas raciais: Percepções dos egressos(as) dessa política pública

Sabe-se que as cotas raciais emergem das lutas e reivindicações dos movimentos negros, e proporcionaram a democratização do acesso à universidade. Elas surgem na intenção de reduzir as desvantagens que determinados grupos da sociedade sofrem discriminação histórica, como discorrem Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes:

O objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados na Sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes. Isso pode ser feito de maneiras diversas, como, por exemplo, bolsas de estudos; cursos de qualificação para membros dos grupos desfavorecidos; reserva de vagas - as chamadas cotas - nas universidades ou em certas áreas do mercado de trabalho que, segundo pesquisas e dados estatísticos, confirmam uma porcentagem mínima ou a total ausência de sujeitos pertencentes a grupos Sociais e raciais com histórico de discriminação e exclusão; estímulo à construção de projetos sociais e educacionais voltados para a população que sofre um determinado tipo de exclusão e discriminação; estímulos fiscais a empresas que comprovem políticas internas para incorporação de negros, mulheres, portadores de necessidades especiais nos cargos de direção e chefia, entre outros. (MUNANGA e GOMES, 2016, p. 187).

Ao encontro disso, Livia Sant'ana Vaz destaca a relevância das cotas raciais, e os reflexos de sua implementação para a população negra e indígena brasileira, e também na sociedade brasileira, como segue:

O rompimento de obstáculos para o acesso à educação superior possibilita a ampliação da autonomia da população negra e indígena que, com oportunidades para desenvolver suas potencialidades, tornam-se sujeitos ativos capazes não apenas de efetiva coparticipação nas decisões políticas da comunidade, mas também de auto realização dos seus próprios projetos de vida. As ações afirmativas raciais se fixam, então, como instrumento de equalização de oportunidades alicerçadas no estímulo à diversidade e na promoção da igual participação no processo de democratização racial da sociedade, mas, sobretudo, na consecução de igual liberdade de escolha. (VAZ, 2022, p. 143).

Sendo assim, como primeiro questionamento dessa seção, o impacto da política de cotas na vida desses(as) egressos(as) foi questionado, e as respostas obtidas foram:

Inserir na universidade (A, Engenharia de Produção, 2023)

Facilitou a entrada no sonho que era a universidade (B, Engenharia Química, 2023)

Fez com que eu entrasse no meio acadêmico (C, Letras Português, 2023)

Importante. (D, Química, 2023)

Além do ingresso, fez com que eu me aproximasse e participasse de grupos que debatiam ações voltadas para este grupo específico. Também descobri muitos escritores e militantes da temática racial que influenciaram no meu TCC. (F, Letras Português, 2023)

entri na faculdade por meio das cotas raciais (G, Letras Português, 2023)

Foi importante para a minha inscrição no curso (H, Química, 2023)

Positivo. Hoje estou vendo vários profissionais negros concorrendo a vagas de emprego em diferentes áreas. Eu sinto uma alegria pela representatividade. (I, Música, 2023)

Acredito que teria ingressado mesmo sem a política de cotas, baseada na nota que tive. (E, Letras Línguas Adicionais, 2023)

Através das respostas obtidas, nota-se que os(as) egressos(as) percebem a influência e importância das cotas raciais no que se refere ao ingresso na universidade, já que dos 9 participantes, 8 afirmaram que as cotas raciais foram

importantes para o ingresso deles na universidade. Em contrapartida, um participante concluiu que devido a nota, ingressaria mesmo sem as cotas.

A seguir, os(as) participantes tiveram a oportunidade de responder sobre o racismo ou alguma outra forma de preconceito sofrida no ambiente universitário no período em que cursava a graduação.

Por meio das respostas obtidas, percebe-se que a maior parte dos(as) participantes desta pesquisa afirmam não ter sofrido preconceito e ou racismo por ter sido discente cotista racial, pois dos 9 participantes, 7 alegaram que não sofreram preconceito e ou racismo pelo fato de ser cotista racial. Uma questão pertinente a ser destacada aqui, é que em muitos casos a falta de letramento racial, faz com que o sujeito negro não perceba o racismo sofrido. Sendo assim, as respostas foram aqui fragmentadas devido ao restante das respostas conter diferentes informações pertinentes que serão apresentadas ao decorrer do texto. No que se refere a afirmativa de não sofrer preconceito por ser discente cotista seguem as respostas obtidas:

Não... (A, Engenharia de Produção, 2023)

Não sofri nenhum tipo de racismo por conta disso. (D, Química, 2023)

Não (E, Línguas Adicionais, 2023)

Racismo nunca é explícito. Mas uma descrença na minha capacidade de compreensão por parte de alguns professores. (F, Letras Português, 2023)

na verdade não (G, Letras Português, 2023)

Não passei por isso (H, Química, 2023)

Sofri racismo por uma professora do curso mas vejo que não foi pela cota (I, Música, 2023)

Por outro lado, 2 dos 9 participantes relataram casos de preconceitos por serem cotistas raciais:

Infelizmente sim, eu tinha colegas que comentavam sobre o número de matrículas e a minha era da segunda chamada na 16....50 1° chamada 16....51 2° chamada, e um dia um colega falou pelo menos não entrou por cota, e eu falei usei todas cotas que eu tinha direito e ele nossa tu não precisava, isso é pra quem é burro (B, Engenharia Química, 2023)

Sim, muitas pessoas falam que não tem a necessidade de cotas raciais dentro e fora da universidade e te jugam por isso, fazem piada e fazendo isso eles querem apagar a história e isso não pode acontecer somos a resistência. É

muito difícil você entrar em uma sala de aula e encontrar 2 ou 3 negros e 40 brancos! (C, Letras Português, 2023)

Ao encontro dessas respostas, cabe ressaltar o que bem destacam Delton Aparecido Felipe e Fernanda da Silva Lima, posto que mesmo após 20 anos da implementação de políticas públicas voltadas ao ingresso da população negra (preta/parda) nas universidades públicas brasileiras, e todo avanço ocorrido, ainda há debates sobre sua necessidade, ou seja, há posicionamentos contrários a essa política pública:

É perceptível, que além de ampliarmos a presença de pessoas negras nas universidades, a política de cotas raciais tenha se mostrado uma ótima estratégia de promoção da justiça curricular e de(s)colonização do imaginário social. No entanto, nesses mais de vinte anos de existência, as discussões em torno das ações afirmativas destinadas à população negra ainda enfrentam argumentos contrários, como a da falaciosa ideia de democracia racial, o enaltecimento do mérito acadêmico, o da ilegalidade e da inconstitucionalidade. (FELIPE e LIMA, 2022, p. 94).

Embora grande parte dos(as) colaboradores(as) desta pesquisa tenha afirmado não ter sofrido preconceito no ambiente universitário por serem cotistas, houve relatos de casos de xenofobia e racismo que serão descritos a seguir:

...mas sofri preconceito por ser de outro estado várias vezes (A, Engenharia de Produção, 2023)

Cabe destacar, que na Unipampa há alunos de diversas regiões do Brasil, como no caso dos participantes dessa pesquisa, que são em sua maioria da região sudeste brasileira. Por conta dessas diferenças, é possível perceber pelos corredores e salas de aula a variação linguística, cultural no ambiente universitário, o que não justifica os atos preconceituosos praticados dentro da universidade, mas sim gera um alerta para inserir essa questão nos debates universitários. Nesse sentido, embora tenha aumentado a oportunidade de ingresso da população negra e indígena nas universidades públicas, esse ambiente nem sempre é saudável para esse público, conforme a citação que segue:

A presença negra e indígena na universidade tem sido construída, paulatinamente, a cada esforço empreendido por tais coletivos que resistem a inusitadas formas de opressão, entre elas, a opressão de um conhecimento validado como científico que não os reconhece como sujeitos dialógicos. (NUNES, 2016, p. 64).

Acerca do racismo sofrido na universidade, dois participantes enfatizaram questões pontuais acerca do racismo e similares, como segue:

Racismo nunca é explícito. Mas uma descrença na minha capacidade de compreensão por parte de alguns professores. (F, Letras Português, 2023)

Sofri racismo por uma professora do curso mas vejo que não foi pela cota. (I, Música, 2023)

Ademais, Cida Bento em sua obra “O Pacto da Branquitude”, destaca um ponto muito pertinente, acerca do impacto que o negro causa aos sujeitos brancos ao adentrar espaços majoritariamente ocupados por estes e que em muitos casos esses sujeitos creem serem um espaço unicamente reservado a eles:

Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando. Quando se colocam em posição de igualdade, são percebidos como concorrentes [...] (BENTO, 2022, p. 74).

A fim de saber sobre a discussão das cotas raciais no ambiente universitário da Unipampa, questionou-se se havia esse debate na universidade, como respostas obteve-se:

Sim (A, Engenharia de Produção, 2023)

Já vi rodas de conversa mas na engenharia não (B, Engenharia Química, 2023)

Sim, por alguns professores (C, Letras Português, 2023)

Sim, em algumas componentes específicas. (D, Química, 2023)

Sim. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Pela maioria dos professores do curso. (F, Letras Português, 2023)

Sempre nas conversas que eu ouvi era defendida (G, Letras Português, 2023)

poucos momentos (H, Química, 2023)

Sim. (I, Música, 2023)

Através das respostas obtidas, ficou evidente que a temática de cotas raciais era debatida na universidade enquanto esses(as) discentes estavam cursando a

graduação, pois dos 9 participantes, 9 afirmaram que era debatida. Salientando que a discussão com alguns professores foi destacada por 2 participantes, outro participante relatou que era debatida em alguns componentes e apenas um participante disse que foi discutida em poucos momentos. Um dos participantes salientou que na Engenharia não era debatida essa temática, por outra perspectiva um participante disse que as cotas eram defendidas.

A pergunta final teve como objetivo saber o quanto ser discente cotista contribuiu para a inserção deles(as) no mercado de trabalho, as respostas foram as seguintes:

não, por que depende da visão, do caráter, comunicação...(A, Engenharia de Produção, 2023)

Não (B, Engenharia Química, 2023)

Não sei, acredito que não tenha relação direta com isso. (D, Química, 2023)

Não, ou pelo menos não enxergo isso. (E, Línguas Adicionais, 2023)

Participantes que disseram ainda não estarem atuando em sua área de formação:

Ainda não estou atuando (C, Letras Português, 2023)

ainda não atuo como docente (G, Letras Português, 2023)

Percebe-se então que na visão desses(as) egressos(as), ser um graduado dessa política pública não necessariamente influenciou no ingresso no mercado de trabalho. Por conseguinte, houve participantes que afirmaram que as cotas raciais contribuiu no ingresso ao mercado de trabalho:

Contribuiu pelo título ser de uma Universidade Federal, pois é muito difícil permanecer e terminar a graduação. (F, Letras Português, 2023)

Sim. Por ter o acesso à universidade que automaticamente possibilitou o ingresso no mercado de trabalho. (I, Música, 2023)

Diante do exposto, ficou evidente que para grande parte dos(as) egressos(as) cotistas raciais do campus Bagé da Unipampa, que participaram desta pesquisa, ser cotista racial não influenciou para ingresso no mercado de trabalho, já que dos 9

participantes, 4 alegaram que não interferiu. No entanto, 2 relataram não estarem atuando na área de formação. Por outra perspectiva, 2 participantes afirmaram que contribuiu, e um dos motivos foi por ser uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), e que o acesso à universidade proporcionou a inserção no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho partiu de uma análise histórica acerca da população negra brasileira no que se refere ao mercado de trabalho e educação para essa parcela da população até então a implementação das cotas raciais e seus reflexos no ingresso no mercado de trabalho por egressos(as) beneficiários dessa ação afirmativa.

Pode-se notar que os(as) negros(as) quando na condição de escravizados e também os libertos foram protagonistas de suas histórias, enquanto lutavam por sua liberdade ou dos seus, e melhores condições de vida, trabalho e educação. Usaram de mecanismos elaborados por eles(as), como jornais conhecidos como Imprensa Negra, também criaram a Frente Negra Brasileira, as Campanhas Pró-Educação, Clubes, Associativismo Negro dentre outros, para explanar suas reivindicações, valorizarem sua cultura, autoestima, se fortalecerem e resistirem diante do racismo existente no Brasil.

No que refere-se às cotas raciais previstas na Lei 12.711/2012, como comentando anteriormente, ampliaram a oportunidade de acesso da população negra, preta e parda nas universidades brasileiras, aumentando assim a representatividade, diversidade e a democratização do acesso ao ensino superior. Além disso, a efetivação da lei supracitada deu-se por meio de muita luta dos movimentos negros em prol de mais chances de acesso e reparação histórica para com essa população.

Nesse sentido, por meio dos dados coletados nota-se um alto índice de de evasão que atinge os(as) cotistas negros, pretos e pardos, entretanto há também taxas significativas de evasão de alunos(as) que não ingressaram via cotas, a exemplo dos ingressantes via ampla concorrência. Assim, cabe refletir sobre a permanência desses(as) alunos(as) na universidade, e o que poderia ser feito para que eles(as) conseguissem concluir todas as etapas da graduação, até sua conclusão.

Por outro lado, por meio do questionário aplicado nota-se que mesmo os(as) discentes que concluíram o curso, durante o percurso da graduação, enfrentaram inúmeras dificuldades para finalizar o curso, com destaque a dificuldades financeiras e problemas psicológicos, além disso, ter que conciliar trabalho e os estudos. Diante disso, ficou evidente que as bolsas e auxílios recebidos foram de grande relevância para eles(as) se manterem na universidade e concluírem o curso.

No que se refere ao processo de inserção desses(as) egressos(as) no mercado de trabalho, com relatos de trabalhadores da área de formação e de outras áreas, percebe-se que enquanto uns relataram as dificuldades de inserção no mercado de trabalho outros não presenciaram tais barreiras nesse processo. No entanto, no que refere-se a as dificuldades para ingressar no mercado de trabalho em sua área de formação, há uma diversidade de respostas como preterimento sofrido pelas mulheres, salários baixos, poucas oportunidades, tornar-se uma outra pessoa e no momento não estar concursada foram os pontos destacados pelos(as) participantes, percebe-se então que ocorreram variadas dificuldades para ingresso no mercado de trabalho. Isso demonstra a necessidade dessas políticas serem avaliadas de forma interseccional, considerando questões de gênero e etárias, por exemplo, para que assim inclua ainda mais esses sujeitos. Além disso, 5 dos 9 participantes afirmaram atuar em sua área de formação, o que foi positivo, pois após as dificuldades enfrentadas para concluir o curso eles(as) tiveram a oportunidade de estarem trabalhando em sua área e compartilhar os conhecimentos adquiridos durante a graduação.

Sendo assim, fica evidente a importância das cotas raciais, e faz refletir sobre quais postos de trabalhos esses(as) estariam ocupando caso não tivessem tido a oportunidade de ingresso por meio dessa ação afirmativa que transforma vidas e realidade. Entretanto ainda é preciso trabalhar para que as cotas raciais sejam incrementadas, com subsídios financeiros a esses(as) alunos(as) para que eles consigam se manter na universidade e assim aumentar ainda mais o número de egressos(as), negros pretos e pardos nas universidades públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O JAGUARENSE NO JORNAL A ALVORADA (1932-1934): imprensa negra e política na fronteira brasil-uruguai. **Métis História e Cultura**, [S. l.], v. 19, n. 37, p. 54-79, 30 out. 2020. Universidade Caxias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/22362762.v19.n.37.02>. Disponível em: O Jaguarense no jornal A Alvorada (1932-1934): imprensa negra e política na fronteira Brasil-Uruguai | MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA (ucs.br). Acesso em: 19 dez. 2024.

ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. **Ações afirmativas no Brasil**: um estudo de caso sobre o Estatuto da Igualdade Racial. 2010. p. 126. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

BAPTISTA, Rodrigo. Lei de cotas tem ano decisivo no congresso. senado.leg.br, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEDITO, Vera Lúcia. **Universidade Plural, País de Cidadãos: ações afirmativas desafiando paradigmas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**. In: LOPES, Maria Auxiliadora Lopes, BRAGA, Maria Lúcia de Santana (orgs.). Acesso e permanência da população negra no ensino superior. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2007 p. 113-141.

Bento, Cida **O pacto da branquitude**/Cida Bento. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei. 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial, Brasília, 2012.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. **Como escrever um artigo de revisão sistemática**. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

Cotas raciais: gestão, implementação e permanência [recurso eletrônico] / Delton Aparecido Felipe, Fernanda da Silva Lima – Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022. 121 p.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, ano 10, semestre 1, 172-188, 2000.

DIEESE. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**: 2023. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 22 dez. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “templo de luz”**: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação, [S.L.], n. 29, p. 164-176, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782005000200013>.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: frente negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], v. 13, n. 39, p. 517-534, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

DOMINGUES, Petrônio. OS DESCENDENTES DE AFRICANOS VÃO À LUTA EM TERRA BRASILEIRIS. FRENTE NEGRA BRASILEIRA (1931-37) E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (1944-68). **Portal de Revistas Puc-Sp**, São Paulo, p. 131-158, dez. 2006.

DUTRA, Maria Rita Py. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. 2018. 211 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade/ bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2.ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

FELIPE, Delton Aparecido; SILVA, Vera Regina Rodrigues da. **OS FEITOS E OS EFEITOS DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: avanços, desafios e possibilidades**. Revista Escritas do Tempo, [s. l.], v. 4, n. 10, p. 4-9, 2022. Contínuo.

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA, 5., 2011, Porto Alegre. **ASSOCIATIVISMO NEGRO EM PELOTAS NO PÓS-ABOLIÇÃO: MEMBROS DOS CLUBES SOCIAIS NEGROS, ARTICULISTAS DO A ALVORADA E MILITANTES DA FRENTE NEGRA PELOTENSE (1933-1937)**. Porto Alegre: -, 2011.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil.** Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GASPAROTTO, Alessandra; NUNES, Georgina Helena Lima; MANKE, Lisiane Sais; ALTMANN, Lori. Reflexões a Partir do Projeto “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”. In: NUNES, Georgina (org.). **Ações Afirmativas nas Instituições Federais da Região Sul: o desafio da permanência, avaliação e acompanhamento.** Pelotas: Ed.UFPel, 2016.p. 15-30.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Natalia de Lacerda; ANTUNES, Claudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 1-29, 17 fev. 2021. Universidade Estadual de Maringá.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. **A classe trabalhadora vai à universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do Departamento de Geografia– USP.** Revista da ANPEGE, v. 13, n. 20, p. 209-235, 2017.

GOMES, Gabriela Teixeira. **A Educação Afro-Pelotense no Jornal A Alvorada: Uma Análise da Campanha Pró-Educação (1933 - 1935).** 2021. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2021.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005.p.(47)- (82).

GOMES, Joaquim B. Barbosa, (2001). **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Renovar.

GONZALEZ, Lélia **Lugar de negro/Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg.** - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **O Movimento Negro na última década.** In GONZALEZ, Lélia; HASENBALG Carlos. *Lugar de negro.*

Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

HAAS, Célia Maria; LINHARES, Milton. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?** R. bras. Est. pedag., Brasília, v.93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro:

IBGE, 2022. Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/baq e /panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/baq%20e%20panorama). Acesso em: 13 fev. 2024.

IENSUE, Geziela. **A legitimidade jurídico-ética da política de cotas raciais no Brasil**: uma visão a partir da perspectiva capacitária e do desenvolvimento como liberdade. 2014. 582 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Paraná. 2014.

JACINO, Ramatis. **O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920**. 2012. 204 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. ED. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROB, Bruna Emerim. “**Com a condição de servir gratuitamente a mim ou a meus herdeiros**”: alforrias, contratos e experiências de trabalho de libertos (porto alegre, 1884-1888). 2016. 266 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de O Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LÁZARO, André (org.). Observatório da Lei de Cotas: Uma Proposta de Política Pública para Avaliação da Democratização da Educação Superior. In: NUNES, Georgina Helena Lima (org.). **Ações Afirmativas nas Instituições Federais da Região Sul**: o desafio da permanência, avaliação e acompanhamento. Pelotas: Ed.Ufpel, 2016. p. 45-60.

_____, **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2012.

Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (2004). (Coleção Documentos da Educação Brasileira). Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia da educacao/leis atos e regulamentos sobre educacao no periodo imperial na provincia de sao pedro do rio grande do sul.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia%20da%20educacao/leis%20atos%20e%20regulamentos%20sobre%20educacao%20no%20periodo%20imperial%20na%20provincia%20de%20sao%20pedro%20do%20rio%20grande%20do%20sul.pdf)

LEITE, Maria Jorge dos Santos. TRÁFICO ATLÂNTICO, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, v., p. 64-82, ago. 2017. Semestral.

LONER, Beatriz Ana. **Experiências e vivências de ex-escravos urbanos na sociedade do trabalho livre: trajetórias (in)comuns**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO - V JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 00., 2010, Florianópolis. -. Florianópolis: 2010. p. 1-14. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2012/09/Beatriz-Loner.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATHEUS, Marcelo Santos. **A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro** (Bagé, c.1820-1870). 2016. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista Histedbr On-Line**, [S.L.], v. 9, n. 36, p. 83, 23 out. 2012. Fluxo Contínuo. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v9i36.8639642>.

MESQUITA, Maria Cristina das Graças Dutra. (2010). **O Trabalhador Estudante do ensino superior noturno: possibilidades de acesso, permanência com sucesso e formação**. Goiânia: Tese (doutorado) - Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 4, p. 31-43, jan/dez, 2001. Continuo.

NASCIMENTO, Beatriz. Mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

O EXEMPLO (1920-1930). Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/hemeroteca.html>. Acesso em: 2 out. 2022.

OLIVEIRA, Araly Cristina de. **OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: A SITUAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL APÓS A ABOLIÇÃO – 1889-1930**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de O Programa de Pósgraduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2017.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. **A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, A Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A IMPRENSA NEGRA DO RIO GRANDE DO SUL E ALGUNS DE SEUS HOMENS. **Revista Espacialidades**: Revista Eletrônica dos Discentes do Mestrado em História da UFRN, Natal, v. 12, p. não paginado, 2017. Fluxo Contínuo. -.

OLIVEIRA, Joana D'arc de. **Da Senzala para onde? Negros e Negras Pós-Abolição em São Carlos (1880-1910)**. 2015. 406 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015

O negro no Brasil de hoje / Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes. 2. ed. - São Paulo: Global, 2016. (Para entender)

OSORIO, Rafael Guerreiro. TD 2657 - A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas. **Texto Para Discussão**, [S.L.], p. 1-27, 11 jun. 2021. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2657>.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. EJA em Debate, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-158, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/download/998/pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024 ISSN: 2317-1839

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **Eja em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-158, nov. 2012. Semestral.

Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil / Sueli Carneiro — São Paulo : Selo Negro, 2011. — (Consciência em debate/coordenadora Vera Lúcia Benedito)

RAUPP, Fabiano Maury, & BEUREN, Ilse Maria (2006). **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. In I. M. Beuren (Ed.), Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática (3rd ed., p. 76-97). São Paulo: Atlas.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANGER, Dirceenara dos Santos. **Abolição das desigualdades: ações afirmativas no ensino superior**. 2009. 263p . Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p. 263. 2009.

SANTOS, Dyane Brito. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos, & Scopinho, Rosemeire Aparecida. (2011). **Fora do Jogo? Jovens negros no mercado de trabalho**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 63 (spe.),26-37. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672011000300004. Acesso em: 19 out. 2022.

SANTOS, Marcele Finamor dos. **PERCURSO UNIVERSITÁRIO: saúde e adoecimento do estudante**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde e Adoecimento do Estudante, Saúde e Adoecimento do Estudante, Santa Maria, RS, 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei Nº 12.711/2012: "O Delito de Ser Negro?". In:

NUNES, Georgina Helena Lima (org.). **Ações Afirmativas nas Instituições Federais da Região Sul**: o desafio da permanência, avaliação e acompanhamento. Pelotas: Ed.UFPel, 2016. p. 100-119.

SANTOS, Thais Barbosa dos. **MULHER NEGRA E A SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**: o período pós escravidão e o seu lugar nos dias atuais. 2019. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. **A voz da Raça**: Uma expressão Negra no Brasil que queria ser branco. 2003. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Maria do Socorro da. **Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Maurício **Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia** Revista Diálogo Educacional, vol. 17, núm. 54, julho-setembro, 2017, pp. 1207-1221. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

SILVA, René Marc da Costa. **A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil**. Revista de Informação Legislativa. Ano 50, n. 200, p. 229-248, 2013.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós- abolição**: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos / Beatriz Nascimento; organização Alex Ratts. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VAZ, Livia Sant'Anna V393c **Cotas raciais** / Livia Sant'Anna Vaz.- São Paulo : Jandaíra, 2022 232 p. - (Feminismos Plurais / coordenação Djamilia Ribeiro)

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**AÇÕES AFIRMATIVAS E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DE EGRESSOS NEGROS E NEGRAS DA UNIPAMPA**”, desenvolvida por Bruna Martins da Rosa, discente do Mestrado em Ensino da Universidade Federal do Pampa, sob orientação da Professora Dr^a. Suzana Cavalheiro de Jesus e coorientação do Professor Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam. O estudo tem como objetivo geral investigar o processo de inserção no mercado de trabalho de egressos(as) do ensino superior do campus Bagé da Unipampa, que participaram das ações afirmativas de reserva de vagas para negros, negras, pretos(as) ou pardos(as).

O convite à sua participação se deve ao fato do público-alvo participante definido ser os **egressos cotistas raciais pretos(as) ou pardos(as) dos cursos presenciais de graduação do Campus Bagé da Unipampa**. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar. É possível também retirar sua participação em até 60 dias após o registro da resposta, basta solicitar à responsável por meio dos contatos a seguir. Não será gerado nenhum prejuízo, caso decida não consentir sua participação, ou desistir desta.

Serão tomadas as seguintes medidas e/ou procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: Apenas os pesquisadores(as) do projeto, que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade terão acesso a seus dados e não farão uso destas informações para outras finalidades. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de questionário à pesquisadora do projeto. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através telefone nº (53) 991461289 ou pelo endereço eletrônico brunarosa.aluno@unipampa.edu.br.

As informações serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, mas serão acessadas somente pela pesquisadora e seus orientadores. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo para utilização em pesquisas futuras, por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções 466/12 e 510/16 do CNS e orientações do CEP/UNIPAMPA. Com o fim deste prazo, será descartado.

Os resultados serão apresentados aos participantes, mediante requerimento através dos meios de contato acima, em relatórios individuais, a partir da publicação da dissertação.

Após a leitura do (TCLE), você aceita participar desta pesquisa?

Aceito

1. Informações básicas

1.1 Nome completo:

1.2 Local de nascimento:

1.3 Local que atualmente se encontra:

1.4 Data de nascimento:

1.5 Qual curso você concluiu?

Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa

Licenciatura em Letras Línguas Adicionais Inglês Espanhol e Respectivas Literaturas

Licenciatura em Física

Licenciatura em Química

Licenciatura em Música

Licenciatura em Matemática

Bacharelado em Engenharia de Energia

Bacharelado em Engenharia Química

Bacharelado Engenharia de Alimentos

Bacharelado Engenharia de Computação

Bacharelado em Engenharia de Produção

1.6 Ano de ingresso na graduação:

2015

2016

2017

2018

1.7 Ano de conclusão do curso:

2018

2019

2020

2021

2 Ingresso na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

2.1 Quais motivos fizeram vocês escolher o curso de graduação no qual você se graduou?

2.2 Para cursar sua graduação na Unipampa Campus Bagé, você precisou mudar de cidade?

sim não

2.3 Caso sua resposta anterior tenha sido sim, informe qual a cidade que você residia/morava antes e como foi o processo de mudança:

2.4 No que se refere a cidade de Bagé, como foi o processo de ambientação?

2.5 No que se refere ao acolhimento institucional de novos alunos(as) como foi o processo? Ao chegar na universidade, você teve suporte da universidade para saber mais sobre questões relativas à moradia, acesso ao RU, bolsa permanência, auxílio ingressante, e etc?

3. Permanência na Unipampa

3.1 Durante o período que estudou na Unipampa você foi beneficiado com auxílio ou bolsa?

sim não

3.2 Caso sua resposta anterior tenha sido sim, informe qual/quais bolsa(s) e/ou auxílio(s) você recebeu durante a graduação:

3.3 Você acredita que as bolsas e/ou auxílios ajudaram em sua permanência na universidade?

3.4 No período em que cursava a graduação, você trabalhava/precisou trabalhar?

sim não

3.5 Caso sua resposta anterior tenha sido sim, como foi esse processo?

3.6 Quais foram as dificuldades enfrentadas para permanecer na universidade e concluir o curso de graduação?

3.7 Quais razões/motivos te auxiliaram a permanecer na universidade?

3.8 Durante o processo da graduação você pensou em desistir do curso? Comente sobre.

3.9 Você teve fácil acesso no que se refere aos editais de bolsas e auxílios disponibilizados pela instituição aos estudantes?

3.10 Quem da sua família proporcionou suporte para que você continuasse na graduação?

4. Mercado de trabalho

4.1 Atualmente você atua em sua área de formação?

sim não

4.2 Caso tenha respondido sim na questão anterior. De que forma ocorreu o seu ingresso no mercado de trabalho? Através de indicação, análise de currículo, concurso público? Outra maneira, qual?

4.3 Mesmo que não atue em sua área de formação, como foi o processo de inserção no mercado de trabalho?

4.4 Quais foram as dificuldades para ingressar no mercado de trabalho?

4.5 Quanto tempo após a conclusão da graduação você ingressou no mercado de trabalho?

4.6 Após a conclusão do curso você deu continuidade em sua trajetória acadêmica? Comente.

5. Política de Cotas

5.1 Qual impacto a política de cotas raciais teve em sua vida?

5.2 Você acredita que por ter ingressado via cotas raciais sofreu racismo ou algum outro tipo de preconceito no ambiente universitário no período em que cursava a graduação?

5.3 A temática de cotas raciais era discutida/debatida na universidade?

5.4 Você acredita que ter sido discente cotista contribuiu de alguma forma na sua inserção no mercado de trabalho? Por quê?